



# ELO



PORTE  
PAGO

ANO VIII  
N.º 100  
MENSAL  
MARÇO/ABRIL  
1982  
PREÇO 20\$00.

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção  
Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director  
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas  
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)  
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

## EDITORIAL

100 números do «Elo» publicados, 8 anos de vida da ADFA quase completados. Este percurso, percorrido por nós próprios no sentido da conquista dos nossos direitos, teve um ponto de partida, que aqui recordamos — o 25 de Abril.

A liberdade então conseguida se devem os 100 números do «Elo» publicados, como 100 clamores de justiça ainda não conseguida e pelo próprio 25 de Abril prometida. A liberdade então conseguida se deve a existência da ADFA, uma força de luta permanente pela concretização da esperança que o próprio 25 de Abril criou.

Este momento é tempo de recordação da liberdade e da esperança, das suas origens e da sua presença ao longo destes oito anos. É tempo de olhar o caminho percorrido e de dizer que fomos capazes essencialmente de ser conscientes de nós próprios, que soubemos enveredar pelo caminho da luta, porque no reino da lei do mais forte que, apesar do 25 de Abril, ainda impera, ninguém dá nada a ninguém, tudo se conquista na luta pela vida digna.

Mas é tempo, sobretudo, de olhar em frente, com a experiência do passado mesmo das desilusões e desaires sofridos, com a força de uma determinação cada vez maior. E cada vez maior, porque, ser-se deficiente na sociedade em que vivemos, para não se sucumbir perante o estatuto de inferioridade, é necessário cada vez mais determinação.

O 25 de Abril, que agora comemoramos no seu 8.º aniversário, não garantiu aos deficientes o estatuto de plenos cidadãos. Criou apenas as condições mínimas para estes poderem conquistá-lo. Essas condições vão sendo cada vez mais difíceis, à medida que a chama do 25 de Abril se vai apagando, à medida que a ilusão vai, inexoravelmente, dando lugar à realidade crua.

(Continua na 5.ª pág.)

## 8.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

# ESTE ANO DIFERENTE: CONVÍVIO NACIONAL NO RIBATEJO DIA 15 DE MAIO (PARQUE NATURAL DE CORUCHE)

O aniversário da ADFA vai ser assinalado este ano fora de Lisboa. O objectivo é juntar sócios e familiares num grande convívio ao ar livre.

Assim, terá lugar um almoço no dia 15 de Maio (sábado), às 13 horas, no parque natural Açude de Monte da Barca, próximo de Coruche. No mesmo dia e no mesmo local decorrerão actividades desportivas, recreativas e culturais várias, proporcionando um dia de confraternização sadia e alegre.

O local, que foi especialmente escolhido para o efeito, dispõe de condições excepcionais para este tipo de convívio. Trata-se de uma lagoa e um parque de grande extensão que será adequadamente preparado. Conta-se, para o efeito, com o apoio da Câmara Municipal do Concelho e outras entidades locais.

O empenhamento que a Associação está a pôr neste

convívio pressupõe a comparação de grande número de sócios vindos dos

com a sua inscrição antecipadamente na delegação a que pertencem.

frango churrasco, caldo verde, vinho da «pipa», sobremesa, café e bagaço), cuja despesa, para os sócios, é suportada pela Associação. Os familiares pagarão uma importância modesta.

Além do almoço, realizam-se várias actividades, das quais se destacam:

9.30 h. — Jogo de basquetebol em cadeira de rodas no Rossio, junto à Praça de Touros de Coruche.

(Continua na 5.ª pág.)

ESPECIAL  
N.º 100

diferentes pontos do País. Pretende-se que este ano o aniversário da ADFA seja oportunidade para um encontro alargado de sócios à semelhança dos momentos de luta, como sucedeu há precisamente um ano na manifestação realizada em Lisboa.

Todas as delegações estão preparadas para orientar os sócios quanto ao meio mais fácil de transporte para o local do convívio. A Associação garante transporte da Estação de Santarém para Coruche, pelo que é conveniente que os sócios fa-

As 13 horas tem lugar o almoço (com febras na brasa, sardinhas assadas,

## REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

### GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO PELO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO E ADFA COMEÇOU A FUNCIONAR

A questão relativa à publicação de nova legislação sobre os deficientes das Forças Armadas acaba de entrar numa nova fase da sua evolução.

Foi recentemente criado um grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Defesa Nacional, Secretariado Nacional de Reabilitação e ADFA que vai elaborar um projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76. Para o efeito será levado em consideração o trabalho realizado no passado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

No dia 22 de Março realizou-se no Secretaria-

do Nacional de Reabilitação numa reunião com a participação de dois representantes do Ministério da Defesa, em que ficou estabelecida a metodologia a seguir pelo grupo de trabalho.

As reuniões, que se realizam no Secretariado Nacional de Reabilitação, devem ser quinzenais. A primeira realizou-se no dia 31 de Março, tendo lugar a próxima no dia 21 de Abril.

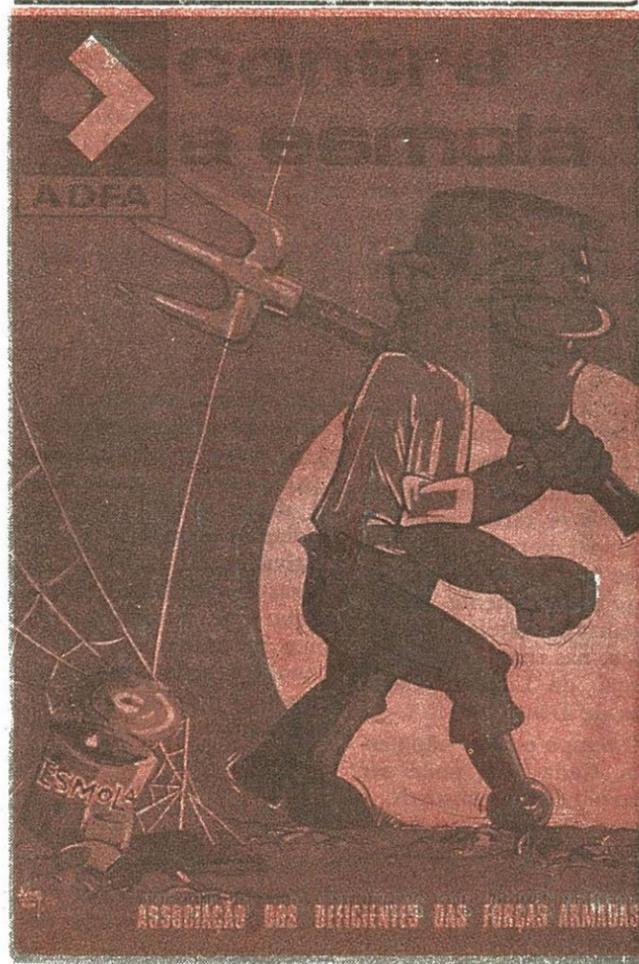
A ADFA registou com satisfação a constituição deste grupo, bem como a sua finalidade, já que esta poderá corresponder às reivindicações que, em

materia de legislação específica para deficientes militares, a Associação vem fazendo insistentemente nos últimos tempos.

Espera-se que os resul-

tados sejam de facto favoráveis e que o Ministério da Defesa Nacional, parte fundamental neste grupo de trabalho, revele o empenhamento que a

(Continua na 5.ª pág.)



- RELATÓRIO E CONTAS DA ADFA DE 1981 (PÁG. 10)
- SONDAGEM «ELO» SOBRE O AID (PÁG. 9)
- BALANÇO DA ADFA SOBRE AS COMEMORAÇÕES (PÁG. 3)
- A FORÇA E QUERER DE UM DEFICIENTE (PÁG. 16)
- O A ID VISTO POR UM JORNALISTA (PÁG. 2)
- COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL NA ADFA (PÁG. 20)

# O ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE VISTO POR UM JORNALISTA

Por MANUEL RESENDE

Passado o dia 31 de Março, data considerada oficialmente como o fim do Ano Internacional do Deficiente, cabe-nos tirar a única conclusão que se pode tirar: se alguma coisa se ganhou neste período foi a lição de que quase nada se fez e há muito a fazer. Quer a APD, quer a ADFA, quer a ANDST o disseram publicamente por diversas vezes — e elas são algumas das mais importantes associações realmente constituídas por deficientes neste país.

Em depoimento prestado pelo secretário Nacional de Reabilitação, coronel Villa Lobos, este deficiente, porque deficiente é, apresentou aquela que poderia ser considerada a versão mais perto do Governo possível ainda de ser subscrita por um interessado directo: «Se se aplicar a política preconizada pelo Secretariado de Reabilitação ela é a mais correcta». Note-se o «se»...

«Se». Na verdade, se se integrar o deficiente... o deficiente será integrado. Como jornalista, encarregado pelo jornal para que trabalho cobrir por duas vezes a problemática dos deficientes, contactei por algum tempo com as aspirações, os protestos, as reivindicações, as frustrações destes cidadãos — iguais aos outros em direitos, diz a Constituição.

Depois dessa peregrinação, no entanto, há um episódio que não me larga. Em Junho entrevistei um entre vários cegos. As suas palavras continuam gravadas na minha memória: «Não queremos pedir esmolas», dizia, e revoltava-se contra certas associações de deficientes que fazem do pedatório a sua forma de vida.

Em Outubro, meses decorridos (e talvez esgotada alguma esperança que pudesse ter-lhe trazido o falar-se publicamente da deficiência), voltei a encontrá-lo, nas ruas, lançando o pregão da Liga de Cegos João de Deus.

O tempo passa e não perdoa. Cada dia pode ser aproveitado a construir, a pouco e pouco, algum futuro que seja nosso. Pode também ser desperdiçado com vigorosos princípios e declarações altisonantes. E, ao que parece, em Portugal, adoptou-se a última postura. Quantas vidas ficarão pelo caminho?

## SENSIBILIZAÇÃO

De tudo o que se passou em 1981, algo se salvou: bombardeou-se a mente do cidadão «comum» com a artilharia pesada das palavras e alguma brecha se abriu, alguma ideia ficou marcada na consciência colectiva. A ideia de que

existe um problema da deficiência. Qual é essa ideia?

Todos, na verdade, somos deficientes. Ninguém pode considerar-se medianamente eficaz na maioria das actividades humanas. A nossa capacidade de realização quase não tem limites e, se suficientemente treinada, consegue recordes impressionantes.

Veja-se o carpinteiro trabalhar, ou o dactilógrafo ou o jornalista: quantas pessoas em Portugal conseguem escrever esta prosa à média de 40 palavras por minuto? Quantos telefonistas conseguem fazer dezenas de ligações por minuto? Quantas pessoas conseguem traduzir em simultâneo o discurso de um cientista inglês?

Poucos conseguirão cada uma destas proezas — e muito poucos todas elas. Mas há alguns (um milhão no nosso país) que são excluídos da vida, porque estão fora da média em coisas como atravessar ruas desumanas, subir escadas artificiais, entrar em cadeias de fabrico planeadas em função da rentabilidade económica e não em função das necessidades do trabalhador.

A desumanidade da nossa sociedade é assim descarregada sobre as suas vítimas. Esta desigualdade está inscrita no próprio cerne da nossa sociedade. Ela vive o culto do «trabalhador», daquele que se esforça por bater os outros na concorrência.

O esforço dos outros para escapar a esse destino garante o máximo rendimento imediato no trabalho.

O santo dos santos do nosso sistema económico é esse — e recentemente, nos EUA, tem-se estado a fazer a experiência do mais radical desses programas. Apoiar os «fracos» é desincentivá-los de trabalhar é retirar à sociedade o dinamismo que contém — tal foi o programa que levou Ronald Reagan à presidência e tem justificado o corte de toda a espécie de auxílios aos «desfavorecidos», considerando como gastos inúteis todos os programas de assistência social.

Mas é isto verdade, ou é apenas uma verdade relativa dentro do modo de

vida em que somos obrigados a viver?

## INTEGRAÇÃO NÃO É CUSTO

É gasto, é apenas um custo o que se despende com um deficiente?

Do ponto de vista global, não é, a não ser para os partidários da morte e do assassinio. O princípio que devia reger-nos é o de que todo o adestramento de um homem é uma forma de prepará-lo para prover à sua vida — e viver há-de sempre ter que fazê-lo. Que o faça dignamente, sem ter que recorrer à esmola. Como um homem capaz de exercer uma actividade que lhe permita ser independente.

O que se gasta hoje, será colhido amanhã, redobradamente, quer porque o deficiente consiga alimentar-se, vestir-se, pagar os seus tempos livres e o seu lazer, quer porque, no pior dos casos, não precisa de tantos subsídios para ser um homem.

Não são para cá chamados, portanto, discursos «humanitários» ou caridosos: trata-se afinal de conseguir um *modus vivendi* a que todos têm direito.

Este discurso radical, no entanto, tem muitas vezes servido de escudo para a pior das imobilidades. O sentido profundo de toda a acção no campo da defi-

ciência tem que ser, realmente, integrar os deficientes na sociedade — e não dar-lhes subsídios. Mas muitas vezes os subsídios são precisamente um prefácio absolutamente essencial para a integração.

Tome-se o caso dos transportes. Há quem diga (e o Secretário da Reabilitação disse qualquer coisa semelhante) que é errado dar aos deficientes um subsídio para transportes, que é necessário, isso sim, e correcto, providenciar no sentido de conseguir adaptar todos os transportes às condições dos deficientes. Tudo o resto seria abrir de novo um ghetto para um grupo particular de cidadãos.

Muito bem: então que se adaptem, hoje, já, autocaros, comboios, automóveis (sim, automóveis: obriguem-se os fabricantes a produzir uma determinada percentagem de veículos adaptados), eléctricos, escadas rolantes, etc.

É certo que muito se poderia ter começado a fazer: os transportes colectivos, a CP, as camionagens poderiam ter sido obrigados a sujeitar as suas encomendas futuras às novas condições. E isso não se fez, apesar dos discursos dos ministros.

Mas, pense-se: que soluções realmente são dadas? Meia dúzia de minibus em Lisboa e, no Porto, uns

(Continua na 4.ª pág.)

## GRANDES DEFICIENTES

### NÃO CONSIDERADOS EM SERVIÇO

# ADFA ENTREGOU MEMORANDO NO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Conforme noticiado no último número do «Elo», o Secretário de Estado da Defesa Nacional, na audiência que concedeu à Direcção Cultural no passado dia 17 de Fevereiro, manifestou a disposição de analisar a situação dos grandes deficientes cujos acidentes ou doenças não foram considerados em serviço, tendo, na altura, solicitado à ADFA um estudo estatístico sobre este assunto.

Esse estudo já foi apresentado ao Ministério da Defesa Nacional, através de um memorando, em que se salienta o número reduzido de grandes deficientes cujos acidentes ou serviços não foram considerados em serviço. Considera-se esse número diminuto, mesmo se encarado em mera perspectiva financeira.

Com efeito, segundo um levantamento estatístico levado a efeito através dos processos de sócio, constatou-se que os deficientes nestas condições não ultrapassam o número de 50.

Prevê-se que este número seja realista, já que, pensa-se, a quase totalidade dos grandes deficientes encontrar-se-ão já inscritos na ADFA.

Neste memorando salienta-se que, com a resolução do problema dos grandes deficientes não considerados em serviço, aqueles que se debatem com maior dificuldade, exactamente os grandes deficientes, veriam desta forma uma solução global, já que através do projecto elaborado pelo Ministério da Defesa, para cuja aprovação falta apenas o parecer do Estado-Maior General das Forças Armadas, se contempla a situação de grande parte dos grandes deficientes em serviço.

Recorde-se que aquele projecto prevê a extensão dos direitos dos deficientes de campanha (DFA) aos deficientes com 60% ou mais de incapacidade, cujos acidentes ou doenças foram contraídos no teatro de operações.

Restaria, assim, um número insignificante de grandes deficientes qualificados em serviço e que adquiriram as suas deficiências fora dos teatros de guerra.

## PARA UM MAIOR DESENVOLVIMENTO DA DELEGAÇÃO DO PORTO

# ADFA PROCURA JUNTO DO MDN DEFINIR SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES QUE OCUPA

A ADFA entregou recentemente no Ministério da Defesa Nacional um memorando sobre a situação das instalações que vem ocupando a delegação do Porto, procurando-se que seja estabelecido um regime legal capaz de permitir a necessária expansão daquela delegação. Essa expansão pressupõe a realização de obras para a implementação de actividades ligadas à reabilitação.

A Associação tem vindo

a ocupar as actuais instalações a título precário, por despacho do Ministro da Administração Interna de 22 de Maio de 1975.

O edifício, com uma parada bastante ampla, onde foi já instalado um pavilhão pré-fabricado para a oficina de próteses, foi ocupado antes do 25 de Abril pela ex-Legião Portuguesa. Por despacho conjunto do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e do Ministro das Finanças, de 10 de Abril de 1977, aquelas instalações foram afectadas à Cruz Vermelha Portuguesa.

Esse despacho determinava que todos os bens móveis e imóveis da Obra Social de Massarelos seriam afectados à Cruz Vermelha (a Obra Social de Massarelos era, de facto, a proprietária das instalações que a ADFA actualmente ocupa no Porto).

A ADFA passou, assim, a ocupar instalações pertencentes à Cruz Vermelha, pa-

gando-lhe uma renda que havia já sido estabelecida pelo referido despacho de 22 de Maio. Este facto gerou já alguns problemas, nomeadamente numa altura em que a Cruz Vermelha pretendeu utilizar as instalações simultaneamente para outros fins.

Esta situação, pela instabilidade que a caracteriza, não favorece o natural e necessário desenvolvimento da delegação da ADFA. Existem projectos que se torna urgente pôr em prática, mas que são inviabilizados, devido à situação precária em que se encontra a Associação nas instalações.

Foi por este motivo que a Associação pôs este problema directamente ao Secretário de Estado da Defesa Nacional na audiência que este membro do Governo concedeu à Direcção Central no passado dia 17 de Fevereiro. Posteriormente a esta audiência foi elaborado no memorando a pedi-

do do Senhor Secretário de Estado, no qual se enumeram os projectos em vista e o correspondente aproveitamento das instalações e que foi entregue no passado dia 2 de Abril. A esse memorando juntou-se ainda um parecer jurídico onde se prevê uma solução legal e óbvia para que definitivamente a ADFA se possa desenvolver sem receio de estar a enraizar-se em terreno alheio.

No memorando enviado ao Ministério da Defesa Na-

(Continua na 4.ª pág.)

## CÂMARA DE OIRAS PROMOVE DESPORTO PARA DEFICIENTES

Realizou-se no passado dia 17 de Abril um torneio de basquetebol em cadeira de rodas promovido pela Câmara de Municipal de Oeiras. Participaram neste torneio as equipas da ADFA e da Joanitas (A e B). A equipa da ADFA venceu os dois encontros do torneio.

## SÓCIOS DE COIMBRA PODEM FAZER SEGUROS ATRAVÉS DA DELEGAÇÃO

Sobre a notícia inserida na última edição do «Elo», referente ao protocolo existente entre a A.D.F.A. e a Companhia de Seguros, A SOCIAL, informam-se os associados da Delegação de Coimbra que pretendam fazer o seu contrato de seguros do ramo automóvel na referida companhia, que poderão contactar a Delegação de Coimbra da A.D.F.A. que já contactou os ser-

viços da citada seguradora nesta cidade.

Lembram-se os camaradas, que os sócios da A.D.F.A. têm um desconto de 30% nos seguros do ramo automóvel feitos através dos serviços da A.D.F.A.

Os serviços da A.D.F.A. já se encontram habilitados a prestar todas as informações sobre o assunto.

Aprovado pela Assembleia Geral Nacional da ADFA em 3 de Abril

## BALANÇO DAS COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 1981 Ano Internacional do Deficiente, sob o lema **TOTAL PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE**.

Em Portugal, os deficientes depositaram fortes esperanças no Ano Internacional do Deficiente. Esperava-se que a atenção do Poder e da sociedade em geral se voltasse decididamente para os deficientes durante este ano.

A realidade específica dos deficientes no nosso País exigia que se desse uma atenção especial aos dois objectivos fundamentais da proclamação do AID — sensibilização da sociedade e adopção de medidas concretas capazes de melhorar as condições de vida dos deficientes. Findo o ano de 1981, em Portugal, nem uma coisa nem outra foram feitas. E, pelo empenhamento directo que tivemos nas comemorações, tanto a nível oficial como através de actividades próprias, estamos em condições de afirmar que isso não sucedeu apenas por omissão, mas deliberadamente.

O Governo Português atravessou o Ano Internacional do Deficiente com uma preocupação única — diametralmente oposta aos objectivos do AID: evitar que a problemática dos deficientes atingisse a sua verdadeira dimensão pública nacional. Porque, a partir daí, os governos já não poderiam facilmente furtar-se às suas obrigações.

A **IGUALDADE**, em 1981, não foi conseguida. A **TOTAL PARTICIPAÇÃO** não teve lugar.

Foi especialmente em 1981, salienta-se, que o Conselho Nacional de Reabilitação, órgão de coordenação da reabilitação, em que as Associações de deficientes estão representadas, foi marginalizada. Foi durante o Ano Internacional do Deficiente que foi extinto o órgão militar de reabilitação (CMRA) em que a ADFA participava. Foi ainda em 1981 que a ADFA se viu obrigada a manifestar-se publicamente perante a falta de diálogo do Governo.

Quanto à adopção de medidas legislativas capazes de melhorar as condições de vida dos deficientes, foi durante o AID que o Governo decidiu congelar projectos sobre os deficientes das Forças Armadas que governos anteriores prepararam para aprovação. Igualmente alguns projectos elaborados no Secretariado Nacional de Reabilitação de interesse para todos os deficientes (trabalho protegido, quota obrigatória, combustíveis, etc.) foram congelados em 1981.

A estrutura organizativa oficial do AID funcionou de uma forma apagada, sem vontade nem dinâmica, apesar das pressões e exigências dos próprios deficientes. A população foi tendo conhecimento das comemorações mais através da acção directa dos deficientes do que da estrutura oficial.

O mínimo que a ADFA exigiu da Comissão Executiva Nacional — empreender acções de sensibilização

da opinião pública — não foi conseguido.

Os Governadores Civis, a quem foram entregues verbas para promoverem localmente acções de sensibilização, revelaram, na sua maioria, uma apatia total, não encontrando sequer forma de empregar essas verbas.

Os órgãos de Informação, especialmente a Televisão, alhearam-se do AID, para não «chocarem a opinião pública», como o considerou a RTP.

Governo, Secretariado Nacional de Reabilitação, Governadores Civis e órgãos de Informação estatizados, dependendo todos da mesma vontade, empenharam-se, de facto, na não comemoração do AID.

Na própria Assembleia da República não se conseguiu fazer funcionar a Comissão Eventual para o AID aí criada.

Assim foram goradas as expectativas e esperanças dos deficientes.

Como positivo, há a registar a receptividade e calor humano que a população manifestou perante as comemorações, comprovando-se mais uma vez que a rejeição que a sociedade faz dos deficientes não assenta no fundo humano das pessoas que a compõem, mas nas formas organizativas que lhes são impostas.

Os próprios deficientes, através das suas Associações não souberam dar uma prova de força e organização, o que contribuiu em muito para que as comemorações tivessem decorrido desta forma apagada.

Esperava-se que as Associações de deficientes, com esta oportunidade, ultrapassassem a sua forma organizativa incipiente, determinando elas próprias o ritmo das comemorações. A força dos mais de 900 mil deficientes civis não foi minimamente notada, porque não puderam, não souberam ou não foram bem representados.

Nos últimos tempos de 1981, incluindo a semana e dia nacional do deficiente, as Associações deram, de facto, provas de que não estão à altura do milhão de deficientes que somos e dos reais problemas que nos afectam. Deste facto temos que retirar as devidas ilações, porque só a força dos deficientes será capaz de impor à sociedade a sua aceitação sem marginalização e de exigir dos governos as medidas e estruturas necessárias à realização dos seus direitos.

Para além do AID, serão agora os próprios deficientes que deverão dar forma prática ao lema das comemorações — **TOTAL PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE**.

Que o AID e a reflexão sobre o que nele não se fez e podia ter sido feito sirvam de oportunidade para o despertar da grande força reivindicativa latente nos deficientes portugueses é um desejo que, a efectivar-se, justificará só por si e plenamente o ano que tivemos, porque garantiremos a vida a que temos direito.

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL RESTABELECEU DEFINITIVAMENTE A NORMALIZAÇÃO DA ZONA CENTRO

A situação associativa anómala que se vinha verificando na Zona Centro foi definitivamente normalizada através de uma deliberação da Assembleia Geral Nacional de 3 de Abril.

Esta questão, que tinha criado algumas dificuldades associativas, havia merecido a apreciação do Secretariado Nacional em 1 de Novembro último e havia sido abordada na Assembleia Geral Nacional de 16 de Janeiro. Este assunto, por ser muito sensível, levaria ao encerramento dessa Assembleia Geral, devido a terem deixado de verificar-se as condições mínimas de discussão para deliberação consciente.

Seria em sequência deste facto, e por se considerar necessário um esforço para ultrapassar esta questão, que os órgãos sociais Centrais e os elementos eleitos para os órgãos da Zona Centro realizaram, no dia 13 de Fevereiro, em Lisboa, numa reunião. Nesta reunião chegou-se a acordo quanto a uma proposta a apresentar à Assembleia Geral Nacional Ordinária de 3 de Abril.

Foi essa proposta que a Assembleia aprovou e que a seguir se transcreve. Há a referir as condições em

que a discussão deste assunto desta vez teve lugar, serenas e construtivas, totalmente diferentes das que se verificaram em 16 de Janeiro. Conseguiu-se, assim, dignificar o órgão máximo da Associação a Assem-

bleia Geral Nacional —, encontrando-se através dele a solução definitiva e, o que interessa registar, em ambiente associativo positivo.

É, pois, do seguinte teor a deliberação da Assembleia:

1 — É considerada sem efeito a posse da M.A.G.Z.C. conferida pela M. A. G. Z. C. cessante em 15/8/81. A M.A.G.Z.C. deverá ser empossada pela M.A.G.N. ou por esta ratificada a posse anterior. De futuro, as M.A.G.Z. serão obrigatoriamente empossadas pela M.A.G.N.

2 — É revogada a deliberação do Secretariado Nacional sobre a integração das Delegações de Coimbra e Viseu na Zona de Lisboa, constante do ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos da reunião de 1 de Novembro de 1981.

3 — Os órgãos Centrais e da Zona Centro devem estabelecer e desenvolver relações funcionais de trabalho, garantindo a operacionalidade da Associação dentro do seu espírito descentralizador.

4 — O espírito crítico dos órgãos e sócios relativamente à orientação global da Associação é salutar para o desenvolvimento associativo, não podendo, contudo ser desenvolvidas quaisquer iniciativas que ponham em causa a unidade da Associação e o seu funcionamento global e harmonioso.

5 — A responsabilidade pela suprema orientação da Associação cabe à Assembleia Geral Nacional, com a adopção das medidas adequadas, previstas estatutariamente e que poderão incluir a própria demissão dos órgãos actuais se necessário.

6 — A Assembleia Geral Nacional, como representante de todos os sócios, não aliena os seus direitos, exigindo assim dos órgãos, Centrais, Regionais e Locais o cumprimento integral dos seus deveres e obrigações estatutárias concorrentes para o impulsionamento da Associação em direcção aos seus objectivos.

## O DESPORTO PELOS DEFICIENTES EM DEBATE

A ADFA, Delegação do Porto, realizou no dia 3/4/82, pelas 21H00, na Casa do Desporto, um colóquio cujo tema foi a importância do desporto na integração social do deficiente, assim como a necessidade de fomentar a sua correcta prática diária.

A orientação deste colóquio esteve a cargo do Dr. RAUL MAIA, médico fisiatra que presta serviço no Centro Oficial de Meios Ortopédicos da ADFA, Dr. JERÓNIMO DE SOUSA e JOSÉ GASPARR ARRUDA, ambos dirigentes da nossa Associação.

Os objectivos desta realização foram os seguintes: dinamizar os deficientes para a prática do desporto; dinamizar as pessoas e as instituições ligadas à organização administrativa do desporto procurando sensibilizá-los para a necessidade urgente de criar as estruturas que possibilitem a prática do desporto pelos deficientes; sensibilizar os órgãos de comunicação social para a análise desta problemática no sentido da formação de uma opinião pública correcta formada a este respeito.

Foi sublinhado que os deficientes, a minoria mais numerosa e desconhecida da sociedade, têm problemas específicos de carácter psicológico, sendo o desporto um instrumento

privilegiado de terapêutica e reabilitação e não mera ocupação dos tempos livres.

Foi ainda analisada a função médica do desporto pelos deficientes, tendo sido referida a sua importância na reeducação e readaptação do deficiente. A este propósito foi realçada a necessidade da existência de uma equipa constituída pelo médico, o terapeuta e o monitor desportivo, devendo este ser um profissional de educação física, com especialização própria na área dos deficientes. Esta fase do colóquio foi ilustrada com diapositivos demonstrativos da prática desportiva pelos mais variados tipos de deficiência.

A última parte do colóquio foi destinada à forma organizativa e administrativa do desporto pelos deficientes, tendo sido referida a perspectiva da ADFA no que respeita à criação da Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes.

Seguiu-se um período de debate, tendo por todos os presentes sido reconhecido que a Federação, sendo um mal necessário, era a única forma de ser evitada a marginalização no campo do desporto, a que os deficientes são votados.

Este colóquio teve a participação de uma represen-

tação do Secretariado Nacional de Reabilitação, através do Dr. PEDRO RIBEIRO. Estiveram ainda presentes representações da Direcção-Geral dos Desportos, do Centro de Reabilitação Vocacional do Porto, do Centro de Educação Especial do Porto, da CERCI-ESPINHO, do Centro de Reabilitação da Granja, de Grupos Desportivos, para além de médicos fisiatras e ortopedistas, professores de educação física e deficientes.

## AOS ASSINANTES DO «ELO» DE COIMBRA

Os senhores assinantes do nosso jornal, que fizeram as suas assinaturas através dos serviços da Delegação de Coimbra da A.D.F.A., deverão renovar as mesmas referentes ao ano de 1981, enviando para esta Delegação a verba correspondente.

Quem não se puder deslocar às nossas instalações poderá fazê-lo por escrito.

Também as assinaturas referentes ao ano em curso poderão ser pagas. Caso os assinantes queiram enviar as importâncias pelo correio, agradecemos que especificuem o respectivo envio.

Os assinantes que não recebam o jornal deverão informar esta Delegação, Av. Fernão de Magalhães 429-A-6.º F. Pessoalmente ou por escrito. Quem mudar de residência deverá igualmente informar estes serviços.

**TIRAGEM DESTE NÚMERO  
11000 EXEMPLARES**

# SOBRE O DIREITO DOS DEFICIENTES AO TRABALHO

## «ELO» entrevistou gerente da Agência da Caixa Geral de Depósitos de Cascais

O nosso jornal soube que a agência da Caixa Geral de Depósitos de Cascais, durante o ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE, iniciou algumas modificações na sua estrutura arquitectónica de modo a permitir o fácil acesso dos deficientes aos seus balcões.

O «ELO» quis saber qual a origem de tão importante iniciativa e deslocou-se a Cascais, onde teve oportunidade de entrevistar o Sr. Esparteiro, gerente daquela agência da C.G.D., que nos contou como surgiu a ideia de facilitar o acesso dos deficientes àquele estabelecimento bancário.

O Sr. Esparteiro é um colaborador activo em iniciativas desportivas levadas a cabo pelo Centro de Medicina de Alcoitão e é um conhecedor dos problemas que afectam os deficientes, neste País, porque, tendo pertencido aos órgãos directivos duma Associação de Cegos, encontra-se perfeitamente sensibilizado para a integração dos deficientes.

Na falta d'um plano global que vise facilitar a integração dos deficientes na sociedade através do trabalho, a ADFA, congratula-se com iniciativas como esta que poderiam ser seguidas por outros estabelecimentos bancários.

Iniciámos a entrevista colocando a seguinte questão:

«ELO» — Quantos trabalhadores deficientes tem esta agência ao seu serviço?

E. — Tem um, o Sr. Fanado, que é um colega cumpridor, e gosta de colaborar, sendo um funcionário, para mim, igual a qualquer outro. É facto também que são distribuídas determinadas tarefas, tarefas essas que se coadunam com o seu perfil físico. Em termos de rentabilidade é igual a qualquer outro.

«ELO» — O Contrato

Colectivo de Trabalho dos bancários prevê a admissão de 2% de trabalhadores deficientes que têm participado nos diversos concursos, focando essa sua condição, e não têm sido admitidos. É conhecedor dos motivos que terão levado a Caixa Geral de Depósitos a não seleccionar esse tipo de candidatos?

E. — Sei que na realidade o C.C.T. diz isso. No entanto, eu não sou a pessoa indicada para lhe poder responder a esse

assunto na medida em que esse assunto é tratado a nível do Serviço do Pessoal, e se é que poderá responder se há na realidade os 2%, se há mais ou menos.

«ELO» — A Caixa Geral de Depósitos está preparada para reintegrar qualquer trabalhador que eventualmente se deficiente ao seu serviço?

E. — Essa pergunta está relacionada com a anterior. Eu julgo que sim, no entanto quem poderá responder a isso será o Serviço do Pessoal.

«ELO» — Quais as principais razões que levaram a Caixa Geral de Depósitos a facilitar o acesso de deficientes a esta agência?

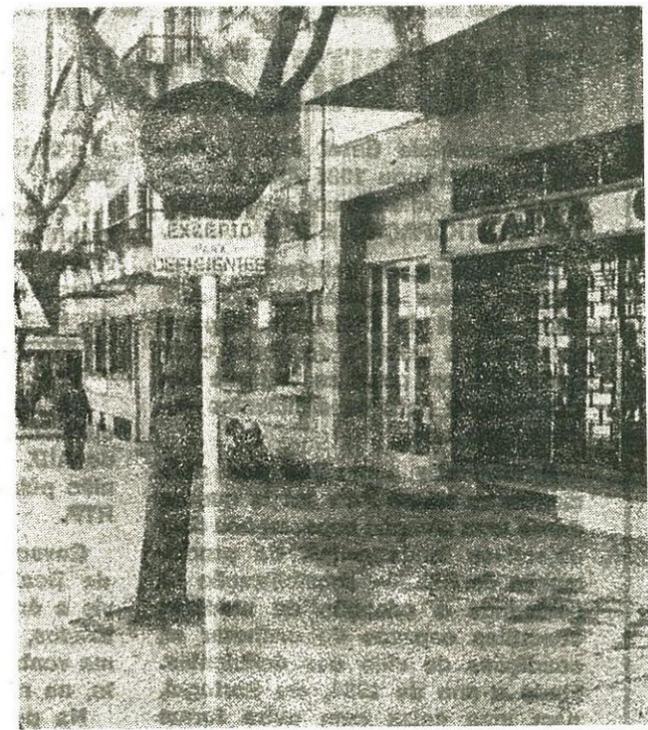
E. — Eu considero que o desprezo pela vida alheia não pode ser comodamente justificado pela fatalidade dos outros. No que diz respeito à agência de Cascais, essa ideia já vem de há muito tempo. Determinado dia, em conversa com o colega Fanado, preparámos um pedido, pedido esse que foi dirigido à Presidência da Câmara de Cascais, no sentido de se colocar junto à agência, um sinal que permitisse o estacionamento a veículos dos Deficientes. Esta ideia surgia, zelo

facto de um dia, ao sair desta agência, encontrar, na rua, um Deficiente de carro, que, não sabendo quem era, me pediu o favor de lhe levantar certa importância, ao que acedi. Voltei à agência, levantei e entreguei-lhe o dinheiro. Fiquei pensando se não voltaria a repetir-se, com este ou outro Deficiente, a mesma situação. Se uma pessoa menos honesta se aproveitaria para desaparecer com o dinheiro.

Por esta razão, foi então dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascais uma petição para que fosse colocado o sinal de estacionamento para Deficientes e também uma rampa que lhes permitisse o acesso à agência, como a qualquer outro cidadão.

Contactámos o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e fomos fornecidos elementos que enviámos à Câmara de Cascais e dos quais ainda não obtivemos resposta.

Em conversa particular, o Senhor Presidente da Câmara prometeu-me que estudaria o assunto e daria uma resposta. Até à presente data nada nos foi dito. Penso brevemente falar com o Senhor Presidente para lhe relembrar a ne-



cessidade e urgência da construção da rampa.

«ELO» — Esta medida faz parte de algum plano a nível nacional, ou foi apenas levada a cabo pelo Senhor, como gerente desta agência?

E. — Não sei se outra agência ou os Serviços Centrais têm algum plano, devo dizer que esta iniciativa foi nossa, não consultei ninguém da Sede, sabendo de antemão que a Administração e a Direcção dos Serviços Sociais e agências estariam abertas a este tipo de realizações.

Tenciono, depois de colocada a rampa, adaptar uma parte do balcão de forma a permitir que um indivíduo em cadeira de rodas seja atendido com comodidade, que o balcão normal não permite por ser demasiado alto.

Se a construção da rampa dependesse desta agência ou da C.G.D. já teria sido resolvido o problema.

«ELO» — A semelhança do que acontece em vários Países da Europa, existe um projecto de legislação para aplicação no nosso País da cota obrigatória. Que pensa desta medida?

E. — Eu acho que é uma medida adequada. Concorro perfeitamente, é uma ótima ideia admitir qualquer Deficiente em empresas públicas ou privadas. O Deficiente tem direito ao trabalho e sobrevivência, como qualquer outro cidadão.

## O AÍD VISTO POR UM JORNALISTA

(Continuação da 2.ª pág.)

narizes torcidos que, a contragosto, vão estudar o problema.

Seria possível adaptar, num ano, em dois, todos os meios de transporte existentes? Não, certamente. Por conseguinte, a atribuição de subsídios de transportes é um meio correto de transição, que, pelo menos, permitirá a muita gente sair de casa e dar os primeiros passos nas ruas hostis.

As barreiras arquitectónicas. Há que abolir-las. O decreto-lei saído, no entanto, apenas diz respeito, aos prédios a ser futuramente construídos pelo Estado. Os que já existem terão que cair de velhos para deixarem de ser impecilhos para um décimo da população.

Não se pensou obrigar os construtores privados a atender aos deficientes. Não se toca nas preocupações dos empresários, que já andam incomodados com a taxa de juro. Isso é outro reparo que se poderia fazer.

Mas, no fundo do fundo, seria quase impossível, neste momento, refazer centenas de anos de erros e desatenções, modificando toda a estrutura das nossas arquitecturas. Então, ao menos, que se pensassem em algumas emendas (para não dizer remendos) porque não financiar modificações nos serviços absolutamente essenciais, porque não financiar modificações

nos serviços absolutamente essenciais, porque não, até, providenciar uma assistência aos deficientes, para que estes pudessem participar em espectáculos culturais ou desportivos?

E as pensões dos sinistrados no trabalho? Não são precisas esmolas, é preciso trabalho (vamos a ver, já agora, como se aplica a lei das quotas, se vier a ser aprovada). Mas — e os inúmeros casos de homens destruídos e espezinhados, porque, só porque, no fundo, os sinistrados no trabalho são muito baratos, mais até que um automóvel em segunda mão?

Que ridícula cena é ver-se longas horas gastas a discutir e debater uma coisa que não existe, a segurança e higiene no trabalho! Recentemente, no Porto, houve uma conferência dedicada ao assunto. Mas nada pode fazer-nos esquecer que as próprias instalações da Direcção Regional de Higiene e Segurança no Trabalho caíram de podres, com o temporal mais azedo deste inverno. Corrimões, tectos, casas de banho vieram por ali abaixo — e só nessa altura o Governo mudou as instalações para sítio menos caricato.

No fundo, no fundo, é mais barto um acidente de trabalho do que um despedimento. E enquanto as pensões não aumentarem drasticamente par aníveis humanos, talvez os indus-

triais e o Estado não se resolvam a cuidar melhor dos «seus» trabalhadores.

Neste caso, o subsídio poderia ter um vigoroso efeito educativo.

### E AS ASSOCIAÇÕES?

Na verdade, tudo isto nos faz pensar quanto é vazio de sentido o que muitas vezes se diz a propósito dos deficientes, a nível oficial e não só.

Neste mês de Abril, por exemplo, em declarações ao «Correio do Minho», o director da Associação de Pais de Crianças Diminuídas Mentais de Viana do Castelo afirmava que, das cerca de cinco mil crianças deficientes mentais existentes no distrito, apenas 82 são assistidas e educadas em estabelecimentos apropriados.

Nos outros pontos do país, a criança deficiente está sujeita às mesmas condições. Mesmo as que encontram lugar nos estabelecimentos oficiais têm um destino apenas ligeiramente melhor (se o for): quantos professores especializados há, quantos técnicos?

Que educação se lhes dá? Escrever, ler e contar — que interessa isto, sem mais nada? Será preciso abrir escolas especiais para ensinar às crianças a quarta classe, com professoras primárias formadas nas Escolas Normais? Que sentido tem tudo isto?

Portugal está ridiculamente abaixo das necessidades mínimas. É preciso começar quase do nada.

Neste sentido, é talvez urgente que as associações de deficientes tomem os seus destinos nas suas próprias mãos.

Jornalista do «Jornal de Notícias»

## Suplemento por comissão de serviço militar poderá ser integrado nas pensões dos DFA

O suplemento por comissão de serviço militar, conferido aos militares dos quadros permanentes em 1978, poderá vir a ser considerado para o cálculo das pensões dos deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43-76.

Foi nesse sentido que a ADFA enviou recentemente uma exposição à Administração da Caixa Geral de Aposentações.

Nesta exposição, a ADFA considera que o referido suplemento deve ser considerado na fixação do montante da pensão dos DFA, quer porque o Decreto-Lei n.º 43-76, no art.º 9.º, determina que a pensão é sempre calculada por inteiro, ao mesmo tempo que estabelece, no preâmbulo, o princípio de «actualização de todas as pensões e abonos devidos aos DFA, sempre que houver alteração de vencimentos e outros abonos do activo», quer ainda porque, nos termos do Decreto-Lei n.º 164-A-81, este abono passou a ser considerado como remuneração mensal, em função da qual é determinada, como se sabe, o montante da pensão. A Associação tem conheci-

mento que alguns deficientes enviaram já requerimentos individuais à Caixa Geral de Aposentações solicitando a integração deste abono nas respectivas pensões. Tem-se igualmente conhecimento que este assunto tem vindo a ser analisado pela Caixa, já que os pressupostos legais desta exigência dos DFA são evidentes.

Aguarda-se, assim, a decisão da Caixa Geral de Aposentações esperando-se que a exposição da ADFA seja levada na devida consideração.

O suplemento por comissão de serviço militar foi concedida aos militares dos quadros permanentes em 1978, sendo calculado em função de uma percentagem do vencimento base. Tem vindo, assim, desde essa altura a ser actualizado automaticamente de acordo com a actualização do vencimento base. A percentagem actual, que não é uniforme para todos os postos, é, nos termos do Decreto-Lei n.º 49-A-82, de 26, 18, 14, 21, 14, e 8, sendo a percentagem mais elevada correspondente a postos superiores e a mais baixa a postos inferiores.

## INSTALAÇÕES DA DELEGAÇÃO DO PORTO

(Continuação da 2.ª pág.)

cional indica-se, como objectivos imediatos da Associação no Porto, o seguinte:

— Instalação, em edifício definitivo, do Centro Oficial de Meios Ortopédicos.

— Criação de uma Oficina-Escola de Artesanato de Madeira para formação profissional de grandes deficientes.

— Adaptação do Centro Oficial de Meios Ortopédicos existente na Oficina-Escola.

— Criação de um Gabinete de Apoio à reabilitação e integração social.

— Criação de uma estrutura de apoio na formação de cooperativas e ou unidades de produção familiares.

Destes objectivos foi igualmente dado conta à Secretaria de Estado do Emprego, através de contactos estabelecidos com o Presidente da Comissão de Reabilitação. Esses contactos, que irão prosseguir, têm em vista obter apoio técnico e mesmo financeiro, se possível, para as iniciativas da Associação no Porto, procurando-se, por este meio, valer ainda a situação de marginalização social e profissional que se verifica entre os deficientes das Forças Armadas.

# ASSOCIATIVISMO DE DEFICIENTES: UM DEBATE PÚBLICO NECESSÁRIO

A necessidade de pessoas com interesse e objectivos comuns se associarem não é de hoje. Razões económicas e políticas estão frequentemente na base de movimentos congregadores de cidadãos que a história regista. Mas, para além destes dois, motivos há que têm levado pessoas a unir e conjugar esforços, de ordem desportiva, recreativa e cultural, enraizados um pouco por toda a parte no espírito popular. E há ainda outras motivações de carácter humanitário ou mesmo caritativo. Estes têm surgido como resposta as situações sociais especialmente difíceis, não considerando agora outras razões que poderão simultaneamente existir, como a ordem política, por exemplo.

Estas últimas formas organizativas, em que as pessoas se juntam para ajudar outras em situação social difícil, pertencem hoje definitivamente ao passado. Entrou-se, felizmente, numa era em que as formas paternalísticas já não são bem aceites pelos desfavorecidos, porque trazem em si o cunho da humilhação. Isto pela parte de quem recebe, porque pelo lado de quem está disponível para o protecção (e são ainda muitas as pessoas com essa tendência) ainda não foi reconhecido o carácter aviltante da ajuda directa ao semelhante «miserável».

Assim, nos tempos que correm, tende-se a enarrar a solução de situações sociais degradadas através do esforço e intervenção directa dos interessados e não mais através da ajuda embaladora dos seus semelhantes.

Quando nos referimos a estas situações, estamos a pensar nos deficientes, claro. Mas isto não é apenas válido para os deficientes. A consciência que estes, no nosso País, concretamente, têm vindo a tomar, com a consequente recusa de formas protecção, encontra um certo paralelismo no movimento sindical. Senão veja-se: hoje seria impossível lançar qualquer tipo de iniciativa que visasse facultar uma «sopa dos pobres» aos operários das fábricas. Era no entanto normal no início da era industrial. É que as condições de vida dos operários dessa altura (séc. XIX) sofreram uma transformação, não devido às ajudas das classes mais abastadas através dos seus gestos humanitários, mas porque foram os próprios operários que souberam lutar pela melhoria da sua situação. As formas organizativas que souberam encontrar e utilizar (sindicatos) levaram a que o resultado da produção tendesse a contemplar de uma forma mais justa a força do trabalho.

Isto para evidenciar que só os próprios interessados poderão provocar a alteração da situação social de inferioridade em que se encontram.

Relativamente aos deficientes, um problema social que começa timidamente a assumir-se como tal, há, pois, que privilegiar, em primeiro lugar, a sua intervenção directa de forma organizada; há que encontrar as melhores e mais eficientes formas de organização associativa; há que, muito frontalmente, dar forma pública e nacional à questão social dos deficientes.

Embora não procurando esgotar aqui este assunto, há que referir que o paralelismo estabelecido com o movimento sindical ou a analogia sugerida com outras formas organizativas de carácter económico, político, desportivo, recreativo ou cultural, carecem de um aprofundamento que levará, necessariamente, a concluir que a organização de deficientes não pode ser uma cópia ou um decalque de qualquer outra, mas sim assentar em bases muito próprias.

A ADFA tem vindo, ultimamente, a dar uma atenção especial a esta questão. Na sequência do 2.º Congresso Nacional, realizado em Maio do último ano, a Associação tem revelado uma disponibilidade funcional total para, conjuntamente com os deficientes civis, se proceder ao lançamento das bases de um grande movimento associativo de deficientes à escala nacional.

Esta tarefa não tem sido, contudo, fácil. Associações há que desprezam esta abertura.

A ADFA convocou, para o dia 13 de Maio as Direcções de todas as Associações de deficientes representadas na Comissão Nacional do A.I.D. para uma reunião cujo objectivo era exactamente dis-

cutir esta questão. Apenas duas Associações estiveram presentes, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas mentais e a Associação Spina Bítida e Hidrocefalia de Portugal. Mais cinco Associações haviam confirmado, nas vésperas, a sua presença na reunião. Para além da Associação Spina Bítida e Hidrocefalia de Portugal. Mais por motivos de ordem particular, desconhece-se as razões que teriam levado as outras a decidirem, à última hora, não estar presentes.

O facto de a APD se ter negado a participar no encontro, considerando a posição de destaque desta Associação na CCNOD, pode-se compreender tudo o resto.

É interessante verificar que a este encontro promovido pela ADFA deram maior importância os órgãos de informação e os próprios deficientes. A maior parte dos jornais noticiou a sua realização, a televisão entrevistou a propósito um elemento da Direcção da ADFA e o jornal «Portugal Hoje» pretendeu dar seguimento a esta iniciativa com uma mesa redonda em que participassem várias Associações.

Isto denota que existe, felizmente, uma sensibilidade mínima da opinião pública para o associativismo dos deficientes. E são estes, ou pelo menos alguns, que desprezam esta oportunidade. Participar num debate público sobre o associativismo é o mínimo que dos deficientes se pode e deve neste momento exigir. Fugir a esse debate será actualmente a maneira mais eficaz de traír a causa dos deficientes. Milhares de portugueses poderiam já ter reflectido sobre a problemática dos deficientes se a mesa redonda que o jornal «Portugal Hoje» pretende realizar tivesse tido lugar. A APD assumiu a responsabilidade de dificultar a realização desse trabalho.

Sabemos, entretanto, que, aquele jornal mantém de pé essa iniciativa, podendo efectivá-la logo que as Associações a tal se disponham.

Cabe aqui uma pergunta: quem tem medo de emparceirar com a ADFA na discussão destes problemas?

Até à realização do 1.º Congresso Nacional de Deficientes, de que a ADFA foi promotora até oito dias antes, os deficientes das Forças Armadas eram fundamentais para acções conjuntas. A partir daí pretende-se fazer ficção à volta deste assunto: inventa-se uma representatividade de todos os deficientes apenas para desempenhar esse papel.

A dinâmica e força associativa da ADFA era importante em determinadas condições. Não o é noutras. Explicitando: depois de a ADFA se ter afirmado como defensora de um associativismo autónomo e independente de interferências partidárias receia-se a sua presença.

Voltando um pouco atrás, convém referir que se o protecção económico é nocivo para quem necessita de se emancipar, o protecção político provoca também graves entraves e dificuldades a essa emancipação. Mas esta é apenas uma mera opinião que faz parte actualmente da orientação oficial da ADFA e que intedessará, em primeira instância, que seja discutida pelos próprios deficientes. Mas é uma opinião que poderá ser um desafio. E um desafio que se está a tornar bastante incómodo junto de quem vem fingindo ignorá-lo.

A CCNOD realiza no dia 17 de Abril, no Alcoitão, um encontro nacional de deficientes. A ADFA não estará presente.

E não estará presente, porque, mais uma vez se faz ficção com um assunto muito sério e real. Procura-se dar a ideia de que existe um movimento nacional, representativo de todos os deficientes portugueses, como tal é posto a funcionar, quando a realidade é bem outra. Trata-se apenas de alguns deficientes que se auto-intitulam representantes de todos.

Interessará, realmente, organizar os deficientes ou, iludindo a opinião pública e eles próprios, fazer crer que estão organizados?

A ADFA move-se no plano do real, dos actos, das realizações, porque real é, de facto, a marginalização social dos deficientes e não mera ilusão. Há, pois, que partir dessa realidade

## EDITORIAL

(Continuação da 1.ª pág.)

Temos ainda muitas páginas do «Elo» para escrever. Cimentaremos, assim, cada vez mais a unidade que o «Elo» simboliza. Faremos, assim, crescer a nossa força ao ritmo das publicações.

Para já, 100 números publicados são a ideia da força que temos da dimensão que somos. 100 números publicados são um pedaço de história por nós escrita e feita. Eles são uma indicação segura de que saberemos também construir o futuro mais à nossa medida.

## 8.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

(Continuação da 1.ª pág.)

10.00 às 12.00 h. — No Açude, concurso de pesca para todos.

10.30 h. — Futebol de salão ADFA (Porto)-Grupo Desportivo Coruchense, na Vila de Córuche.

11.00 h. — Gincana em cadeira de rodas na Praça da Liberdade, também na Vila.

11.00 h. — Atletismo para crianças com o apoio e participação do departamento juvenil do Grupo Desportivo Coruchense.

12.30 h. — No Açude, actuação de ranchos folclóricos.

13.00 h. — Actuação da banda de Coruche.

14.30 h. — Intervenção da Direcção Central.

15.00 h. — Tarde de intervenção cultural com vários artistas consagrados.

### Localização e meios de acesso

O local do convívio (Parque Nacional do Açude de Monte da Barca), com condições, inclusivamente para natação e campismo, fica situado a cerca de 8 km de Coruche, na estrada nacional n.º 114; ao km 122 (entre Coruche e Monte-Mor). Para as pessoas que se deslocam em transporte próprio, a estrada estará devidamente sinalizada com placas da ADFA.

O acesso faz-se, dos diversos pontos do País, do seguinte modo:

De Lisboa: Auto Estrada — Vila Franca — Porto Alto — Infantado — (Estrada n.º 119) Coruche.

Do Norte: Santarém — Almeirim — Coruche (estrada n.º 114).

Do Sul: Montemor — Coruche (estrada n.º 114).

De Estremoz: Mora — Coruche (estrada n.º 119).

De Castelo Branco: Ponte do Sor — Mora — Coruche.

Por comboio:

PARTIDAS

Lisboa: 06.35 — 08.55 — 09.18 — 10.32.

Porto: 05.40 — 06.55 — 09.25.

Coimbra: 05.15 — 07.15 — 08.25 — 09.40 — 11.11.

Guarda: 5.15.

Covilhã: 06.00 — 06.25.

C. Branco: 07.54 — 08.32

Guarda: 04.43 — 07.20.

Viseu: 07.40.

Nelas: 06.21. — 09.05.

Este convívio vai ser possível graças ao apoio muito especial que a ADFA recebeu desde a primeira hora da Câmara Municipal de Coruche e do Clube Desportivo Coruchense. Note-se, como se depreende do programa, que a vila de Coruche vai viver intensamente a presença da Associação no dia 15 de Maio.

### Aniversário da ADFA em rádio-amador

O 8.º aniversário da ADFA será ainda assinalado no dia 22 e 23 de Maio num conteste nacional na Banda do Cidadão organizado com o apoio de várias estações, nomeadamente a estação «Super Star» do Cacém (CUT 6616). Este conteste, desde as 0 horas do dia 22 até às 24 horas do dia 23, terá lugar nos canais pares do 20 ao 40 em AM, 2SB e USB.

Oportunamente encontrar-se-á à disposição dos interessados o regulamento do conteste na Sede da ADFA e em todas as delegações. Será igualmente organizado um conteste a nível de rádio-amadores.

O slogan utilizado é o seguinte: «Tivemos um ano, queremos uma vida».

## REVISÃO DE LEGISLAÇÃO

(Continuação da 1.ª pág.)

ADFA há tanto tempo vem exigindo.

Entretanto, continua-se a aguardar, por parte do Conselho da Revolução, a aprovação do diploma sobre a assistência médica, ou seja, integração dos deficientes das Forças Armadas nas ADM's. Os últimos contactos havidos

indicam que este assunto está a ser encaminhado no sentido de ser aprovado. A demora verificada, no entanto, mais uma vez reforça o descontentamento da ADFA em relação ao Conselho da Revolução, órgão que deveria ter uma maior atenção para com a situação dos deficientes das Forças Armadas.

# A ADFA PROMOVEU JORNADA DE ANIMAÇÃO DESPORTIVA NO PORTO

No seguimento das acções que a ADFA vem desenvolvendo com a finalidade de fomentar a correcta prática diária do desporto pelos deficientes, como meio privilegiado de reabilitação, realizou a Delegação do Porto, no dia 4-4-82 uma jornada de Animação Desportiva, nas instalações do Centro Desportivo Universitário do Porto.

Esta jornada foi completada com o colóquio noticiado noutra local, e teve a participação de mais de uma centena de deficientes da ADFA, do Centro de Reabilitação Vocacional do Porto, do Centro de Reabilitação da Granja, da Associação de Cegos do Norte de Portugal e da Associação Portuguesa de Surdos.

Constituiu esta iniciativa, para além da demonstração da capacidade dos deficientes, uma prova inequívoca de que os deficientes são capazes de se unir em torno de acções concretas, podendo, deste modo, abrir com mais facilidade os caminhos que lhe permitam a sua integração social plena.

Ao longo da manhã, apesar da ventania e do frio persistentes, os participantes nesta jornada não deixaram de dar o seu melhor nas diversas provas a que foram sujeitos. Assim, puderam as algumas centenas de pessoas que ali acorreram, presenciar atletismo, basquete em cadeira de rodas, ciclismo, futebol de salão e ténis de mesa.

Como já havia acontecido no dia anterior, esteve presente uma representação do Secretariado Nacional de Reabilitação que se inteirou da forma como se desenrolou esta Jornada de Animação Desportiva.

## ATLETISMO

As provas tiveram início às 09h10 e terminaram cerca das 13h00, tendo concorrido às mesmas 71 praticantes, sendo 64 masculinos e 7 femininos.

Colaboraram na sua realização a Associação de Atletismo do Porto e uma equipa de juizes cronometristas, os quais em muito contribuíram para o êxito das provas.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

### LANÇAMENTO DO DARDO CLASSE «EM PÉ»

1 — Jojo (ADFA), 14,76 metros; 2 — Djalo (ADFA), 13,96; 3 — Mário Pinto (CRVP), 13,74; 4 — Fernando Adelino (CRVP), 12,20; 5 José Rufino (ADFA), 9,80; 6 — Victor Emanuel

(CRVP), 8,48; 7 — Pedro Manuel (CRG), 5,66.

### ATLETISMO 60 METROS CLASSE «EM PÉ»

1 — José Augusto (CRVP), 9,7 segundos; 2 — Fernando Soares (CRVP), 10,1; 3 — Victor Emanuel (CRVP), 10,2; 4 — Pedro Araújo (CRVP), 10,6; 5 — Ana Paula (CRVP), 10,8; 6 — Laurinda Oliveira (CRVP), 12,4; 7 — José Macedo (CRVP), 40,5 c/canadianas; 8 — Balbina Nunes (CRVP), 47,8 c/canadianas; 9 — Álvaro Matias (CRVP), 48,4.

### ATLETISMO 100 METROS CLASSE «EM PÉ»

1 — José Augusto (CRVP), 17,1 segundos; 2 — Fernando Soares (CRVP), 17,4; 3 — Abílio Cunha (CRVP), 20,1; 4 — António Martins (ADFA), 25,5; 5 — Jojo (ADFA), 26,5; 6 — José Macedo (CRVP), 1 m 10,5 s, c/canadianas.

### ATLETISMO 800 METROS CLASSE «EM PÉ»

1 — Fernando Vale (ADFA), 4 m 12 s.

### ATLETISMO 1500 METROS CLASSE «EM PÉ»

1 — José Augusto (CRVP), 6 m 19,3 s; 2 — Martins (ADFA), 7, 02, 5; 3 — Jojo (ADFA), 7,35,6.

### LANÇAMENTO DO PESO CLASSE «EM PÉ»

1 — Manuel Costa (ADFA), 8,41 metros; 2 — Fernando

Carvalho (ADFA), 8,13; 3 — Adelino Vale (ADFA), 7,12; 4 — Silvino (ACNP), 6,73; 5 — Eduardo Araújo (CRVP), 5,80; 6 — Aníbal Conceição (CRVP), 5,69; 7 — Djalo (ADFA), 5,49; 8 — Jojo (ADFA), 5,38; 9 — Paula Moreira (CRVP), 5,11; 10 — Laurindo Oliveira (CRVP), 4,82; 11 — Carla Cadinha (APD), 3,99; 12 — José Marafona (CRVP), 3,64; 13 — Balbina Nunes (CRVP), 2,97; 14 — Álvaro Matias (CRVP), 2,52.

### ATLETISMO 60 METROS CLASSE «CADEIRA DE RODAS»

1 — Jorge Neto (ADFA), 17,00 segundos; 2 — António Botelho (ADFA), 18,00; 3 — Manuel José (CRG), 18,05; 4 — Armindo Castro (CRVP), 5 — Serafim Silva (CRG), 20,01; 6 — Carlos Noivo (ADFA), 21,03; 7 — José Garcia (ADFA), 21,03; 8 — José Bernardino (CRVP), 22,00; 9 — Victor Borges (ADFA), 23,07; 10 — Pedro Manuel (CRG), 23,07; 11 — José Brito (CRVP), 24,07; 12 — Maria Conceição (CRVP), 28,09; 13 — António Loureiro (CRVP), 29,07.

### ATLETISMO 100 METROS CLASSE «CADEIRA DE RODAS»

1 — José Brito (CRVP), 32,06 segundos; 2 — Jorge Neto (ADFA), 33,02; 3 — Carlos Noivo (ADFA), 35,06; 4 — Victor Borges (ADFA), 36,09; 5 — Manuel Anjos (CRG), 38,04; 6 — Arménio (CRVP), 41,02; 7 — José Garcia (AD



Um aspecto do jogo de basquetebol

Borges, 6; Fernando Carvalho, 28; Garcia, 2; Neto, 0.

### CRVP

Bernardino, 2; Arménio, 8; Brito, 6; Serafim Ferreira, 2; Conceição Soares, 0; Miguel Mota, 0; José Alves, 0. Árbitro: Nicolau.

### CICLISMO

Apesar de se terem inscrito muitos participantes, apenas compareceram dois que efectuaram uma prova de 1500 metros, tendo-se verificado o seguinte resultado:

1 — José Noronha (ADFA), 3 minutos e 39,08 segundos; 2 — Abílio Cunha (Individual), 3,40,00.

### TÉNIS DE MESA

Esta modalidade proporcionou a muitos dos participan-

tes Galinha (CRVP)-Adriano Leitão (ADFA), 10-21 e 5-21; José Maria (CRVP)-Ferreira Silva ((ADFA), 6-21 e 14-21; Artur Silva (ADFA)-Ferreira Silva (ADFA), 21-3 e 21-7.

### FUTEBOL DE SALÃO

A abrir a jornada, teve lugar um jogo entre Cegos proporcionado por duas equipas da Associação de Cegos do Norte de Portugal que foi assistido com curiosidade pelos presentes, tendo o resultado final sido de 2-1 a favor da equipa B.

Constituição das Equipas  
EQUIPA A  
Abílio Rodrigues, Basílio, Sembo, Santos (1), David.

EQUIPA B  
João, Dimas, Francisco (1), Silvino (1), Joaquim.

Seguiu-se um outro encontro entre uma equipa da ADFA e outra da Associação Portuguesa de Surdos, tendo o resultado final sido de 5-3 a favor da ADFA.

Constituição das Equipas  
EQUIPA ADFA  
Fernando Costa, Bernardino Correia (3), Rogério Fernandes, Joaquim Ferreira, Mário Ferreira (2), Jorge Pina, Jerónimo Sousa, José Noronha,

EQUIPA APS  
Manuel Dias, Carlos Machado, José Mendes, José Silva, Joaquim Marques (1), Joaquim Viana (1), Diamantino Campelo, Mário Dias (1).  
A finalizar, jogaram as equi-

pas da ADFA e a do Centro de Reabilitação Vocacional do Porto, cujo resultado final foi de 1-1.

Constituição das Equipas  
EQUIPA ADFA  
Fernando Costa, Bernardino Correia, Rogério Fernandes, Mário Ferreira (1), José Garrido, Jerónimo Sousa.

EQUIPA CRVP  
Victor Claro, Marcelino Andrade, José Maria (1), Ana Paula Moreira, Laurinda Oliveira, Miguel Mota, Francisco Silva.

Prestou uma valiosa colaboração nesta realização o árbitro sr. Silva Pereira da Comissão Distrital de Árbitros do Porto.

### EM PONTA DELGADA

**Reservado na Praça da República espaço para estacionamento de 3 viaturas de deficientes**

Perante solicitação da Direcção da Delegação da ADFA em Ponta Delgada, nos Açores, a Câmara Municipal decidiu reservar na Praça da República o espaço necessário para o estacionamento de 3 viaturas conduzidas por deficientes.



Um aspecto do jogo de ténis de mesa

FA), 41,04; 8 — José Alves (CRVP), 57,06; 9 — Pedro Manuel (CRG), 1 m 02,04 s; 10 — Fernando Soares (CRVP), 1,14,03.

### ATLETISMO 500 METROS CLASSE «CADEIRA DE RODAS»

1 — António Botelho (ADFA), 8 minutos e 51,05 segundos; 2 — Jorge Neto (ADFA), 9,07,06; 3 — Carlos Noivo (ADFA), 9,58,03; 4 — Fernando Carvalho (ADFA), 11,26,00; 5 — Victor Borges (ADFA), 11,39,07;

### BASQUETEBOL EM CADEIRAS DE RODAS

Disputou-se um jogo entre as equipas da ADFA e do Centro de Reabilitação Vocacional do Porto (CRVP), tendo-se verificado o seguinte resultado: ao intervalo, 38-6 e no final, 68-18. Participaram neste encontro os seguintes deficientes:

ADFA  
Botelo, 26; Carlos Noivo, 6;

tes a possibilidade de se treinarem com vista à sua prática no futuro. Entretanto realizaram-se alguns encontros que proporcionaram os seguintes resultados:

Ferreira da Silva (ADFA)-Agostinho Martins (ADFA), 21-13 e 24-22; Carlos Quelhas (ADFA)-José Garrido (ADFA), 17-21 e 15-21; Artur Silva (ADFA)-Gil Garcia (ADFA), 21-2 e 21-10; José Garrido (ADFA)-Ferreira Silva (ADFA), 21-6 e 21-12; Artur Silva (ADFA)-Adriano Leitão (ADFA), 21-14 e 21-11; Car-

**LÊ  
ASSINA  
DIVULGA**

## EM 8 DE MAIO

# REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS NA SEDE

A reunião de sócios na Sede, em Lisboa, relativa ao mês de Abril, realiza-se no dia 8 de Maio.

Devido ao facto de o último sábado dia 24 de Abril (dia habitual das reuniões) coincidir com as comemorações do 25 de Abril e o sábado seguinte, 1 de Maio, ser dia de trabalho, a reunião realiza-se no dia 8 de Maio, com início, como habitualmente, às 14 e 30.

Serão tratadas nesta reunião várias questões de carácter associativo, com incidência na legislação e no aniversário da Associação a comemorar no dia 14 de Maio e no qual, como referido noutra local deste número, se pretende uma grande participação dos sócios.

# SOLIDÃO

Nunca mais me esqueço desse dia. O sol estava bruto de calor. O calor doía-me todo e descalcei-me, como se fossem só as botas que me pesavam. O carril era uma almofada de poeira, de uma poeira quente como a cinza de um forno que estivesse a arder nas entranhas da terra. Queimava-me a pele. A mania no ombro pesava como um pedo, mas eu caminhava sempre, perseguido pelas palavras da máquina que nunca mais deixei de ouvir naquele dia todo até à noite. Na caldeira só levava um resto de toucinho rançoso e um bocado de pão duro. Doía-me o fole do estômago e disse para mim: aquilo devia ser o rato da fome.

Subi para um combro onde havia uma moita seca, à cata de uma sombra, e só então olhei a lezíria. Ninguém faz ideia, ninguém, o que é correr os olhos à sua volta, não ver sinal de gente, nada a dizer que há mais pessoas vivas. A vista ardia-me, e aquela terra medonha de uma ponta

a outra do céu, espalmada, a iremer, e eu sozinho com ela. Agora já não me ralava, até era bom.

Deixei-me cair, encostei a cara ao chão queimado e fiz força, como se pudesse enfiar a cabeça pela terra dentro. Abriram-se-me os olhos de água, de tristeza e de raiva, de vontade de gritar e também de pedir que não me fizessem mal. Mas quem me fazia mal?

Estar só, sim, eu gosto de estar só, mas ver gente ao longe, gritar e ninguém responder é a tristeza mais triste que eu conheci. Se naquela altura passasse um carro, eu cedea uma boleia e voltava para a barraca do Mula Brava. Ou atravessava o rio e procurava o Carapinha, a Teresa, o Lobato, o posto da guarda... Sim senhor, até o posto da guarda. Ou o túnel do asilo.

As minhas lágrimas ardiam na terra seca. Fiquei ali não sei quanto tempo e o rato da fome a roer, a roer; fui-me à caldeira, tirei o naco de pão, e, quando lhe deitei os dentes, a boca não queria. Era

uma pasta. Parecia lama. Mastiguei uma côdea e acabei por cuspi-la, tão amarga era.

Agarrei no meu amanho e comecei a andar. Foi mais adiante que encontrei uma aberta. E, sem me despir, meti-me nela até ao pescoço, mergulhei a cabeça por duas vezes e bebi água. Depois lembrei-me de que, se tivesse coragem para ficar com a cabeça mergulhada, tudo acabaria ali mesmo. Mas eu ia fazer dezassete anos. E isso é uma coisa importante. O senhor não acha? É o mesmo que estar cheio de sede, ter na mão uma melancia fechada e não querer abri-la. Nessa altura devo ter pensado que valia a pena abrir a melancia. E isso fez-me arranjar ganas para não me sentar no fundo da aberta.

Consegui comer o pão. E foi bom, sabe? Nunca um bocado de pão teve um gosto tão bom. Eu sou assim. Salto de uma coisa para outra, da raiva para a tristeza, sem saber como é que isso sucede. Comi o pão com raiva, sem me servir do canivete. Com o canivete, aos pedacinhos, a comida dura mais tempo. As mãos também comem. Às vezes a gente tem mais fome nos dedos do que na barriga. Muita água enche o estômago. Agora a água, quando se tem fome, não enche as mãos nem os olhos.

Sentei-me a enxugar cá fora, vivi ali um bocado com as cobras e as ratas das abertas. Juvi passos de animal feroz, pus-me em pé e vi a distância um campino a cavalo. Deitei a correr para ele, o homem julgou que eu ia afilto e parou. Ainda corri mais. Depois, quando cheguei ao pé dele, é que reparei: ia só para lhe dizer boa-tarde.

— Alves Redol (extraído do livro «Textos do Ensino A Barca dos Sete Lemes»)

## AMANHECER

Naquela madrugada de fins de Setembro, um homem apeou-se na estação de Castanheira, e, sem esperar a camioneta, rodou, estrada fora, rumo à vila. Um pouco adiante, sentou-se numa fraga, à borda de um pinhal. Talvez por cansaço, talvez apenas pelo respeito daquela hora de silêncio e promessa. Abismado, o céu filtrava uma pureza extrema de comção, sobre os pinheiros imóveis, o pó adormecido dos caminhos, a serra alta e nua. A Estrela do Norte apontava ainda, timidamente, uma segurança aos últimos medos da noite. Lim-

pida, a Boieira, reluzia aos olhos estremunhados do mundo. Silêncio fino, silêncio em bicos de pés, há pedras ainda a dormir. Atento, um ouvido escuta no coração da terra. Nos recantos das matas, morcegos não acreditam no fim da noite, e rondam, no escuro, com estampidos de asas de pano. O ar é lavado, sem o vício de uma névoa. Serena, a montanha abre-se à concórdia universal, fronte erguida, olhos firmes. Então, do oriente, uma mão de fogo rompeu ao longo do céu e colheu as últimas estrelas. Depois, o braço de fogo fechou um arco à roda do horizonte e todo o mundo ardeu no mesmo anseio vermelho. Tubas heróicas gritavam a ressurreição para os quatro cantos do céu. A flor dos campos e aldeias, corria um frémito de ansiedade. As casas abriam os olhos, pássaros nervosos criavam o ar de estrelas de prata, de herdade a herdade, galos lançavam arcos de triunfo. Toda a serra era agora um braseiro enorme, e, a meio, çava enfim a abrir a promessa claridade metálica comesa vermelha do oriente. Um facho direito desfibrava as sombras desde a primeira brecha aberta para os lados de Viseu, varrendo a encosta como um farol. Topos erguidos de serros, cabeças altas de pinheiros, tudo o que era de guardar a noite de pé, tinha um sorriso pronto para o esforço do dia.

O homem levantou-se. Um momento cedeu ainda ao apelo da paz da madrugada e olhou de novo, em roda, a força serena daquela hora. Tirou um cigarro, esperou. Talvez optasse, afinal, pela camioneta, que chegaria daí a pouco.

«Mudança» — Virgílio Ferreira (extraído do livro «Textos do Ensino Secundário»).

# A DEMOCRACIA E OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

A ditadura fascista que, ao longo de 48 anos, dominou o País, foi sempre combatida pelos portugueses — civis ou militares — conscientes de que só pela via da democracia se poderiam solucionar os graves problemas nacionais. Foi inquebrantável a luta do povo português pela sua libertação. Nem as prisões, nem as deportações, nem as torturas, nem a morte, conseguiram subjugar a vontade firme da resistência antifascista no nosso País.

Apoiados num forte aparelho policial de repressão e de terror, os governantes da ditadura sempre rejeitaram o diálogo com as forças democráticas e do progresso. Aos movimentos amplos de opinião pública contra o regime, às revoltas militares, às manifestações e acções de greve dos trabalhadores e dos estudantes, responderam sempre os governantes fascistas com a prepotência, a violência e a perseguição.

Os portugueses sobreviviam num País-Prisão em que as liberdades eram esmagadas e as aspirações de uma vida de progresso económico e social eram negadas e reprimidas para que qudessem ser salvaguardados os interesses e os privilégios de uma escassa minoria. ERA O FASCISMO.

E quando os povos dos países africanos iniciaram os seus movimentos reclamando a independência, o governo salazarista, ao invés da política de negociação seguida por outros países europeus, adoptou a via da força para destruir esses movimentos e impedir de qualquer forma que esses povos fossem livres e soberanos. E o fascismo português, abenceragem europeia após a derrota do nazismo, mais uma vez violentou a vontade dos portugueses, obrigando-os a participar na guerra colonial, nessa guerra fratricida que só poderia conduzir ao desastre do País. Os democratas portugueses tiveram a coragem de repudiar e contestar essa política nefasta. Os países democratas expressaram também a sua condenação nas Nações Unidas. O salazarismo passou a estar cada vez mais isolado, a nível interno e internacional.

A guerra colonial era injusta, odiosa e catastrófica. E foram os militares, eles próprios violentados, numa luta iníqua e sem glória, que conscientes dos legítimos e reais anseios do povo português, se irmanaram com a revolta e as profundas aspirações populares, desencadeando o Movimento das Forças Armadas que, nessa madrugada inesquecível de 25 de Abril de 1974, haveria de derrubar o regime fascista no nosso país.

A democracia é restabelecida no País. O povo português passou a poder decidir do seu próprio destino e pensou que, finalmente, iria viver num País em que houvesse Paz, Fraternidade, Progresso e Justiça Social. Civis e militares, num amplo movimento de adesão e de entusiasmo, procuraram construir um País Novo que haveria de ter como lei básica a actual Constituição da República.

Os constituintes, como era de justiça, procuraram contemplar em preceito constitucional a situação dos deficientes das Forças Armadas, dos que lançados à força para a máquina bélica e para os horrores de uma guerra fratricida, sofreram, e sofrem, física e mentalmente, as consequências funestas da sua participação numa guerra a que nunca aderiram.

Efectivamente, a Constituição estatui que «O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de pre-

venção e de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e assumir o encargo de efectuar a realização dos seus direitos...».

São volvidos cerca de oito anos sobre o final da guerra colonial. Algumas medidas foram tomadas, é certo, visando a situação específica dos deficientes. Mas quem leia as conclusões do II Congresso Nacional dos Deficientes das Forças Armadas, realizado em Maio de 1981, não pode deixar de sentir tristeza e indignação pelo alheamento e indiferença na adopção de medidas, iniciativas e acções propostas e reclamadas pelos deficientes no seu Congresso.

E também não poderá deixar de compreender e de aderir ao grito angustiante e desesperado quando os deficientes declararam que «ninguém oferece nada aos deficientes, nem o Estado, nem a sociedade, nem as pessoas de boa vontade, nem os próprios governos. Tudo tem de ser conseguido por eles próprios (deficientes)».

É totalmente incompreensível e profundamente desumano que os governos não tenham tomado as medidas adequadas, propostas e reclamadas, para que os deficientes sejam cidadãos que vivam neste País em efectiva igualdade de direitos e em plena integração na sociedade, seja no campo económico, no trabalho, na cultura, no desporto e no convívio recreativo e social.

Num regime democrático não poderá haver a caridade e a esmola. É recusada, e bem, pelos deficientes que reclamam os seus direitos da sociedade e dos governos. É justa a sua posição. É uma obrigação da colectividade. Não nos podemos manter numa situação de egoísmo e de individualismo face aos dramas da vida dos deficientes.

Não serão atitudes, fugazes e ocasionais, de comiserção que, solucionarão o grave problema dos deficientes. Terá de haver da nossa parte a consciência de que temos e podemos contribuir, por várias formas, para integrarmos os deficientes na vida social do País.

Mas temos também a obrigação de lhes manifestar toda a nossa solidariedade e apoio junto dos poderes públicos para que estes promovam rapidamente as medidas indispensáveis e prioritárias para que os deficientes se possam realizar na vida com os mesmos direitos e regalias de qualquer cidadão português.

As instituições democráticas têm de actuar no pleno respeito dos ideais e dos preceitos estatuídos na Constituição, sob pena de o não serem efectivamente na prática e de subverterem o regime de igualdade, de fraternidade e de justiça social que foi estabelecido no nosso país pelo Movimento do 25 de Abril.

É uma responsabilidade que lhes incumbe e que terá de ser assacada a todos quantos, no exercício do poder, não cumprem a sua missão.

Entendemos que só no pleno funcionamento de um regime autenticamente democrático, em que os problemas sociais da colectividade se sobrepõem aos interesses mesquinhos de um grupo de privilegiados, poderão os deficientes encontrar a solução para os seus problemas. Por isso, também, devemos participar e apoiar a sua luta já dramaticamente longa.

ALFREDO ESTEVES BELO

## NO PORTO

### GRUPO DE TRABALHO VAI ESTUDAR MEDIDAS CONCRETAS SOBRE DEFICIENTES MENTAIS

Um Grupo de Trabalho constituído por representante da Secretaria de Estado da Saúde, um representante da Secretaria de Estado da Família, um membro da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais da Maia um membro da Delegação distrital do Porto da Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança Diminuída Mental, dois membros do Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual, fará o levantamento da situação dos deficientes mentais na área do Grande Porto e terá como finalidade propor as medidas pertinentes para a resolução desta problemática.

Este Grupo de Trabalho foi constituído por um Despacho Conjunto das Secretarias de Estado da Saúde e da Família, de 17 de Março, publicado no «Diário

da República» II Série, n.º 82, de 8 de Abril de 1982 e deverá apresentar um relatório final e circunstanciado sobre as instalações, localização, pessoal e demais elementos inerentes a esta matéria.

## NO ANO 2000 HAVERÁ 600 MILHÕES DE DEFICIENTES NO MUNDO

Segundo a UNICEF — Fundo das Nações Unidas para as Crianças —, no ano 2000 haverá no mundo cerca de 600 milhões de deficientes. Nessa altura um terço da população mundial terá menos de 15 anos, vivendo em áreas em vias de desenvolvimento. Dessas crianças, 150 milhões serão deficientes.

Actualmente calcula-se que uma em cada dez crianças é deficiente.

«UMA EM CADA DÉZ» é, aliás, o título de uma revista recentemente lançada pela UNICEF com publicação trimestral.

Segundo este organismo internacional, há que mudar a situação vivencial com que se defrontam os milhões de crianças deficientes que existem hoje no mundo, as quais são «um terceiro mundo dentro do terceiro mundo», e para as quais «a sociedade é surda e cega».

A UNICEF, para melhorar a situação actual, tem em vista alguns planos, nos quais prevê:

- Enriquecer todos os programas existentes de saúde, nutrição, educação e segurança social, destinados às crianças e suas famílias, de modo a poderem prevenir as diminuições funcionais, detectar a tempo as deficiências e aplicar o tratamento adequado de reabilitação.
- Dar ênfase a todas as necessidades da criança — não apenas à diminuição — para que o desenvolvimento de cada criança possa ser o mais normal possível.
- Fortalecer a compreensão e capacidade da família e da comunidade, de modo a prevenir o aparecimento da deficiência e a ajudar aquelas crianças que são também deficientes.

# OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

## ANTES DO 25 DE ABRIL

Na década de 70, os Deficientes das Forças Armadas chegaram das várias frentes onde se desenrolava a guerra colonial, amontoavam-se nos hospitais militares. A inexistência de estruturas capazes de os reabilitar e reintegrar socialmente, gerava um amplo movimento de contestação.

Em cada dia surgia com força renovada a necessidade de obrigar o Governo de então a encarar 6 problemas resultantes da total marginalização a que eram votados todos aqueles que se deficientavam durante a prestação do serviço militar.

A sociedade tradicional havia convencionado que os deficientes eram seres à parte, mesmo não tinham acesso à mesma, servindo apenas de espelho de miséria humana e da extrema satisfação das necessidades de caridade de colectividade. Os Deficientes das Forças Armadas não escapavam a essa situação que os atingia inexoravelmente.

Aqueles a quem se chamava deficientes, diminuídos ou mesmo inválidos, duas enormes barreiras se lhes levantavam: a sua própria incapacidade e a negação do mais elementar dos direitos ou seja: ganhar o pão com o suor do seu rosto.

Desde 1961 que muitos dos que partiram para a guerra e de lá voltavam marcados pela deficiência se viam numa situação difícil, não tão somente por causa das suas deficiências, mas porque se viam sem qualquer apoio oficial, sendo recebidos, por um povo que na melhor das suas intenções lhes dispensava, em vez de compreensão, ajuda e apoio, apenas caridade, dó e compaixão. As autoridades competentes, a quem cabia o dever de prover às suas difi-

culdades, escamoteavam a questão, não revelando uma preocupação de reintegrar os deficientes na sociedade onde haviam sido arrancados, e desenaizados eles iam vivendo como se tivessem cometido algum delito e deixassem de ter direito a uma vida digna e humanamente vivida.

A família recebia-os como se de um peso se tratasse, e quando nele não eram recebidos, recolhiam-os o Estado. Esta forma de encarar o deficiente vigorou, no interesse do regime de então, até 25 de Abril de 1974, em que foi posto um ponto final na longa noite fascista. Com o 25 de Abril nasceu a ADFA, e com ela uma nova filosofia, uma nova forma de estar e de obrigar a sociedade a ver o deficiente tal como ele é: um cidadão igual a todos os outros.

### Legislação aplicável a deficientes militares ao longo dos anos

(Extracto das teses do Congresso da ADFA)

Um dos instrumentos jurídicos melhor sistematizados foi publicado em Fevereiro de 1929, que aprovado pelo Dec-Lei n.º 16 443, ficou genericamente conhecido por «Código dos Inválidos».

Com efeito, neste código se consagraram os princípios de indemnização aos deficientes militares pelos danos decorrentes das deficiências sofridas, nele se reconhecendo expressamente «o direito à reparação que assiste aos cidadãos portugueses que, no cumprimento do Serviço Militar se invalidaram na defesa da Pátria».

Curiosamente, já este código considerava, por um lado, aqueles que na terminologia legislativa utilizada eram de-

signados por «inválidos de guerra», ou seja, os que sofressem incapacidade na manutenção da ordem pública ou voando em serviço e, por outro, os que ficassem incapacitados por cegueira ou mutilação em serviço.

Em consequência desta dicotomia vejamos, embora sucintamente, o regime aplicável a uns e a outros, começando, naturalmente, pela análise do regime aplicável aos primeiros.

a) — Direitos à promoção:

Nos termos do art.º 67 os militares considerados inválidos conservavam «as antiguidades que lhes competiriam se continuassem a figurar nas Escalas das respectivas Armas e Serviços», sendo a promoção regulada pela forma como o for a do militar que estava colocado à sua esquerda na escala.

b) — Direito à Pensão:

Prescrevia o art.º 69.º que «os inválidos têm direito a todas as regalias e vencimentos inerentes aos seus postos como se continuassem pertencendo às suas Armas ou Serviços de origem».

c) — Pensão Suplementar de Invalidez:

Quanto aos deficientes com percentagem de invalidez igual ou superior a 20 por cento dizia o art.º 70.º que «será concedida uma pensão suplementar variável com o grau de incapacidade».

O § 1.º deste mesmo artigo esclarecia a forma de cálculo da Pensão Suplementar, nos seguintes termos:

«A Pensão Suplementar será determinada pela aplicação de uma percentagem igual à de invalidez, incidindo sobre os vencimentos consignados na tabela n.º 1 e 2 constantes do presente Código.»

d) — Grandes Deficientes:

No que concerne aos grandes deficientes e ainda na matéria de pensões, prescrevia o § 2 do art.º em apreço que «sobre a totalidade dos vencimentos incluindo a percentagem de invalidez é concedido aos «grandes inválidos» um aumento de 10 por cento».

e) — Regalias:

As regalias conferidas aos deficientes militares pelo «Código dos Inválidos» eram muito modestas e situavam-se em dois níveis:

1 — Ensino

Os filhos dos deficientes tinham acesso gratuito nos diversos graus de ensino oficial.

2 — Emprego

Em igualdade de condições os deficientes tinham preferência na colocação em empregos do Estado.

f) — Material Ortopédico:

Aos deficientes era também conferido pelo citado Código o direito à obtenção gratuita

do material ortopédico tido por necessário.

Era este, resumidamente, o elenco dos direitos conferidos aos deficientes militares, no Código, designados por «inválidos de guerra».

Já relativamente aos militares que se deficientaram em serviço o panorama é completamente diferente, prescrevendo quanto a eles o artigo 72.º do «Código dos Inválidos» a seguinte orientação:

«Os incapacitados por cegueira ou mutilação adquiridas em serviço, a quem se refere o § único do art.º 2.º, tem apenas direito aos vencimentos, nos termos deste Código, do posto que tinham à data da Junta que pela primeira vez os julgou incapazes do serviço por aquele motivo.»

Finalmente, parece-nos caber aqui a referência ao grau de invalidez, sendo certo que no âmbito do diploma ora em apreço a percentagem exigida para a qualificação de deficiente era de 10 por cento.

Mas se é verdade que este diploma veio de algum modo revolucionar toda a prática na protecção à deficiência decorrente do cumprimento das obrigações militares, não é menos verdade que bem efémera foi a sua duração.

Com efeito, logo em 1937, surgiu o Dec-Lei n.º 28 404 que alterou profundamente o regime até então em vigor, bastando para tanto elucidar, citar o art.º 22.º deste diploma legal que assim prescrevia:

«As pensões dos actuais mutilados e inválidos de guerra consideram-se definitivamente fixados no montante que a cada um está presentemente atribuído, cessando para os mesmos mutilados ou inválidos o direito à promoção estabelecida pelo Código dos Inválidos, que será havido como revogado pelo presente diploma.»

E prevendo já os efeitos nefastos desta determinação, é o próprio legislador que, logo no art.º seguinte diz:

«Em relação aos militares, embora na situação de Reserva ou Reforma que faleçam em estado de reconhecida pobreza poderão ser pagas as despesas de funeral e enterramento, não excedentes porém, em caso algum, ao quantitativo do vencimento ou pensão mensal do falecido.»

E para que os antigos combatentes não andassem pelas ruas evidenciando a forma como a Pátria, representada pelos seus governantes, reparava os danos decorrentes das lesões sofridas, estabelecia o art.º 24.º, também deste diploma, que «o Governo poderá fazer internar no Asilo dos Inválidos Militares os antigos combatentes que, sofrendo de enfermidades adquiridas ou relacionadas com o serviço de campanha se encontrem em estado de reconhecida pobreza e não recebam do Estado qualquer pensão».

Não se queda, porém, por aqui o legislador na sua fúria de limitar os direitos aos deficientes.

E, é assim que o art.º 10.º deste mesmo diploma expressamente declara que perdem o direito à pensão os deficientes condenados em pena maior ou em pena correccional pelos crimes de furto, abuso de confiança, burla, receptação de coisa furtada ou roubada, falsidade, atentado contra os bons costumes ou contra o pudor e, ainda, por crimes que importasse perda de direitos políticos.

Convirá aqui salientar que uma das grandes lacunas que temos vindo a citar, consiste em o legislador não manifestar,



nem mesmo ao de leve, qualquer preocupação com a reintegração profissional dos deficientes.

Na verdade, não só não se criaram, a nível legislativo, quaisquer esquemas de reintegração profissional, como nem o próprio regime é contemplado no diploma legal.

Aliás, as preocupações do legislador da época vão exactamente noutra direcção e é assim que o art.º 23.º do Dec. n.º 26 115, de 23 de Novembro de 1935, prescreve que «de futuro não poderão recair novas nomeações para cargos permanentes em funcionários aposentados ou reformados».

E, esta orientação é posteriormente perfilhada e até reforçada pelo Dec-Lei n.º 43 285 de 3 de Novembro de 1960, que dando ao art.º 9.º do Dec-Lei n.º 39 843, de 7 de Outubro de 1954, redacção expressamente determinativa para que os aposentados e reformados não pudessem de futuro voltar à actividade do Estado, cargos administrativos e organismos de coordenação económica.

Quer dizer, não só não existiu a preocupação em reabilitar profissionalmente os deficientes militares, como ainda, em atitude perfeitamente contrária, ficava vedado a estes o direito de prestar qualquer actividade remunerada ao Estado quando é certo que devia ser este a dar o exemplo e proporcionar a aqueles o trabalho a que tinham direito.

Ainda relacionado com a reabilitação profissional convirá salientar que em 1963, já sob os efeitos da guerra colonial foi publicado um diploma legal que, embora de forma bastante tímida, alterou a orientação até então perfilhada e que temos vindo a descrever.

Com efeito o Dec-Lei n.º 44 995, de 21 de Novembro de 1963, veio conferir aos militares do Quadro Permanente que se deficientassem, a faculdade de opção pelo serviço activo em regime de dispensa de plena validade.

Sobre esta matéria se prescrevia logo no art.º 1.º que «os militares dos quadros permanentes das Forças Armadas mutilados em consequência de ferimentos ou acidentes

produzidos em serviço campanha ou da manutenção da ordem pública ou em serviço directamente relacionado podem, se assim o desejarem continuar no serviço activo ainda que a sua capacidade física apenas lhes permita o seu desempenho em cargos ou funções que dispensem plena validade».

Mais adiante, no art.º 3.º, se esclarecia que estes militares ficavam «dispensados das condições especiais de promoção que a junta que os examinou tinha reconhecido serem incompatíveis com o seu grau de invalidez».

E, no § único a este mesmo artigo e na sequência desta mesma orientação, se dizia que na promoção desses militares a verificação da aptidão física será feita tendo em conta as limitações naturalmente decorrentes da sua condição de mutilados.

É ainda em consequência dos efeitos da guerra colonial que surge o Dec-Lei n.º 46 684, de 27 de Abril de 1964, que complementado pelo Dec-Lei 46 046, de 27 de Novembro de 1964, veio definir o regime da atribuição do direito à reforma extraordinária.

Tanto assim, que o próprio legislador teve o especial cuidado de dizer que as disposições deste diploma eram aplicadas aos militares que por facto ou razão do serviço posterior a 31 de Dezembro de 1960, houvessem sofrido ou viessem a sofrer quaisquer das causas de incapacidade mencionadas no art.º 1.º do mesmo diploma.

Relativamente aos militares deficientes em serviço, não pode deixar de se fazer uma referência, mesmo que breve, ao Dec-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, que aprovou o Estatuto de Aposentação, sendo certo que na Parte II estão regulados os condicionamentos e formalidades exigidos à concessão de pensões a militares.

Este Estatuto, porque directamente aplicável a todos os militares subscritores da Caixa Geral de Aposentações e, de forma remissiva, mesmo aos militares não subscritores, configura-se como instrumento de trabalho de particular relevância mau grado as lacunas e deficiências de que enferma.

## UM CASO ENTRE MUITOS

Por MARIA DO ROSÁRIO VASCONCELOS

Conheci-o há alguns anos.

A princípio era uma pessoa que me causava muita impressão: um comportamento perfeitamente natural apesar de ser cego.

As vezes, ao vê-lo passar na minha rua, e sabendo que havia muito trânsito, tinha receio que ele fosse atropelado, mas ele sabia «andar». A pouco e pouco fui conhecendo algumas coisas sobre ele e sobre a sua vida.

Ao que parece, nasceu visual mas, ainda muito pequenino, perdeu a vista.

Numa aldeia, há trinta e tal anos, o recurso era (era?) ficar em casa, sem acesso à escola, e ele não foi excepção. Aprendeu a tocar acordeão e o futuro que lhe estava preparado era od e tocar em bailes. Graças a alguns amigos, conseguiu alfabetizar-se na adolescência. Daí fez o liceu, sendo sempre um brilhante aluno. Concluiu um curso superior e enveredou pelo ensino, sendo presentemente professor do ensino secundário.

Hoje está completamente integrado na sociedade,

fazendo uma vida perfeitamente normal, saindo, por exemplo, à noite para ir ao café encontrar-se com os amigos, não consentindo que a mulher ou alguém o leve, vai pelos seus próprios meios.

Mas o meu amigo não é, felizmente, um caso único.

Como ele, quantos outros capazes de serem úteis à sociedade?

E a sociedade que tem feito por eles?

## MILITARES COMEMORAM 25 DE ABRIL EM SANTARÉM

Conforme noticiado no último número do «Elo», os militares vão comemorar este ano o 25 de Abril em Santarém, local de onde, na madrugada de 25 de Abril de 1974 partiu a coluna militar, comandada pelo capitão Salgueiro Maia, que seria fundamental para o derrube nesse mesmo dia do regime fascista.

O 8.º Aniversário do 25 de Abril vai ser assinalado pelos militares com um convívio a realizar no dia 24 de Abril na Feira da Agricultura em Santarém. Às 13 horas haverá um almoço de confraternização seguindo-se-lhe, às 17 horas, variedades com a participação de artistas portugueses. Para além dos próprios militares, podem participar no convívio familiares e convidados.

## EM INQUÉRITO PROMOVIDO PELO «ELO»

# MAIS DE 20% DAS PESSOAS DESCONHECEM QUE SE TENHA COMEMORADO O ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

O «Elo» promoveu um pequeno inquérito em Lisboa, procurando saber a posição da população perante as comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

Nas respostas registadas, 20,8% das pessoas desconhecem que se tenha comemorado o AID. Quanto às restantes 39,6% entendem que as comemorações decorreram mal, 25% de forma suficiente e 4,2% bem.

Pretendeu-se ainda saber a opinião dos entres-

tados quanto à forma como as comemorações deveriam ter decorrido. Assim, 43,7% entendem que deveria ter sido feita uma maior divulgação, 14,5% que deveriam ter sido desencadeadas mais acções de sensibilização, 10,4% acham que deveriam ter sido adoptadas mais medidas concretas, 2% consideram que o governo deveria dar mais atenção e 4% disseram não saber.

Trata-se de uma pequena sondagem, em que foram entrevistadas apenas 50 pessoas no centro de Lisboa. Procurou-se, no entanto, que esta amostragem fosse representativa dos vários grupos socio-profissionais e etários. Não poderá a mesma, contudo, ser representativa de todo o País, devido à localização geográfica dos entrevistados (todos de Lisboa), tendo um nível cultural

mais elevado, o que implica um maior esclarecimento, estando, por conseguinte, mais alertados para o problema dos deficientes.

É de notar, apesar de tudo, que mais de 20% das pessoas, mesmo em Lisboa, não têm consciência de que em 1981 se tenha comemorado o Ano Internacional do Deficiente.

Em coerência com esta primeira conclusão quase 40% dos entrevistados acham que as comemorações decorreram de uma

forma errada, e só 4,2% consideram que correram bem.

Quanto à forma como deveriam ter decorrido, é de salientar que mais de 58% puseram a tónica na divulgação e acções de sensibilização.

Mais do que de uma análise teórica de ser observador, por muito perspicaz e atenta que fosse, estes resultados dão bem a ideia das comemorações que tivemos e das que deveríamos ter.



## FOTOGRAFIAS DA FESTA DE NATAL DE COIMBRA

Avisam-se os associados da Delegação de Coimbra, que poderão consultar as fotografias referentes às festas de natal, e comprar as que de sejam.

## NA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA DE 3 DE ABRIL

# APROVADO O RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO A 1981

A Assembleia Geral Nacional Ordinária, realizada no passado dia 3 de

Abril no Porto, aprovou o relatório do Secretariado Nacional, relatório da

Direcção Central e Contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal Central relativos a 1981.

Estes importantes documentos associativos vêm publicados noutra local deste número.

Os restantes pontos da ordem de trabalhos foram todos analisados, tendo a Assembleia, em ambiente de serenidade associativa tomado as deliberações adequadas.

Relativamente ao problema associativo que se vinha verificando na Zona Centro, foi encontrado uma solução, de que se dá notícia desenvolvida noutra local deste número.

Sobre o Ano Internacional do Deficiente, a Assembleia aprovou um documento em que se faz o balanço das comemorações e que vem igualmente publicado noutra local deste número.

Quanto à legislação, a Direcção Central informou sobre as novas perspectivas abertas através das reuniões a realizar no Secretariado Nacional de Reabilitação, tendo a Assembleia acolhido as mesmas com agrado, esperando que por aquele meio sejam obtidos os resultados pretendidos. Sobre este assunto ver notícia da 1.ª página.

Uma última deliberação da Assembleia Geral diz respeito à admissão da ADFA como sócio da Federação Mundial de ex-Combatentes. A partir de agora, a Direcção está apta a formular o pedido de admissão, processo que está já a decorrer, esperando-se que venha a concluir-se rapidamente, passando assim a ADFA a ter representatividade noutra organização internacional.

## NA ENCÍCLICA LABOREM EXERCENS

# O PAPA JOÃO PAULO II DEFENDE DIREITO DOS DEFICIENTES AO TRABALHO

«Que seja proporcionado um trabalho às pessoas deficientes, segundo as suas possibilidades, porque o requer a sua dignidade de homens e de sujeitos do trabalho». Isto afirma João Paulo II a dado passo da sua Encíclica Laborem Exercens, publicada no último ano.

Publicada durante o Ano Internacional do Deficiente, esta encíclica, definidora da política oficial da Igreja sobre o mundo do trabalho, dedica um espaço próprio aos deficientes, a propósito do direito que estes têm à sua integração profissional.

Em número anterior do «Elo» fizemos já referência a este assunto, mas de forma muito breve. Vamos agora, pela importância deste texto, transcrever a parte que diz respeito aos deficientes. Isto vem ainda a propósito da deslocação próxima do Papa a Portugal (13 de Maio).

Em tempos recentes, as comunidades nacionais e as organizações internacionais têm voltado a sua atenção para um outro problema: o trabalho e que é bem denso de reflexos: o problema das pessoas deficientes. Também elas são sujeitos plenamente humanos dotados dos correspondentes direitos inatos, sagrados e invioláveis, que, apesar das limitações e dos sofrimentos inscritos no seu corpo e nas suas faculdades, põem mais em relevo a dignidade e a grandeza do homem. E uma vez que a pessoa que tem quaisquer «deficiências» é um sujeito dotado de todos os seus direitos, deve facilitar-se-lhe a participação na vida sociedade em todas as

dimensões e a todos os níveis que sejam acessíveis para as suas possibilidades. A pessoa deficiente e um de nós e participa plenamente da mesma humanidade que nós. Seria algo radicalmente indigno do homem e seria uma rejeição da humanidade comum admitir à vida da sociedade, e portanto ao trabalho, só os membros na plena posse das funções do seu ser, porque, procedendo desse modo, recair-se-ia numa forma grave de discriminação, a dos fortes e sãos contra os fracos e doentes. O trabalho no sentido objectivo deve ser subordinado, também neste caso, à dignidade do homem, ao sujeito do trabalho e não as vantagens económicas.

Compete, pois, às diversas entidades implicadas no mundo do trabalho, ao dador directo bem como ao dador indirecto de trabalho, promover com medidas eficazes e apropriadas o direito da pessoa deficiente à preparação profissional e ao trabalho, de modo que ela possa ser inserida numa actividade produtiva para a qual seja idónea. Aqui apresentam-se muitos problemas de ordem prática, legal e também económica; mas cabe à comunidade, quer dizer, às autoridades públicas, às associações e aos mesmos deficientes pôr em comum ideias e recursos para se alcançar esta finalidade inabdicável: que seja proporcionado um trabalho às pessoas deficientes, segundo as suas possibilidades, porque o requer a sua dignidade de homens e de sujeitos do trabalho. Cada comunidade há-de procurar munir-se das estruturas adaptadas para se encontrarem ou para se criarem lugares de trabalho para tais pessoas, quer nas comuns empresas públicas ou privadas — que lhes propor-

cionem um lugar de trabalho ordinário ou então adaptado para o seu caso — quer nas empresas e nos meios de trabalho chamado «de protecção».

Uma grande atenção deverá ser dedicada, como para todos os outros trabalhadores, às condições físicas e psicológicas de trabalho dos deficientes, à sua justa remuneração, à sua possibilidade de promoção e à eliminação dos diversos obstáculos. Sem querer esconder que se trata de uma tarefa complexa e não fácil, é para desejar que uma concepção exacta do trabalho no sentido subjectivo permita chegar-se a uma situação que dê à pessoa deficiente a possibilidade de sentir-se não já à margem do mundo e do trabalho ou a viver na dependência da sociedade, mas sim como um sujeito do trabalho de pleno direito, útil, respeitado na sua dignidade humana e chamado a contribuir para o progresso e para o bem da sua família e da comunidade, segundo as próprias capacidades.

## CÃES-GUIAS PASSAM A PODER ACOMPANHAR

### CEGOS NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

Os cães-guias acompanhantes de cegos passam a poder viajar nos transportes públicos, como meio auxiliar de locomoção, por forma acessível, a todos os invisuais.

Esta medida legislativa está consignada no Decreto-Regulamentar n.º 18/82, de 8 de Abril.

As medidas legislativas agora, introduzidas estabelecem que os cães-guias acompanhantes de cegos, ao viajarem em transportes públicos, se encontrem atrelados e açaimados, não

incomodem, por qualquer forma, os passageiros e não prejudiquem a conservação, asseio e condução do veículo. Também se estabelece que estes animais não poderão tomar lugares nos bancos e viajarão gratuitamente.

Estas condições devem entender-se como medida preventiva transitória, em defesa da segurança dos passageiros, que poderá vir a ser eliminada quando estiverem criadas as estruturas necessárias ao adstramento especial destes animais.

# RELATÓRIO E CONTAS DA ADFA RELATIVOS A 1981

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO NACIONAL

Compete, nos termos da alínea d) do art.º 31.º dos Estatutos da ADFA, ao Secretariado Nacional elaborar o relatório das suas actividades e apresentá-lo à Assembleia Geral Nacional Ordinária.

Continuou o Secretariado Nacional, ao longo de 1981, o trabalho desenvolvido no 2.º Semestre de 1980, tendo em vista dotar a ADFA de uma orientação associativa que lhe garanta uma actuação autónoma e isenta assim como proceder ao seu relacionamento para que a Associação ocupasse o espaço próprio que lhe cabe como única organização que garante a defesa dos direitos de todos aqueles que se deficientaram durante a prestação do serviço militar.

A actividade deste Órgão poderá ser apreciada pelas medidas implementadas ao longo do ano, as quais a seguir se descrevem:

1 — Na reunião de 31 de Janeiro, efectuada em Lisboa, foi decidido o seguinte:

1.1 — Estudar em profundidade o relatório de auditoria efectuada à Sede e algumas delegações, sobre a situação contabilística e de gestão das mesmas, tendo em vista a unificação de critérios e paridade de serviços.

1.2 — Centralizar dados contabilísticos na Sede, em três fases, a saber:

1.º (1981) Aglutinação do tratamento dos dados da Sede, Setúbal, Castelo Branco, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

2.º (1982) — Évora, Faro, Coimbra e Viseu.

3.º (1983) — Porto, Famlício e Bragança.

1.3 — Procurar orientar sectores oficiais para uma gestão equilibrada até à realização do 2.º Congresso Nacional onde deverá ser definida a orientação a seguir.

1.4 — Imprimir na elaboração dos orçamentos para 1981 limites para as despesas correntes tendo em vista a contenção que deverá ser efectuada face à situação económico-financeira da ADFA.

1.5 — Marcar definitivamente para 15, 16 e 17 de Maio a realização do 2.º Congresso Nacional da ADFA, assim como decidir que o número de delegados presentes seja de 2,5 por cento.

1.6 — Porpor à A. G. N. a realizar no dia 7 de Fevereiro, em face das notícias

sobre o corte das pensões aos DFA's, uma proposta com os seguintes pontos fundamentais:

a) — Os DFA's declaram solenemente que não aceitam que as suas indemnizações sejam cortadas ou reduzidas, estando determinados a defender intransigentemente os seus direitos tão custosamente conquistados.

b) — Exigem do Governo a imediata revogação da disposição que extingue a C. M. R. A.

c) — Exigem a retomada imediata das negociações sobre as alterações do Dec-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, na base do anteprojecto que vinha sendo discutido.

d) — Exigem a revisão da legislação que regula a atribuição das pensões de preço de sangue dos familiares dos militares falecidos, com base numa proposta apresentada oportunamente pela ADFA ao M. D. N.

2 — Na reunião efectuada em 14 e 15 de Março de 1981, em Lisboa, foi decidido o seguinte:

2.1 — Aprovar o programa de intervenção da ADFA no A. I. D., assim como cativar a importância de 1 000 000\$00 para sua execução, recomendando-se à Comissão Nacional do A. I. D. que limite ao máximo os gastos a efectuar.

2.2 — Ajustar a constituição da Comissão Nacional tendo em vista o seu funcionamento dinâmico e o total empenhamento da ADFA.

2.3 — Cativar a importância de 1 500 000\$00 para os trabalhos preparatórios e de organização para o 2.º Congresso Nacional da ADFA, recomendando-se à Comissão Organizadora Nacional do 2.º Congresso que tome em linha de conta a política de contenção de gastos.

2.4 — Aprovar o Estatuto do Trabalhador da ADFA, o qual regulamenta a política laboral, assim como a respectiva tabela salarial que pas-

sou a vigorar em toda a estrutura da ADFA, acabando-se com as disparidades existentes.

2.5 — Fixar os quadros de pessoal da Sede e Delegações, tendo em vista a redução da estrutura da ADFA.

2.6 — Introduzir o esquema de diuturnidade para o pessoal que presta serviço na ADFA.

2.7 — Aprovar os orçamentos para 1981 na base dos orçamentos de 1980, sendo no entanto reduzidos 10 por cento ao montante das despesas globais.

3 — Na reunião realizada em 20-6-81, em Lisboa, foi decidido o seguinte:

3.1 — Proceder à aquisição através de um empréstimo hipotecário a efectuar, de instalações destinadas à Delegação de Setúbal, cativando-se ainda a importância resultante da diferença entre o valor de compra e o do empréstimo.

3.2 — Proceder à cobertura de uma delegação da ADFA no Funchal, a fim de fazer a cobertura da Madeira, tendo em vista uma melhor resolução dos problemas dos dfa que residem naquela ilha.

3.3 — Analisada a situação em que se encontram as alterações ao Dec. Lei n.º 43-76, de 20 de Janeiro, face às reacções desencadeadas pela manifestação pública levada a efeito no dia 15 de Maio p.p.

4 — Seguiu-se um período em que o órgão não reuniu devido às férias por um lado e por outro devido ao facto de se terem realizado, em 18 de Julho, eleições para os órgãos sociais centrais, regionais e locais.

5 — Na reunião de 1-11-81 efectuada no Porto, foi decidido o seguinte:

5.1 — Em face de análise efectuada sobre a situação dos órgãos da zona centro, uma vez que os membros eleitos para a MAG-Zona Centro, se negaram a tomar posse por parte da MAGN apesar de to-

das as diligências efectuadas por esta, numa atitude que não se compreende dentro do espírito associativo, desencadear um conjunto de medidas tendentes à normalização associativa nas Delegações de Coimbra e Viseu.

5.2 — Estabelecer a calendarização para a actuação associativa sobre a actual situação em que se encontram as alterações à legislação, assim como efectuar um grande esforço para a sensibilização da opinião pública e forças sociais para a justiça das reivindicações defendidas pela ADFA.

5.3 — Relativamente à forma como o AID era assinala-

do, manter uma atitude de crítica permanente e de denúncia através das formas que estejam ao seu alcance devido ao facto de não estarem a ser atingidos os objectivos do AID.

5.4 — Analisar a situação económico-financeira.

6 — Na reunião efectuada em Lisboa, em 21-11-81, foi decidido o seguinte:

6.1 — Em face das eventuais irregularidades existentes na Delegação de Évora, proceder a uma auditoria à gestão dos anteriores órgãos da Delegação.

6.2 — Autorizar a compra de equipamentos e a admissão de um trabalhador a

meio-tempo para a Delegação do Funchal, assim como custear as obras referentes à instalação da mesma, tendo sido ainda solicitado o empenhamento dos sócios daquela área na sua implantação.

6.3 — Aprovar o Estatuto Redactorial do ELO.

6.4 — Decidir que a ADFA se mantenha na estrutura oficial do AID, assumindo uma posição de crítica firme, permanente e construtiva no sentido da defesa geral dos interesses dos deficientes.

6.5 — Assumir como sua uma proposta dos Órgãos Sociais Centrais para a revisão estatutária.

7 — Regista-se o facto do Secretariado Nacional ter sido convocado para uma reunião a realizar em Castelo Branco em 13-6-81, a qual não se chegou a efectuar por falta de «quorum».

Foi igualmente convocado para Lisboa, em 17-10-81, não se chegando a efectuar a reunião, por alguns elementos neste Órgão se terem ausentado, retirando-lhe o «quorum».

## RELATÓRIO DA DIRECÇÃO CENTRAL

### I Introdução

1981 foi um ano especialmente produtivo no âmbito dos objectivos prosseguidos pela Associação.

Durante este ano, tanto pelas actividades internas desenvolvidas como pela imagem que a ADFA conseguiu dar de si própria no exterior, obteve-se um aproveitamento bastante bom das potencialidades associativas que há-de ter os seus reflexos no futuro. Diríamos que 1981 foi um teste a que a Associação foi submetida, com resultados positivos. Provou-se que era possível, à excepção de algumas anomalias, uma normalização no funcionamento interno, uma interligação coordenada dos serviços entre si e das delegações com a Sede, no sentido de melhor servir os sócios. Conseguiu-se essencialmente evidenciar a força e capacidade de que a Associação só por si dispõe, capaz de se afirmar como garante dos direitos de todos os deficientes das Forças Armadas.

A realização do 2.º Congresso Nacional, a participação da Associação nas Comemorações Oficiais do Ano Internacional do Deficiente, bem como as suas iniciativas próprias no AID, e o processo reivindicativo desenvolvido e intensificado junto do Ministério da Defesa Nacional caracterizaram bem o contributo que a ADFA pode dar para a causa não só dos deficientes das Forças Armadas, como de todos os deficientes em geral.

A vitalidade da Associação ficou também patente nas eleições realizadas em Julho, acto associativo que, quer pelo interesse que suscitou, quer pela participação registada, revelou bem que os sócios estão disponíveis para o desenvolvimento e uma cada vez maior afirmação da ADFA. Os resultados das eleições, a nível dos órgãos centrais, confirmaram a orientação dos órgãos anteriores, ficando deste modo garantida a afirmação autónoma da Associação, liberta dos enredos político-partidários, para os dois anos seguintes.

### II

#### Actividades internas

A acção da Associação, a nível interno, teve em vista essencialmente a sua projecção no exterior, necessidade maior sentida já em 1980.

A organização e realização do 2.º Congresso Nacional mobilizaram grande parte da capacidade da Associação nos primeiros cinco meses do ano, não só na Sede como nas delegações, com destaque para o Porto, onde funcionou a Comissão Coordenadora Nacional.

Paralelamente, foi desenvolvida uma outra actividade para que se tornou necessário canalizar energias e disponibilidades. Tratou-se do conjunto de iniciativas próprias que a Associação decidiu levar a efeito no âmbito das comemorações do Ano Internacional do Deficiente. Com o empenhamento da Sede e das delegações, mas especialmente daquela, com o funcionamento de uma comissão nacional, conseguiu-se atingir minimamente o objectivo pretendido: preencher o vazio das comemorações oficiais através de iniciativas próprias.

Também a participação da Associação nas comemorações oficiais exigiu um empenhamento especial da estrutura associativa, sobretudo da Sede, nas Comissões Nacional e Executiva e ainda sub-comissões, mas também de algumas delegações, nas comissões distritais.

O processo reivindicativo desenvolvido e intensificado junto do Ministério da Defesa Nacional foi motivo para um aceleramento da vida associativa, através de reuniões, Assembleias Gerais e, a culminar, da mobilização dos sócios para a grande manifestação realizada em 15 de Maio.

Devido a estas actividades especiais e na sequência de um ritmo que se tinha recuperado na parte final de 1980, a dinâmica associativa interna foi retomada definitivamente. As próprias Assembleias Gerais, altamente participadas, são disso a prova.

Essa dinâmica foi ainda enriquecida pela permanente actividade desportiva a que se tem dado a melhor atenção e que veio a ser reformulada no final do ano, aliás como toda a acção dinamizadora em geral, garantindo uma maior participação dos sócios. Ao longo do ano realizaram-se diversos encontros desportivos com outras Associações e grupos desportivos, destacando-se a actuação da equipa de basquetebol em cadeira de rodas, com várias saídas para o exterior. O desporto constituiu, aliás, num elemento altamente dinamizador das comemorações do AID.

Com a actual Direcção procurou-se dar prioridade às actividades dinamizadoras e de âmbito cultural, fazendo da Associação um espaço convidativo aos sócios. Já no final do ano foi estudada a possibilidade de a Sede se manter aberta à noite e fins de semana, com actividades associativas várias, garantindo-se ainda aos sábados o atendimento dos sócios por parte da Secretaria. Este objectivo, a ser atingido apenas em 1982, irá reforçar em muito a vitalidade da Associação.

Entretanto, o trabalho rotineiro de atendimento dos só-

(Continua na 11.ª pág.)

### NOS AÇORES

## DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS TÊM DESCONTO ESPECIAL DE 50% NA SATA

O Governo Regional dos Açores aprovou recentemente uma Portaria (publicada em 23 de Março), sobre o tarifário do Serviço Açoriano de Transportes Aéreos — SATA —, em que os deficientes das Forças Armadas são especialmente contemplados.

Assim, nas deslocações inter-ilhas, em que os residentes açorianos beneficiam de uma tarifa especial, os deficientes das Forças Armadas passaram a beneficiar de uma redução de 50% sobre essa tarifa especial. Isto para os deficientes das Forças Armadas residentes. Para os deficientes das Forças Armadas não residentes nos Açores há igualmente uma redução de 50%, mas sobre as tarifas normais.

Estes descontos, tal como sucede com os voos da TAP, aplicam-se apenas aos deficientes das Forças Armadas como tal considerados legalmente, ou seja, aos portadores do cartão de DFA e com 30% ou mais de incapacidade (cartão de lista encarnada).

Este direito é igualmente concedido aos deficientes da Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública.

A ADFA, através das delegações dos Açores, especialmente da delegação de Ponta Delgada, tem vindo desde há bastante tempo a reivindicar este direito junto do Governo

Regional dos Açores. Em Setembro de 1980, o Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral, recebeu representantes da Direcção Central da Associação e da Delegação de Ponta Delgada, tendo-se mostrado receptivo para os problemas apresentados, nomeadamente para este dos transportes inter-ilhas que veio agora a ser solucionado.

Trata-se de mais um direito dos deficientes das Forças Armadas, de mais uma medida justa, tendo em atenção a situação específica dos deficientes residentes nos Açores. Efectivamente sendo o transporte aéreo o único meio de deslocação de ilha para ilha e atendendo aos elevados valores das tarifas, os deficientes, que necessitam, sobretudo por motivos de Assistência médica, prótesica e mesmo de ordem associativa, de deslocações mais frequentes, encontravam-se em situação desvantajosa.

Passam, assim, os deficientes das Forças Armadas nos Açores a verem um pouco mais facilitados os meios da sua integração social.

No interesse dos associados residentes nos Açores, refere-se que, nos termos da Portaria n.º 16/82, os mesmos devem, quando pretendam deslocar-se na SATA, fazer-se acompanhar do cartão de lista encarnada. Deverão ainda comprovar a sua residência nos Açores, de acordo com o estipulado para todos os residentes.

### PRECISA-SE PARA COLOCAÇÃO NA ADFA

## SÓCIO COM CONHECIMENTOS DE FOTOGRAFIA

A ADFA vai admitir um trabalhador que tenha conhecimentos e experiência de fotografia para exercer funções no Estúdio Fotográfico na sede em Lisboa.

Dado que nos Serviços de Procura e Oferta de Emprego não se encontra inscrito nenhum sócio nestas condições, os interessados deverão entrar em contacto com a sede da Associação (Secção de Reabilitação Profissional) até ao dia 17 de Maio.

# RELATÓRIO E CONTAS DA ADFA RELATIVOS A 1981

(Continuação da 10.ª pág.)

cios manteve-se, solucionando ou encaminhando os problemas apresentados. Neste domínio foi realizado um esforço no sentido de desenvolver e aperfeiçoar a capacidade da Associação, sobretudo na qualidade dos serviços prestados. O constante aumento do número de sócios tem exigido uma reformulação de métodos de trabalho, procurando-se privilegiar a qualidade do serviço prestado em detrimento, por vezes, da quantidade, já que os meios disponíveis, sobretudo financeiros, têm obrigado à contratação da estrutura associativa, em vez da sua expansão, como seria normal. Em 1981, apesar do lógico aumento de encargos, a Associação teve que viver com um subsídio oficial em quantitativo igual ao de 1980, obtendo-se no final do ano uma compensação de 3000 contos, entregues directamente pelo Ministro da Defesa Nacional à Direcção Central.

O ritmo de inscrições de sócios na Associação é a prova evidente de que os serviços são cada vez mais solicitados e maior tem que ser a sua capacidade de resposta. Durante o ano de 1981 foram admitidos 655 novos sócios efectivos, sendo 291 por Lisboa, 117 pelo Porto, 52 por Castelo Branco, 45 por Coimbra, 37 por Viseu, 28 por Ponta Delgada, 27 por Évora, 18 por Setúbal, 18 por Faro, 18 por Fátima, 3 por Angra do Heroísmo e 1 por Bragança.

Número não muito inferior verificou-se nos sócios pendentes (só na Sede 202). O volume de trabalho da Associação pode ser avaliado pela correspondência recebida e expedida. Só em Lisboa e Porto totalizaram mais de 5000 officios recebidos e 7000 expedidos, sem considerar as convocatórias e circulares para os sócios. Nas restantes delegações o número de correspondência também foi elevado. Castelo Branco, por exemplo, recebeu mais de 1200 e expediu cerca de 2000.

O atendimento dos sócios, quer directamente, quer por escrito ou via telefónica, tem vindo a empenhar cada vez mais a Associação especialmente através dos serviços de Secretaria. Só na Sede foram atendidas pessoalmente cerca de 7000 pessoas, numa média de 30 por dia.

O apoio à resolução dos problemas dos sócios implicou um trabalho exterior de consulta de processos e recolha de elementos, nos departamentos militares e civis, especialmente na Caixa Geral de Aposentações, tendo em vista a elaboração de requerimentos, sobretudo para a revisão processual. 1981 foi ainda um ano em que a revisão processual constituiu uma tarefa importante por parte da Associação e um meio legítimo utilizado por muitos sócios para fazerem valer os seus direitos no âmbito da legislação existente. Dos 173 requerimentos elaborados através da Sede, por exemplo, 69 dizem respeito à revisão processual. Grande número de requerimentos foi elaborado directamente pelas delegações. Viseu, por exemplo, fez seguir 94 requerimentos de sócios e Setúbal 27.

Foi dispensada ao longo do ano uma atenção cuidadosa aos processos dos sócios, procurando através de uma análise individual, actualizá-los perante a falta de elementos. Ao mesmo tempo, prosseguiu um levantamento estatístico dos mesmos processos, tendo em vista um real conhecimento da situação dos sócios.

No âmbito da assistência social, a Associação manteve-se atenta a casos de dificul-

dade extrema, tendo concedido subsídios a alguns sócios, através da Sede, no montante de 46 350\$00. Os hactuais subsídios a grandes deficientes para compra de viatura própria totalizaram neste ano 250 000\$00, verba concedida expressamente para o efeito pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Os sócios obtiveram todo um conjunto de apoio de carácter social, tal como assistência médica e medicamentosa, internamentos em hospitais, habitação, transportes, etc., sentindo-se no final do ano a necessidade de conferir a este serviço uma maior qualidade técnica através de uma trabalhadora do Serviço Social a contratar pela Associação.

O apoio específico no domínio da assistência médica concedida aos sócios, na Sede, totalizou 163 consultas através do médico da ADFA, 126 consultas na Sociedade Clínica, 43 credenciais para outros médicos, 128 exames clínicos e 34 atestados médicos. Foram obtidos, gratuitamente, medicamentos de laboratórios no valor de 220 000\$ que foram distribuídos pelos sócios.

No domínio do trabalho, não obstante o número ainda elevado de sócios desempregados, não foram conseguidos resultados satisfatórios, apesar do empenhamento da Associação. Na sede, o Serviço de Reabilitação Profissional, onde estão inscritos 680 sócios, orientou 146 candidatos para 53 possibilidades de colocação facultadas à Associação, das quais apenas 3 se efectivaram. Foram, entretanto, conseguidas algumas colocações à terna e foram orientados quatro sócios para a frequência do curso de optacon. Nas delegações, apesar do esforço realizado, também não foram conseguidos resultados mais positivos.

Confirma-se assim, que a solução para a integração profissional tem que ser encarada através de legislação apropriada, tal como a do trabalho protegido e quota obrigatória. Legislação, aliás, já em forma de projecto e que urge aprovar, senão corre-se o risco de tornar definitiva a actual situação de desemprego de um grande número de deficientes das Forças Armadas.

Na sede da Associação funcionou a Escola, onde foram ministradas, tal como nos anos anteriores, aulas de educação básica, ciclo preparatório e curso geral nocturno.

A Escola, reconhecida pelo Ministério da Educação, tem merecido o maior apoio da Associação, tendo em conta que a valorização cultural e profissional é o maior meio para fazer face às dificuldades inerentes à própria deficiência. O grande interesse revelado pelos sócios no início do ano lectivo decresce ao longo do ano, vindo a terminar um número reduzido, o que vai servindo de indicador para a reformulação desta actividade, com uma correspondente compensação através de acções de carácter cultural, a equacionar em 1982. Foi já nesse sentido que se acelerou a organização da biblioteca, para o que se contou com um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

O «Elo» saiu regularmente em 1981, levando até junto dos sócios a informação que lhes é devida. Em Novembro foi assinalado o 7.º aniversário do jornal com a publicação de uma edição especial que foi distribuída pelas diversas entidades oficiais e organizações de deficientes e outras.

Lido com atenção em diversos sectores, não só ligados à reabilitação, o «Elo», encerrando o ano com 97 números publicados, é o único

jornal em Portugal a tratar exaustivamente a problemática dos deficientes já com uma certa dimensão.

Em 1981, o «Elo» contou com 36 novos assinantes.

Quanto às oficinas da Associação, esperava-se a entrada em vigor do Estatuto do Trabalho Protegido, elaborado no Secretariado Nacional de Reabilitação, procurando-se, conforme deliberado pelo Congresso, enquadrá-las no esquema previsto nesse projecto, procedendo, a partir daí, ao seu desenvolvimento.

Na Tipografia fez-se um esforço para conseguir uma gestão equilibrada, o que, com os meios disponíveis, ainda não foi possível. Na electrónica, no final do ano, foi decidido não aceitar mais trabalho até à sua reestruturação profunda. Ainda na Sede, há a registar o resultado altamente positivo da Fotografia, que, depois de se ter encarregado de todos os trabalhos da Manutenção Militar, passou a ser um sector lucrativo.

No Porto, a oficina de Próteses reafirmou a sua capacidade, revelando-se altamente eficiente. Continua, contudo, e incompreensivelmente, a verificar-se a falta de apoio do Hospital Militar do Porto, que dá preferência a oficinas comerciais para a colocação e reparação das próteses dos deficientes militares.

A oficina de Próteses não conseguiu dar resposta à procura por parte dos deficientes, apesar de ter decrescido o número de deficientes militares. Em 1981, foram feitas 146 próteses e reparadas 86; ortóteses foram feitas 36 novas e reparadas 4. Para deficientes militares foram feitas 51 próteses e para civis 181.

Os trabalhos da Oficina foram acompanhados por um serviço de Medicina Física e de Reabilitação que contou com o apoio de um médico da especialidade.

Os serviços de bar, na sede e nas delegações, funcionaram como locais de ligação e convívio entre os sócios. O bar da sede, com uma gestão equilibrada, serviu uma média de 75 refeições por dia. No Porto foram servidas cerca de 20 refeições diárias.

A festa de Natal, realizada na sede e nas delegações, constituiu este ano mais um ponto alto do convívio associativo, tendo mobilizado milhares de associados e respectivos filhos numa prova de ligação íntima da Associação com os sócios e suas famílias.

Em 1981, a Associação, com a abertura da delegação do Funchal, completou a cobertura de todo o território nacional.

O incremento e valorização das delegações foi realçado pela aquisição de instalações próprias em Setúbal, enriquecendo ao mesmo tempo o património da Associação.

Subsistiram, entretanto, dificuldades de ligação entre a sede e algumas delegações, especialmente com Coimbra e Viseu, de que veio a resultar um processo penoso que subiu até à Assembleia Geral Nacional e que deve servir de exemplo para que de futuro se substimem as divergências em favor da integridade da Associação.

### III

#### Actividades externas

1981 ficará assinalado como o ano em que a ADFA conseguiu dar uma imagem correcta de si própria no exterior.

O esforço associativo realizado em 1980 para definir a orientação da Associação e o seu posicionamento só em 1981 se reflectiu plenamente no exterior. No final do ano, a ADFA era publicamente reconhecida como uma força caracterizada pela sua independência política, mas com uma

dinâmica progressista, exclusivamente ao serviço dos deficientes.

O dinamismo que caracterizou a Associação foi revelado através das três acções fundamentais já referidas: Congresso reivindicativo legislativo e comemorações do AID.

No Congresso foi produzido um documento, fruto exclusivo do trabalho e participação associativa, que, além de norma orientadora da Associação para o futuro, revela claramente para o exterior o tipo de Associação que somos. A prática associativa de sete anos comprovou, através do Congresso, que a ADFA se encontra na vanguarda da luta pela integração social dos deficientes em Portugal, uma vez que se tem feito ouvir e que não pode ser ignorada no quadro de uma política nacional de reabilitação, que necessita ser implantada com urgência.

Das conclusões do Congresso realça-se a disponibilidade manifestada pela ADFA para o desenvolvimento de um grande movimento de deficientes, posição que não pode ser ignorada ou escamoteada sem correr o risco de inviabilizar a possibilidade de organização de todos os deficientes a nível geral e nacional. Na sequência desta deliberação do Congresso, foram efectuados contactos com diversas Associações de deficientes, tendo algumas manifestado um grande receptividade, mas outras revelaram um preocupante apego a concepções demasiado políticas, senão mesmo partidárias do associativismo de deficientes.

Quanto ao necessário aperfeiçoamento da legislação definidora dos direitos dos deficientes das Forças Armadas ou publicação de novos diplomas, o início de 1981 revelava um quadro muito pouco animador.

A quebra de diálogo e negociação com o Ministério da Defesa Nacional havia feito inverter um processo em que a ADFA se encontrava empenhada: em vez de aprovação de nova e mais favorável legislação, eram preparadas e adoptadas medidas de retrocesso, tais como a extinção da CMRA, corte de assistência médica através dos SSFA e ainda as notícias chegadas à Associação sobre o possível corte dos subsídios de invalidez.

A acção desenvolvida pela Associação perante este quadro não conseguiu uma alteração imediata da situação, mas inaugurou uma nova fase em que a ADFA foi definitivamente encarada pelo Governo como um parceiro reconhecido à mesa das negociações.

A prova de força revelada através de reuniões de sócios e Assembleias, culminando na importante manifestação de 15 de Maio, acompanhada, simultaneamente por uma franca disponibilidade para o diálogo perante o Governo, fez com que a ADFA passasse, conforme pretendido, a influir directamente nas medidas legislativas, em preparação ou a adoptar.

É de realçar que, em toda esta luta, a ADFA, apesar da dureza das posições assumidas, nunca viu, como é tão frequente, a sua acção carimbada com qualquer marca política ou partidária. A manifestação, de tal maneira foi centrada nos seus reais objectivos que nem o Governo nem qualquer órgão de informação ousaram subverter ou iludir o seu significado.

Os resultados objectivos desta luta saldaram-se, ainda em Maio, pela garantia dada pelo Ministério da Defesa Nacional de que os actuais direitos dos deficientes das Forças Armadas são intocáveis.

Quanto à nova e necessária legislação, no final do ano, a situação não estava ainda desbocada, vindo a acção reivindicativa a prosseguir no início de 1982, desta vez com redobrada insistência, também junto do Conselho da Revolução.

Para além do diálogo com o Governo e com o Conselho da Revolução, foram estabelecidos contactos sistemáticos com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, sensibilizando-os para a necessidade de não deixar cair no esquecimento a situação dos deficientes das Forças Armadas, como é tradição em Portugal.

Realça-se, pela sua importância, a audiência concedida à Direcção Central pelo sr. Presidente da República em 12 de Maio. A receptividade revelada por parte do Chefe do Estado para os problemas dos deficientes das Forças Armadas nos seus múltiplos aspectos é a prova de que a ADFA se encontra no caminho certo.

O reconhecimento da Associação por parte das entidades oficiais foi vinculado pelo Chefe do Estado Maior do Exército ao integrar a ADFA no programa oficial da visita de uma delegação do Hospital Militar de Hamburgo, em Outubro, à qual foi dispensada uma calorosa recepção.

O recurso sistemático aos órgãos de informação reavivou em 1981 a ideia na opinião pública de que da guerra resultaram fundamentalmente deficientes cujos problemas ainda não estão totalmente resolvidos.

Com o lema «temos um ano queremos uma vida», a ADFA colocou-se bem no centro das comemorações do Ano Internacional do Deficiente. A voz da Associação na Comissão Executiva fez-se ouvir até ao fim, pugnando, geralmente sem sucesso, para que as comemorações correspondessem ao espírito da proclamação das Nações Unidas, especialmente quanto à sensibilização da sociedade para os objectivos do AID.

As acções próprias da Associação, na Sede e em algumas delegações, numa ligação directa com a população e com os órgãos de informação, foram em muito o garante de que as comemorações tivessem atingido uma dimensão pública mínima.

Através de uma breve análise da Imprensa, em 1981, constatou-se que a ADFA, só por si, mereceu maior tratamento que todas as restantes Associações de Deficientes. Ocupou igualmente mais espaço que todas as referências às Comemorações Oficiais do AID.

O balanço das Comemorações do AID cabe à Assembleia Geral Nacional, o qual deverá funcionar em anexo a este relatório.

A acção da Associação no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, para além da participação nos grupos de trabalho sobre a quota obrigatória, desporto e transportes, caracterizou-se pela exigência do pleno funcionamento do Conselho Nacional de Reabilitação. Foram ainda feitas diligências junto do secretário nacional no sentido de que o Secretariado e o Conselho Nacional de Reabilitação sejam reestruturados de acordo com as conclusões do Congresso da ADFA. A acção da Associação não produziu resultados favoráveis neste domínio, já que a opinião das Associações na orientação dos trabalhos do Secretariado tem vindo a ser cada vez mais desprezada, não se verificando sequer o legalmente estabelecido para a periodicidade das reuniões

do Conselho Nacional de Reabilitação.

### IV Conclusões

Em 1981, a ADFA desenvolveu, em alguns domínios, uma actividade à altura de si própria. Contudo, para além desses aspectos, atrás realçados, outros há que não foram totalmente explorados, apesar das potencialidades de que a Associação dispõe.

Depois de se ter conseguido dar os devidos contornos à imagem pública da Associação e de se provar, 7 anos depois do 25 de Abril e depois de frustradas tantas esperanças, que esse acto libertador fez nascer, que é possível manter vivo e desenvolver o espírito de luta dos deficientes, novas tarefas aguardam a Associação, que não foi possível levar a cabo em 1981.

Com a sua dinâmica e a sua maturidade a Associação deverá agora fazer ouvir com insistência a sua voz autorizada no domínio da Reabilitação, junto dos Departamentos de Estado, apresentando propostas e defender projectos que levem ao arranque definitivo de uma política nacional de reabilitação.

As divergências internas, saltares porque sintoma da própria vitalidade e espírito democrático da Associação, mas nocivas porque prejudicam a sua funcionalidade, terão de ser esbatidas, vislumbrando-se para isso como único meio uma prática associativa cada vez mais intensa, que está longe ainda de ter atingido os seus limites.

Será também através dessa prática associativa intensificada, que se conseguirá uma maior maleabilidade e produtividade dos serviços da Associação, longe também de terem atingido o seu rendimento máximo, impondo-se mesmo algumas correcções e reformulações.

Do associativismo que praticamos ao associativismo que existe a nível dos restantes deficientes portugueses existe hoje uma grande distância que urge encurtar. Há que procurar, a todo o custo, criar as condições necessárias para que a disponibilidade assumida pela ADFA em 1981 se efective, já que cada vez existe mais a certeza de que a integração social só é possível através da luta organizada dos próprios deficientes.

Os reais e mais gritantes problemas de alguns deficientes das Forças Armadas não foram resolvidos em 1981, mas, com a acção da ADFA, ficou a consciência de que será irreversível o sentido da sua resolução.

Assim, ao encerrar mais um ano, é com uma palavra de confiança e esperança que a Associação se apresenta perante os sócios, mantendo-se inabalável na defesa dos seus legítimos direitos.

### DÍSTICO DE IDENTIFICAÇÃO DE DEFICIENTE MOTOR RECTIFICAÇÃO

Por ter saído com inexactidão o dístico de identificação de deficiente motor, publicado no anexo 2 da Portaria n.º 878/81, de 1 de Outubro de 1981, a que fizemos referência, em tempo oportuno, no «Elo», foi publicada Declaração com a rectificação exigida, no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 1982.

Esta rectificação em nada altera as informações anteriormente prestadas sobre os métodos e formas de requerer o referido dístico de identificação, ou os direitos que ele concerne.

# PROGRAMA DO MFA FOI ESPERANÇA DE JUSTIÇA HÁ OITO ANOS AINDA NÃO REALIZADA

Não foi há muito tempo, apenas há 8 anos, que os Portugueses acordaram numa manhã de Abril finalmente com o direito à esperança de uma vida melhor, de um futuro mais justo.

Volvidos oito anos sobre esse dia de libertação, de alegria e entusiasmo, dia de cidadãos reencontrados, resta-nos hoje pouco mais que esse direito, embora não pequeno (porque permite o sonho que um dia se torna sempre realidade).

Nesta altura de mais um aniversário do 25 de Abril, lembrando o gesto dos militares sensíveis ao sofrimento do povo silenciado, transcrevemos aqui o texto por eles próprios produzido — o programa do Movimento das Forças Armadas. Do fim da guerra, consumidora de juventude inocente, à construção de uma sociedade mais justa, onde os mais desfavorecidos fossem igualmente cidadãos, eis o trajecto que esse texto, com autoridade, em 25 de Abril de 1974 traçou.

Relembrar aqui esse texto é, mais do que prestar uma homenagem aos seus autores, contribuir para que a chama da esperança por ele acendida se mantenha viva, porque realizável, dependendo apenas da determinação de cada português, porque a liberdade, caminho fundamental para a justiça, é hoje ainda um bem de todos e que o 25 de Abril nos trouxe — não se deve esquecer.

## Programa do MFA

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras de Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português;

Considerando ainda que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa:

### A — Medidas imediatas

1 — Exercício do poder político por uma Junta Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil.

A escolha do presidente e vice-presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1) Os Governos-gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do Governo, até nomeação de novos governadores-gerais, pelo Governo Provisório;

2) Os assuntos correntes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos

governadores pelo Governo Provisório;

c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da Juventude. No ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigem;

d) A entrega às Forças Armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) Medidas que permitam vigilância e controle rigorosos de todas de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) A abolição da censura e exame prévio.

1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão «ad hoc» para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;

h) Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);

i) O controle de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio;

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

### B — Medidas a curto prazo

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Chefe do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções, o Presidente da Re-

pública nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) O período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, independência, e a dignificação do Poder Judicial;

f) A extinção dos «tribunais especiais» e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2 — Os crimes cometidos contra o Estado no novo regi-

me serão instituídos por juizes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

### C — Considerações finais

1 — Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Legislativa e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os Portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida política nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.

ttaç

## «UMA EM CADA DEZ»

# ATENÇÃO DA UNICEF VOLTADA PARA AS CRIANÇAS DEFICIENTES

A UNICEF, organismo das Nações Unidas, lançou uma publicação trimestral, com o título «UMA EM CADA DEZ», exclusivamente dedicada à problemática das crianças deficientes.

Publicado em Inglês, Francês e Espanhol, esta revista insere-se num esforço que aquele organismo internacional está a desenvolver em prol das crianças deficientes de todo o mundo, contando, para o efeito, com o apoio da «Reabilitação Internacional».

O primeiro número desta revista foi integralmente traduzido pelo Secretário Nacional de Reabilitação.

Deslocamos dessa tradução uma parte, que aqui reproduzimos.

O que a seguir se enuncia é a maneira mais simples de descrever a política actual da UNICEF relativamente às deficiências na infância:

— Pelo menos, uma criança em cada dez nasce ou contrai uma deficiência física ou mental grave. Hoje, 80 por 140 milhões de crianças deficientes existentes no mundo vive em países em vias de desenvolvimento, sem acesso a quaisquer serviços de reabilitação.

— Reconhecendo que este problema se vai avolumando, o Conselho Executivo, em sessão em 1980, atribuiu à UNICEF um papel mais activo no tocante à ajuda a dispensar a estes países, de modo a desenvolverem as suas próprias capacidade no campo da prevenção e reabilitação das deficiências na infância.

Dado se ter observado que a maior parte das deficiências físicas e mentais, que atingem as crianças nos países em vias de desenvolvimento, podem ser evitadas (sendo, principalmente, ocasionadas por uma nutrição inadequada, carências durante o período de crescimento, doenças e acidentes evitáveis), o principal esforço empreendido pela UNICEF para prevenir as de-

ficiências infantis orienta-se no sentido de serem tomadas medidas preventivas, as quais envolvem, nomeadamente, serviços materno-infantis, educação sanitária, controlo das doenças e melhoria de nutrição.

— Estas actividades, enquadradas nas estruturas dos serviços básicos e de primeiros cuidados de saúde, constituem uma parte muito importante dos programas. Apontam especificamente, para a prevenção da xerofthalmia, do bócio endémico e dos acidentes, para o controlo do tracoma e de outras doenças contagiosas do foro oftálmico e para a imunização contra a otiomielite e o sarampo.

— Em virtude da maior parte das diminuições funcionais não terem de redundar em deficiências graves, executam-se através dos serviços de saúde, de educação, de nutrição e de segurança social, e com a participação activa da comunidade, medidas de prevenção, a um segundo nível, para detectar e tratar as referidas diminuições quando estas surgem.

— Os projectos de reabilitação, bem como as disposições preventivas, têm de ser integrados e apoiados pelos

serviços existentes. As tradicionais instituições especializadas, que apenas podem abranger um escasso número de crianças deficientes e por um preço muito elevado, raramente recebem apoio da UNICEF. Contudo, ajudas especiais e equipamento (como por exemplo, máquinas de impressão BRAILLE e papel para os respectivos livros), são por vezes, fornecidos a crianças deficientes que não estão aptas a serem integradas no sistema educativo normal. Os projectos de integração educacional devem ser encorajados.

— Métodos de reabilitação destinados a muitas crianças físicas e mentalmente deficientes podem ser postos em prática pelas famílias e pela comunidade, se estas possuírem o devido apoio e estiverem convenientemente documentadas: deste modo, estas crianças podem desenvolver as suas potencialidades e ficarem inseridas na comunidade. Tais métodos têm de ser relativamente simples, práticos, pouco onerosos e utilizando os recursos locais, dando-se particular atenção à preservação do desenvolvimento normal da criança deficiente (a interrupção destes processos pode provocar uma deficiência ainda mais acentuada do que a que resultaria da própria deficiência). Embora a UNICEF se preocupe com a generalidade das crianças deficientes, mas porque a situação destas crianças é, infelizmente, pior nos bairros de lata citadinos e nas comunidades rurais carenciadas dos países em vias de desenvolvimento, será dada preferência à adopção de projectos de baixo custo, sobre preven-

ção e reabilitação nestas zonas.

— Enquanto continua o auxílio dado para a formação de pessoal especializado em integração e reabilitação de crianças deficientes, a assistência prestada pela UNICEF sofrerá, agora, um grande aumento destinado à formação e orientação de outras categorias de técnicos, em cada país (especialmente trabalhadores, que desenvolvem a sua acção nas comunidades locais e que contactam com as famílias, e os seus respectivos superiores), sobre os problemas decorrentes da deficiência infantil e dos meios de prevenção e reabilitação.

— A ajuda financeira destinada pela UNICEF para projectos de prevenção e reabilitação e a assistência prestada por aquele organismo para formação de pessoal especializado é, geralmente incluída nos programas de cada um dos países; contudo, é possível que fundos adicionais sejam concedidos para cada uma das actividades supracitadas.

— Embora a UNICEF seja o principal organismo que se ocupa das crianças, esforça-se em estreitar laços com outros sectores das Nações Unidas, nomeadamente com os que tratam de assuntos referentes à prevenção e reabilitação das deficiências infantis, com as agências bilaterais e, igualmente, com as organizações não-governamentais, cuja acção e interesse abrangem crianças deficientes, para que seja concedida a estas crianças uma atenção muito maior, dado serem sempre as mais esquecidas e prejudicadas no mundo em vias de desenvolvimento.

# APRENDE A FAZER OS TEUS BRINQUEDOS

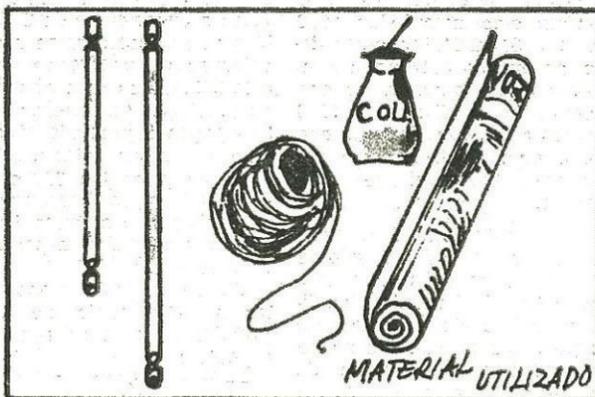
É fácil para alguns meninos comprar jogos ou brinquedos. Mas para outros torna-se difícil pelo seu preço e até porque há coisas mais importantes a comprar e que fazem falta a toda a família.

Mas todos podem ter os seus brinquedos. Com um pouco de trabalho, persistência e imaginação, podemos utilizar as coisas mais variadas e que aparentemente não servem para nada, para fazer mil e uma coisa.

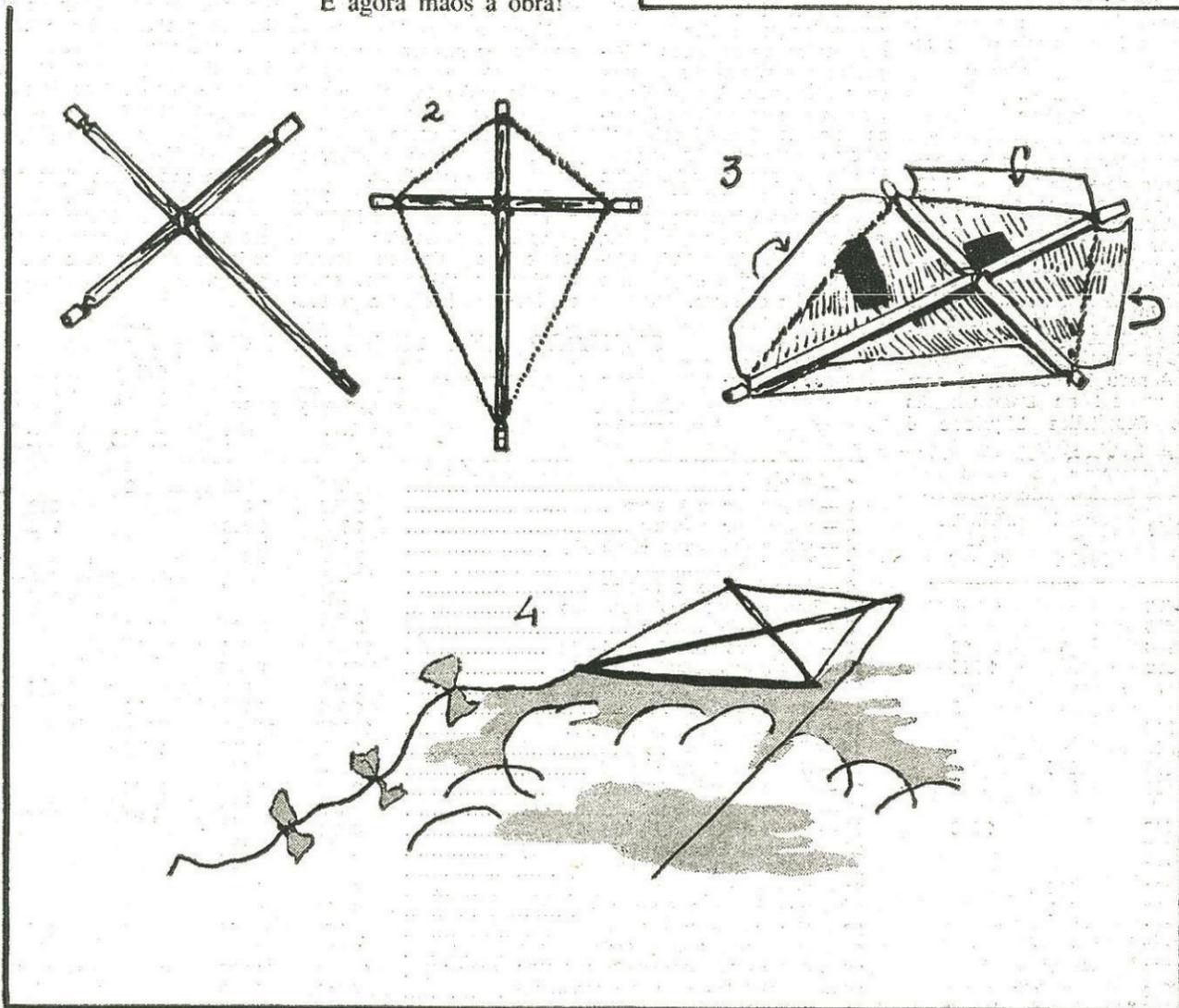
Vamos hoje aprender a fazer um lundo papagaio. Todos os meninos com certeza vão gostar de o fazer. É simples, basta arranjar o seguinte material:

E agora mãos à obra!

## UM PAPAGAIO VOA, VOA...

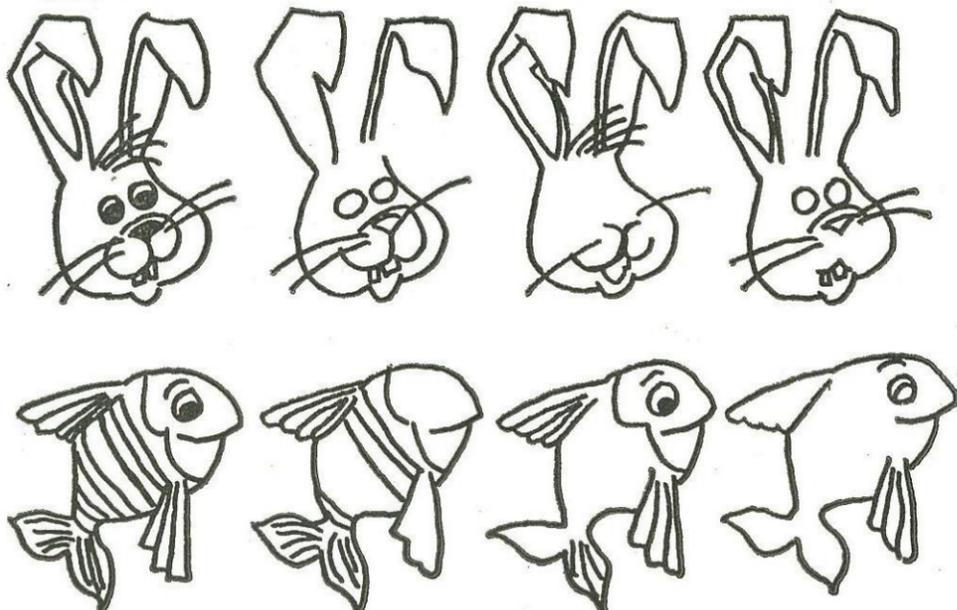


MATERIAL UTILIZADO



**Título:** OBSERVA O MODELO E TENTA COMPLETAR OS DESENHOS SEQUINTE, PINTANDO-OS COM AS CORES QUE PREFERIRES

MODELO



# AS MÁQUINAS DE MEDIR O TEMPO

Uma corda, um peso, uma roda dentada, mais não é preciso para se construir um relógio: e, no entanto, a humanidade, durante séculos, procurou encontrar esta tão simples solução. Mas, depois, que aperfeiçoamento! A traços largos, vamos fazer aqui a história da máquina de medir o tempo.

**Os primeiros relógios:** Ampulhetas de areia, clépsidras, etc.

Os primeiros homens que procuraram fraccionar a duração do dia mediram, sem dúvida, entre o nascer e o pôr-do-sol, a sombra projectada em volta de um ponto fixo, por um estilete, por exemplo, e dividiram em partes convencionais a superfície percorrida. Estas divisões eram horas e o quadrante solar tinha sido inventado. Pouco prático, não servindo durante a noite, ou em tempo coberto, tinha pelo menos a vantagem de dar a hora tipo que outros instrumentos poderiam medir. As

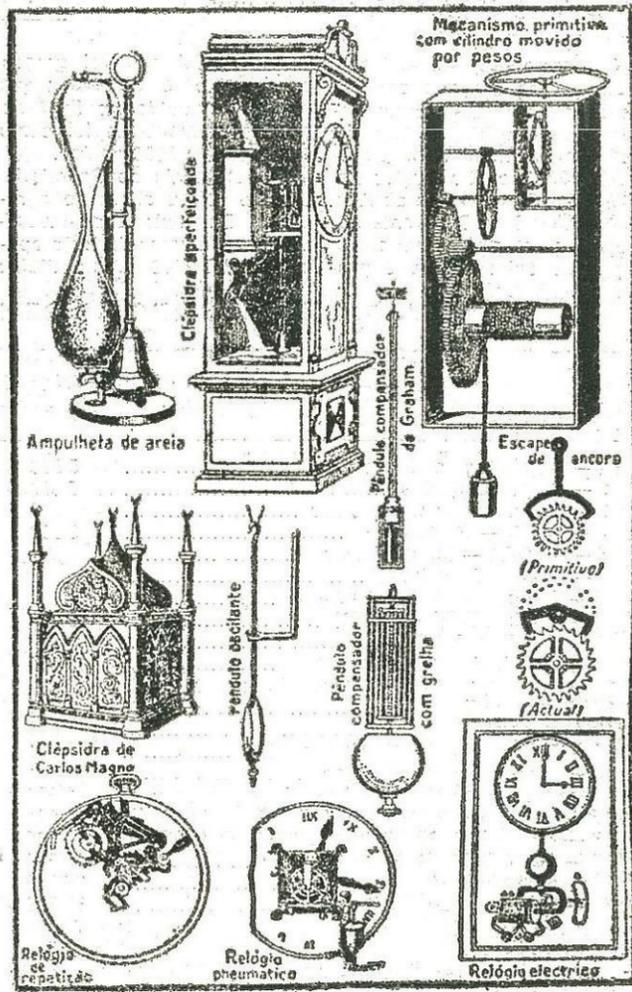
quina roda munida de uma agulha e de um quadrante; a mecânica e a arte, que se conjugaram, fizeram maravilhas que Haroum-el-Rachid, príncipe árabe, enviou a Carlos Magno, rei dos Francos.

Outras máquinas de marcar as horas apareceram de cérebros engenhosos: foi uma bola que deslizava nas ranhuras de um pedestal, num certo tempo dado: um relógio com um plano inclinado, assentava no mesmo princípio; bolas que se soltavam, em intervalos calculados, de uma tocha de cera em combustão e que caíam com ruído num recipiente de metal; prelúdio do carilhão.

### DO EMPÍRISMO À CIÊNCIA:

Esta pré-história do relógio leva-nos ao fim do século X, quando o frade Gerbert inventou; ou talvez aplicou pela primeira vez em França, tendo-o trazido do Oriente, o sis-

### Da ampulheta ao relógio eléctrico



aplicações deste princípio prosseguiram, com efeito, e viu-se aparecerem relógios de areia, ou ampulhetas, relógios de água ou clépsidras, que se esvaziavam num determinado tempo medido anteriormente pelo sol. As clépsidras mais que as ampulhetas, prestavam-se a aperfeiçoamentos: fizeram-se-lhe muitos compartimentos correspondentes a número determinado de horas; deu-se-lhe um flutuador, que accionava ao descer uma pe-

tema de relógios de pesos e descobriu de certo como aperfeiçoamento e inapreciável auxiliar — o escape.

**PESOS DE ESCAPE:** O motor deste mecanismo é constituído por um peso ligado a uma corda que está enrolada numa roldana e que tende a desenrolar-se; a outra extremidade da corda tem um contrapeso mais leve que a mantém esticada. A corda, ao desenrolar-se, acciona a roldana que faz girar uma agulha sobre um mostrador. Se o peso fosse abandonado à acção da gravidade, caía, segundo a lei, com uma velocidade acelerada e a marcha das horas seria cada vez mais rápida; mas as diversas rodas engranando umas nas outras, diminuíam o acréscimo da velocidade sem a anular. Depois, é aqui que intervém o escape, os dentes da última roda reguladora encontram um obstáculo que podem vencer, mas não sem dificuldade, e esta dificuldade repete-se em cada dente; em cada dente o obstáculo dificulta momentaneamente a passagem, depois deixa-o «escapar». Assim, a aceleração de velocidade adquirida é anulada em cada dente, con-

### A criada apaixonada



(Continua na 19.ª pág.)

# RELATÓRIO E CONTAS DA ADFA RELATIVOS A 1981

## SECRETARIADO

A situação Financeira do Secretariado pode ser analisada no mapa anexo. Para sua mais fácil interpretação passamos a referir alguns aspectos que consideramos de maior significado:

de

# CONTAS

### 1 — Desdobramento das Despesas verificadas em 1981 (em Contos):

— Dotações .....	19 320	
— Congresso .....	1 700	
— AID .....	765	
— Despesas Eleitorais .....	150	
— Abertura da Deleg. Madeira .....	135	
— Duodécimos relativos a 1980 .....	129	
— Equipamento Deleg. Setúbal .....	200	
— Outras .....	36	22 435

### 2 — Desdobramento das Receitas do Exercício

— Subsídios .....	22 300	
— Receitas de Aplicaç. Financ. ....	1 446	
— Lucros Relat. a Exos. Anteriores ...	154	23 900

### 3 — Fluxo Positivo .....

1 465

### 4 — Investimentos

— Sinal por conta do valor de compra das Instalações em Setúbal .....	1 000
---	-------

Conforme se pode verificar, tratou-se de um ano em que as despesas reais ultrapassaram as que haviam sido orçamentadas num valor superior a 3000 c. Os custos relativos ao Congresso e ao Ano Internacional do Deficiente absorveram a maior parte. O equilíbrio entre custos e pro-

veitos só foi possível graças ao subsídio complementar que nos foi atribuído no final do ano, cujo montante foi como todos sabem 3000 contos.

O Património do Secretariado não sofreu alteração apreciável. Em matéria de Investimentos deixámos de ter a aplicação de 2000 c. em títulos

do Tesouro mas passámos a dispor de um imóvel em Setúbal para instalações da Delegação por conta do qual já haviam sido adiantados 1000 c. em 31-12-81. Por outro lado, na mesma data e em relação ao ano anterior, os credores tinham diminuído 1206 contos e o saldo da conta corrente com a ADFA tinha um aumento favorável de 1045 contos.

Finalmente, será de interesse referir que os indicadores de gestão revelam uma evolução favorável na situação financeira do Secretariado. Ao longo deste exercício o nosso esforço será no sentido de manter esta tendência freando as despesas e aproveitando de forma nacional os recursos de que dispomos.

## SEDE

Na sede previram-se receitas no montante de 2701 c. e Despesas de valor igual a 11 176 c., pelo que se atribuiu um subsídio de funcionamento no valor de 8475 c. Na realidade, verificaram-se despesas no montante de 16 363 c. e receitas no valor de 17 137 c., o que se traduziu num resultado positivo de 774 c.

A redução dos custos com o pessoal na Demonstração de Resultados Líquidos é

Tipografia — Escola da ADFA — 1615 c. Este saldo traduz a dívida da Tipografia perante a Sede e é o resultado de uma actividade deficitária nos últimos exercícios. No corrente ano, para além de ter absorvido 709 c. do Subsídio atribuído pelo Ministério da Defesa, a Tipografia ainda averbou prejuízos no montante de 1335 c. Na origem deste resultado verdadeiramente desastroso estão certamente a má gestão dos recursos existentes e um deficiente controlo da sua actividade. A tendência para resultados desta natureza tem de ser combatida a todo o custo, pois, a manter-se, inviabilizaria a sua existência. Daí que a Direcção, consciente da necessidade de manter aquela oficina em laboração, vai dar uma atenção muito especial a este caso, estando na disposição de adoptar severas medidas, que nos permitam alcançar os objectivos pretendidos.

Editorial Minerva — 1724 c. Trata-se de uma dívida que já vem de exercícios anteriores e que pelo seu elevado montante justifica que muito em breve se inicie um proces-

so de negociações tendente a conseguir o início da sua amortização. Face aos investimentos programados para o corrente ano, a concretização deste projecto assume importância relevante, razão pela qual esta Direcção lhe vai dispensar redobrada atenção.

A par dos casos referidos, para os quais vão as justificadas preocupações da Direcção, há a registrar alguns aspectos agradáveis de actividades que estão a ajudar a ADFA a enveredar pelo caminho da auto-suficiência. Trata-se da «Forografia» e do «Bar», cujo resultado é fruto do trabalho e muita dedicação dos seus responsáveis e não dos seus responsáveis e colaboradores. A Direcção, não podendo ser insensível a este esforço, altamente louvável, está disposta a encorajá-lo, criando condições de realização profissional aos trabalhadores que desenvolvem estas actividades incrementando iniciativas que, face à situação privilegiada da nossa sede, oferecem perspectivas muito promissoras.

Face aos factos apresentados a Direcção propõe que os resultados obtidos no Secretariado e na actividade da sede transitem para o ano seguinte.

## SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SEDE

DESCRIÇÃO	DEZEMBRO 1981	DEZEMBRO 1980	ORIGEM DE FUNDOS	APLICAÇÃO DE FUNDOS
1 — Caixa .....	277	279		2
2 — Depósitos à Ordem .....	3 167	2 249		918
3 — Depósitos a Prazo .....	1 750	1 050		700
4 — Disponibilidades (1+2+3) .....	5 194	3 578		
5 — Clientes .....	1 593	1 067		526
6 — Empréstimos a Sócios .....	721	423		298
7 — Empréstimos a Associados .....	500	500		
8 — Outros Devedores .....	3 414	3 527	113	
9 — Realizável (4+5+6+7+8) .....	11 422	9 095		
10 — Realizável Efectivo (4+5) .....	6 787	4 645		
11 — Existências .....	1 117	922		195
12 — Imobilizações .....	1 694	1 770	76	
13 — TOTAL DO ACTIVO (9+11+12) .....	14 233	11 787		
14 — Fornecedores .....	2 422	1 406	1 016	
15 — Sector Público Estatal .....	244	190	54	
16 — Secretariado — C/Corrente .....	3 863	2 818	1 045	
17 — Outros Credores .....	102	546		444
18 — Exigível (14+15+16+17) .....	6 631	4 960		
19 — Exigível Efectivo (14+15+17) .....	2 768	2 142		
20 — TOTAL DO PASSIVO (18) .....	6 631	4 960		
21 — Reservas .....	4 322	4 322		
22 — Resultados Transitados .....	2 506	1 543	963	
23 — Resultados Líquidos .....	774	962		188
24 — Situação Líquida (21+22+23) .....	7 602	6 828		
25 — PASSIVO+SITUAÇÃO LÍQUIDA (20+24) .....	14 233	11 787		
26 — FUNDO DE MANEIO (10 — 19) .....	4 019	2 503		
27 — LIQUIDEZ (4/19) .....	1 876	1 670		
28 — SOLVABILIDADE (24/20) .....	1 146	1 376		
			3 269	3 269

## SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SECRETARIADO

DESCRIÇÃO	DEZEMBRO 1981	DEZEMBRO 1980	ORIGEM DE FUNDOS	APLICAÇÃO DE FUNDOS
1 — Depósitos a Prazo .....	5 500	5 500		
2 — Disponibilidades .....	5 500	5 500		
3 — Empréstimos Concedidos .....	918	900		18
4 — ADFA — C/Corrente .....	3 863	2 818		1 045
5 — EMGFA — M. da Defesa .....				
6 — Outros Devedores .....	9			9
7 — Realizável (2+3+4+5+6) .....	10 290	9 218		
8 — Realizável Efectivo (2) .....	5 500	5 500		
9 — Imobilizações .....	1 045	1 920	875	
10 — TOTAL DO ACTIVO (7+9) .....	11 335	11 138		
11 — Departamentos — C/Duodécimos a Repartir .....				
12 — Outros Credores .....	211	1 417		1 206
13 — Exigível (12) .....	211	1 417		
14 — TOTAL DO PASSIVO (11+13) .....	211	1 417		
15 — Resultados Transitados .....	9 721	9 121	600	
16 — Resultados do Exercício+Exos. Anteriores .....	1 403	600	803	
17 — TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA (15+16) .....	11 124	9 721		
18 — TOTAL DO PASSIVO+SITUAÇÃO LÍQUIDA .....	11 335	11 138		
19 — FUNDO DE MANEIO (7 — 13) .....	10 079	7 801		
20 — LIQUIDEZ (2/12) .....	26 066	3 881		
21 — SOLVABILIDADE (17/14) .....	52 720	6 860		
			2 278	2 278

# PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

O Conselho Fiscal Central, no cumprimento da Lei e dos Estatutos, apresenta a todos os Associados o seu relatório e parecer sobre a actividade e contas da ADFA relativos ao exercício de 1981.

## A — CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1. SECRETARIADO NACIONAL

Os resultados positivos verificados no final do exercício pelo Secretariado Nacional só foram possíveis com o subsídio de 3000 000\$00 entregues pelo MDN no final de Dezembro e que não constavam das verbas orçamentadas.

Daí poder afirmar-se que em relação às previsões iniciadas o SN apresentava no final do ano um saldo negativo.

Esse saldo justifica-se pelas despesas do 2.º Congresso da ADFA e do AID, cujas verbas foram atribuídas pelo SN e cifram em mais de 2500 contos.

Verificamos ainda em rela-

ção às verbas enviadas para as delegações que elas se encontram perfeitamente sancionadas pelos órgãos competentes.

O SN tem a haver da sede, em disponibilidades, a importância de 3 660 882\$40 e, 8726\$00 das delegações e tem a pagar a importância de 211 261\$00 à delegação de Coimbra que são parte do orçamento de 1981 e que não foram enviados por deliberação da DC.

Verifica-se ainda na contabilidade da Sede a existência de verbas disponíveis para satisfazer aquela importância visto que em depósitos à ordem estão 3116 contos e 270 contos em caixa e tem ainda depósito a prazo.

Tem também o SN emprestado a associados a importância de 917 825\$40.

Relativamente às delegações numa rápida análise pelas contas verificamos o seguinte:

— Há uma diferença entre a dotação inicialmente determinada e às importâncias enviadas a várias delegações, o que se encontra perfeitamen-

te justificado pelos órgãos competentes. — Lamentamos o facto de o orçamento referente a 1981, ter sido aprovado na sua globalidade no tocante a despesas com pessoal e despesas correntes, não permitindo, como é óbvio, uma análise comparativa por rubricas.

— Mesmo assim, verifica-se que algumas delegações ultrapassaram em muito a dotação que lhes foi atribuída, quer em relação às despesas correntes, não permitindo, como é óbvio, uma análise comparativa por rubricas.

— Mesmo assim, verifica-se que algumas delegações ultrapassaram em muito a dotação que lhes foi atribuída, quer em relação às despesas correntes, quer em relação às despesas com pessoal.

— Assim, parece-nos oportuno chamar a atenção do S. N. para o seguinte:

— Não foi cumprida pelo S. N. uma deliberação anteriormente tomada no sentido de ser cativada a importância de 5% da dotação recebida, sem

que tivesse havido qualquer outra decisão em contrário.

— Como atrás referimos, o S. N. teria um saldo negativo de mais de 1700 contos se não tivesse havido um reforço no final de 1981, atribuído pelo MDN.

— O S. N. tem cerca de 1000 contos emprestados sem haver de momento qualquer plano de reembolso.

— Deverá ser regularizada a situação dos empréstimos do S. N. às delegações bem como a dívida que a Sede tem para com este Órgão.

### 2. SEDE

— Apresenta a Sede disponibilidades que lhe permitem saldar a dívida ao S. N.

— A Sede apresenta um saldo positivo, ficando longe de atingir a dotação para despesas com pessoal.

— De referir no entanto um saldo negativo da Oficina de Electrónica.

### 3. TIPOGRAFIA

— A Tipografia que recebeu um subsídio de 709 123\$00

apresentou um saldo negativo de 1335 043\$90, que somado ao subsídio ultrapassa os 2000 contos.

— Nos moldes em que tem vindo a funcionar a Oficina de Tipografia, tal como a de Electrónica, inseridas no circuito comercial normal, não se poderá continuar a suportar esta situação pelo que o S. N. deverá tomar as medidas necessárias em conformidade com as deliberações do Congresso.

— Saliente-se que os trabalhadores da Tipografia abrangidos por um C. C. T., auferem vencimentos superiores ao de outros trabalhadores com idêntica categoria sujeitos ao Estatuto de Trabalhadores da A. D. F. A.

### 4. EVORA

— Esta Delegação é uma das que desrespeitou as deliberações do S. N. pois excedeu em muito a dotação orçamentada para 1981, apresentando um saldo negativo de 277 881\$70.

— Excedeu também as despesas com pessoal.

— Na deslocação deste C. F. C. àquela Delegação foram-nos comunicadas várias irregularidades, das quais destacamos:

— Extravios de documentos, remunerações por cargos em órgãos sociais, sem esses elementos serem trabalhadores ou desempenharem qualquer serviço que possa ser remunerado, ajudas de custo para suportar actividades de direito meramente associativo, etc

— Apercebemo-nos da possível falta em caixa de importâncias de quotas pagas pelos sócios, de dinheiros da Associação em mãos de trabalhadores, nomeadamente cheques de duodécimos cuja entrada na Delegação se operou várias semanas sobre a sua recepção, e no levantamento de um depósito a prazo na Caixa Geral dos Depósitos cuja importância só voltará a ser contabilizada em Abril de 1981.

— Nota-se nítida melhoria em toda esta situação após a tomada de posse dos actuais órgãos regionais.

(Continua na 15.ª pág.)

# PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

(Continuação da 14.ª pag.)

— Excesso de pessoal para dinâmica, organização e actividades daquela Delegação. Ao que parece um ou dois trabalhadores será o máximo necessário.

— Não cumprimento das liberações do S. N. de 11 e 12/10/80, por parte daquela Delegação no que se refere a gastos.

— Algumas rubricas apresentam montantes elevados, quanto a nós nas contas da classe 6 figuram despesas exageradas.

— Elementos demissionários dos órgãos sociais há muito tempo sem que tenham sido substituídos.

— Pouca participação associativa.

— Informou-nos ainda a Direcção da Zona Sul de algumas anomalias verificadas na Delegação de Faro, nomeadamente a comunicação directa à Sede da admissão de novos sócios sem o respectivo conhecimento à Direcção de Zona.

— Que a telefonemas efectuados a diversas horas do dia não se obtém, por vezes, resposta pelo trabalhador João Nicolau Rufino, o que nos leva a crer não serem totalmente correctas as informações da Delegação de Faro de que o seu trabalhador só se apresenta em serviço.

## 5. PONTA DELGADA

— A esta Delegação deverá também, à semelhança da Delegação de Évora, ser-lhe aplicado o decidido pelo S. N. no tocante a delegações que excedam a dotação orçamental sem autorização prévia.

— Em despesas com pessoal gastou 361 972\$00 ultrapassando em mais de 102 contos a verba que lhe fora atribuída para tal.

— Esta situação é ainda mais caótica quando num escritório dirigido à Sede, a Direcção daquela Delegação diz que o único trabalhador ao seu serviço não desconta para a Previdência porque a dotação não chega para fazer face às despesas da Delegação.

— Esta posição da Direcção da Delegação é inaceitável uma vez que na dotação orçamental (despesas com pessoal) estavam incluídos os descontos para a Previdência.

— Assim sendo, apesar das irregularidades, o trabalhador daquela Delegação auferiu em 1981, segundo as contas daquela Delegação durante o ano findo, a quantia de 23 914\$30 mensais, o que não está previsto no Estatuto do Trabalhador da ADFA.

— No ofício atrás citado e dirigido à Sede, aquela Delegação informa que o trabalhador Rita tem o seu vencimento definido no Estatuto do Trabalhador e mais 3000\$ como subsídio para manter a Delegação aberta ao fim de semana.

— Deparamo-nos assim com mais uma irregularidade, uma vez que o horário de trabalho, concluindo-se por analogia, o horário de funcionamento dos serviços da ADFA, está bem definido, enquanto não houver qualquer decisão em contrário ou um regulamentação de horários de funcionamento dos serviços.

— Apresenta um saldo negativo de mais de 107 contos.

— Este resultado detecta-se facilmente nos elevados montantes que apresentam as rubricas da classe 6, nomeadamente deslocações e estadias, o que nos parece inaceitável. Nesta rubrica foram gastos cerca de 200 000\$

— Como consequência de uma gestão não legalmente autorizada verificou-se que o próprio trabalhador e elemento directivo, assumiu por si só a aquisição de uma máquina de fotocópias. Medidas deste tipo, são como é óbvio, reprováveis.

## 6. VISEU

— Na Delegação de Viseu verificam-se situações idênticas às de outras em que várias infracções estatutárias e regulamentares são factos evidentes.

— Deficiências na organização contabilista, infracção às decisões dos Órgãos Centrais (S. N.).

— Admissão de pessoal sem seguir os trâmites legalmente estabelecidos na ADFA.

— Não cumprimento do orçamento que fora aprovado para a Delegação, resultando daí, um resultado de exercício negativo em cerca de 170 contos.

— Não cumprimento do deliberado pelo S. N. quanto à política de pessoal.

— Estas anomalias foram discutidas pelo CFC na sua deslocação a Viseu, indicando aos responsáveis daquela Delegação os vícios cometidos e solicitando que alguns elementos contabilísticos fossem enviados a este C. F. C., o que até ao momento não aconteceu.

## 7. ANGRA DO HEROÍSMO

— Parece-nos ser absolutamente irregular o funcionamento desta Delegação. Uma Delegação com dotação orçamental para 1981, com cerca de 400 contos, com um trabalhador ao seu serviço, não se entende como é possível que boa parte da correspondência da Sede para esta Delegação seja devolvida por não haver quem a receba. Facto curioso, nunca à Sede foi devolvido, por sempre aceite, o cheque da dotação duodecimal para aquela Delegação.

Escusou-se ainda esta Delegação em enviar ao tesoureiro da Direcção Central a sua proposta de orçamento para o ano de 1982, o que nos leva a sugerir que se pense muito seriamente em que condições se deverá continuar a manter aberta a Delegação de Angra do Heroísmo.

## B — RELAÇÕES ADFA - CODEFA

Alertado este CFC por uma declaração de 17 sócios acerca do desrespeito duma norma da Direcção Central que determinava a suspensão de fornecimentos de energia eléctrica às instalações da CODEFA, por C. I. deste órgão, solicitou-se à Direcção Central informação sobre se encarregaria esta da reposição da normalidade quanto ao corte de energia e à suspensão de actividades daquela Cooperativa nas instalações da Sede da ADFA.

Informados pela Direcção Central de que esta se faria a cargo da execução de tais decisões, tem seguido de perto este CFC as diligências efectuadas para o seu cumprimento.

Nota-se assim, que a CODEFA já abandonou as instalações que ocupava estando-lhe cedida uma sala, também na Sede, para que possa proceder à total liquidação das suas existências. Regista-se com agrado que enquanto aguarda a respectiva venda tenha a CODEFA porto ao serviço do BAR da Sede um balcão frigorífico.

## C — PESSOAL

### 1. ABSENTISMO

— Apercebendo-se este CFC do alto nível de absentismo observado entre o pessoal da Sede solicitou, no mês de Novembro, à Secção de Pessoal respectiva o mapa demonstrativo das faltas de

trabalhadores referentes a esse mês.

— Verificou-se com certo alarme que só nesse mês e referente a cinco trabalhadores, havia sido ultrapassado o limite previsto pela lei e pelo próprio Estatuto do Trabalhador da ADFA de cinco dias de faltas injustificadas.

— Alertou-se a Direcção Central para tal facto o que permitiu o envio a cada trabalhador da Sede de uma comunicação acompanhada do respectivo mapa já referenciado.

— Decidiu este CFC solicitar à Secção de Pessoal o envio mensal de idênticos mapas, o que veio permitir avaliar pelo mapa anual que o índice de absentismo na Sede se cifra em 20 por cento e que sete trabalhadores, no ano de 1981 ultrapassaram as cem horas de faltas injustificadas.

— O mapa referente ao mês de Janeiro de 1982 não nos revela melhoria, já que o nível de absentismo se mantém nos 20 por cento, e por 3 trabalhadores foram ultrapassadas as dez horas de faltas injustificadas.

— Uma vez mais foi a Direcção Central alertada de tão anómala situação, o que parece ter começado a produzir os seus frutos: primeiro, o pedido de regresso à sua Unidade do Capitão Agostinho, que, se bem que em regime de diligência na ADFA, em termos de comparência e de cumprimento de horário não se mostrava de modo algum exemplar; segundo, o tratamento que sabemos estar a ser dado de momento pela Direcção Central do comportamento da trabalhadora Emília Cordeiro Bento.

— Em contactos com os elementos possíveis da Delegação do Porto apercebe-se que o nível de absentismo geral rondará os 7 por centos, o que se pode considerar manifestamente aceitável; afigura-se-nos no entanto haver algumas irregularidades na prestação de serviço ao exterior de trabalhadores desta Delegação com cursos de formação e valorização profissional pagos a expensas da ADFA. Tal situação, já que o Estatuto do Trabalhador da ADFA não prevê, como deveria, a condição de exclusividade de prestação de serviços à Associação por trabalhadores com cursos por esta custeados, permitindo que trabalhadores executem serviços para que estão perfeitamente preparados para entidades que concorrem directamente com serviços desta Delegação.

— Em análise comparativa com mapas de outras delegações constata-se que nas duas anteriores os níveis de absentismos se mostram superiores. Afigura-se no entanto que tal disparidade é devida tão somente ao normal controlo por aquelas duas da presença ao seu serviço dos seus trabalhadores. Parece-nos inverosímil que o trabalhador de Bragança, admitido em 22-7-76, o trabalhador de Setúbal, admitido em 1-4-77, o trabalhador de Castelo Branco, admitido em 1975 e o trabalhador de Faro admitido em 13-3-79, segundo os respectivos mapas nunca tenham tido necessidade de dar qualquer falta, salvo ao serviço da Associação. Idas ao Banco ou ao médico se bem que justificadas, não deixarão de ser faltas.

— Tais disparidades de critério tornam difícil a tarefa de quem quer redimensionar em termos de trabalho eficiente e produtivo uma ADFA burocratizada como uma máquina administrativa e financeiramente desmesadamente pesada. Apontando no sentido de centralizar na Sede os serviços de contabilidade de pessoal, nomeadamente a sua admissão e outra parte dos ser-

viços administrativos por incapacidade e algumas vezes por inépcia, que anteriormente se demonstrou, parece-nos que pelas visitas efectuadas por este CFC às diversas delegações, qualquer delas funcionará perfeitamente com um só trabalhador.

— A Delegação do Porto, catalizando todos os elementos contabilísticos da parte Norte do País e enviando-os periodicamente à Sede, permitirá por parte dos Órgãos Sociais Centrais uma avaliação permanente e imediata da posição financeira e económica da ADFA, sectorial e periodicamente, por parte das delegações se dava cumprimento aos respectivos orçamentos.

— Parece-nos, caso a situação financeira permitisse e o S. N. o entendesse seria de dotar a Delegação do Porto duma máquina de contabilidade, forma única de se poder pensar em tal centralização.

## 2. INQUÉRITOS

— Alertado este CFC por um sócio e posteriormente numa reunião conjunta dos Órgãos Nacionais, Regionais e Locais, pelos representantes do Porto, de possíveis anomalias financeiras por parte do trabalhador Mário de Carvalho Vila Lobos, pediu à Direcção Central o levantamento de um inquérito a tal possível situação.

— Foi tal inquérito levantado e nomeado como inquirido o sócio Amândio Sanches Antunes e se bem que tal nomeação haja sido feita acerca de dois meses o inquérito encontra-se, tal como nessa altura, por iniciar.

## D — ENCERRAMENTO

Senhores Associados Este Conselho Fiscal Central depois de tudo quanto já referiu, apenas desejará acrescentar que apesar de algumas deficiências e até irregularidades cometidas, entende que as contas apresentadas deverão ser aprovadas pelos Associados.

O Conselho Fiscal Central está convicto que se até ao momento os Conselhos Fiscais de Zona não tivessem assumido o seu verdadeiro papel de serem órgãos fiscalizadores, e também orientadores, propondo instruções técnicas e de organização que tenham em vista a melhoria necessária da dinâmica da ADFA globalmente.

Nessa medida e de acordo com instruções já transmitidas a algumas delegações vi-

sitadas vai brevemente o Conselho Fiscal Central emitir instruções sobre o modo como procederá no futuro à fiscalização, funcionamento da ADFA e os elementos que considera indispensáveis ao desempenho da sua função.

Chama-se ainda a atenção dos Conselhos Fiscais de Zona para o envio em tempo oportuno ao Conselho Fiscal Central das peças contabilísticas estatutariamente exigidas.

## Delegação de Coimbra

# COMPRAS COM REQUISIÇÃO DA ADFA

Conforme foi noticiado em anterior edição do «Elo», os sócios da Delegação de Coimbra da A. D. F. A. têm desconto na compra de alguns artigos na empresa Runkel & Andrade, concessionários da BOSCH nesta cidade.

Para tal, deverão os interessados munir-se de uma requisição na Associação, sem a qual não terão direito aos descontos.

Indica-se a seguir uma relação de artigos e respectivos descontos de que os sócios podem beneficiar.

### ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS

Auto Alarmes .....	20 %
Buzinas .....	20 %
Faróis .....	20 %
Baterias .....	20 %
Auto Rádio .....	5+5 %

### FERRAMENTAS ELÉCTRICAS — LINHA COMEL

Berbequins .....	10 %
Lixadeiras .....	10 %
Serras .....	1 %
Pistolas de Pintura .....	10 %

### ELECTRODOMÉSTICOS

Arcas Congeladoras .....	5+5 %
Aspiradores .....	5+5 %
Esquentadores .....	5+5 %
Fogões .....	5+5 %
Frigoríficos .....	5+5 %
Máquinas de lavar roupa .....	5+5 %
Máquinas de lavar loiça .....	5+5 %
Pequenos electrodomésticos .....	5+5 %
Rádios .....	5+5 %
Televisores a cores e preto e branco .....	5+5 %

# A ADFA ESTEVE PRESENTE NA NAUTICAMPO

Conforme noticiado no último número do «ELO», a ADFA esteve presente na NAUTICAMPO, na Feira Internacional de Lisboa, que decorreu de 19 a 28 de Março.

O stand da ADFA, permanentemente aberto, com material relativo a deficientes expostos, foi visitado por muito milhares de pessoas que passaram pela feira durante aqueles dias. Para além de diverso material dinamizador que foi vendido, foi ainda distribuída uma pequena brochura em que se dá conta do que é a ADFA e os seus objectivos. Na mesma brochura dá-se igualmente conta dos objectivos fundamentais das comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

Assim, com esta iniciativa da ADFA, foi dado mais um contributo para fixar na memória das pessoas a existência de deficientes, bem como dos problemas que os afectam e que carecem de resolução urgente.



O «Stand» da ADFA na F.I.L. (Foto Farinho Lopes)

# A FORÇA, A LUTA E O QUERER DE UM DEFICIENTE

• «ELO» entrevistou J. MANUEL PORTUGAL DIAS

Muito se falou, muito se escreveu em 1981 sobre deficientes. Falou-se e escreveu-se colocando-se o acento tónico na palavra «COMEMORAÇÕES». Comemorações do A. I. D. para aqui, comemorações do A. I. D. para acolá. Discursou-se, houve sessão solene, e panfletou-se o lema: «TOTAL PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE». A ADFA, todavia escolheu como lema: «TEMOS UM ANO QUE REMOS UMA VIDA».

Para melhor compreensão deste slogan, deixamos à vossa consideração a entrevista que efectuamos juntos de um deficiente, por demais ilustrativa dessa verdade.

Dr. José Manuel Portugal Dias, deficiente congénito com paralisia cerebral, licenciado em História com 16 valores pela Universidade do Porto. Sócio da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral e da Associação Portuguesa de Deficientes (no entanto nunca foi dirigente de nenhuma destas Associações). Quisemos ouvir as suas opiniões, as suas ideias não só sobre a forma como decorreu o Ano Internacional do Deficiente, mas, também, colher a sua rica experiência, a forma como se processou a sua reabilitação e integração social.

«ELO» — Queres completar o teu bilhete de identidade?

PD — O meu bilhete de identidade, «entre aspas» é completado com os seguintes dados: sou licenciado em História, como já disse, com a média de 16. Comecei a estudar no Liceu (a fazer exames no Liceu aos 20 anos). Acabei o Liceu aos 24 anos. A partir daí propus aos meus pais a minha entrada na Faculdade e aí andei os 5 anos para tirar o curso de História que acabei com 29 anos.

Até aos 20 anos fui «vítima» da superprotecção dos pais e família. Penso que o meu bilhete de identidade para já está mais ou menos completo.

Falta apenas uma pequena referência. Depois de acabada a Faculdade e passados 2 anos, fui trabalhar para o Centro de Paralisia Cerebral do Porto como «tarefeiro» e ganhando 2000\$000 por mês, isto é, 100\$00 a hora por cada aula que dava. Dois anos durante os quais ainda estive na Faculdade. Depois concorri ao MEU e fui colocado na Escola Gomes Teixeira. Agora encontro-me colocado na Escola Alexandre Herculano sendo este o meu terceiro ano de actividade docente.

«ELO» — Conclui-se que te encontras ligado ao MEU, podes concretizar melhor a tua actividade na Escola Alexandre Herculano, falando das funções que desempenhas?

PD — Actualmente desempenho funções não docentes mas tarefas para-escolares. Encontro-me no Centro de Estágio da referida Escola do mesmo grupo de História e paralelamente dou apoio inter-disciplinar a outros grupos em estágio, tais como o Inglês, no campo da revolução industrial inglesa ou em português-francês (quando o romantismo entra em Portugal e dando enquadramento histórico à entrada em Portugal desse romantismo).

Em conclusão é um trabalho pouco mais ou menos de dinamização de grupos em estágio a nível de Letras.

«ELO» — Como é que os que te rodeiam entendem o teu trabalho, como é que reagem para contigo dentro das funções e no local onde exerces a tua actividade?

PD — Candidatei-me ao cargo de tarefeiro para o CPC do Porto ainda eu estava a acabar o Curso na Faculdade. Entrei para lá e senti que tinha entrado para tapar qualquer furo que não era coberto. Senti isso, mas, como não tinha outra coisa e todas as pessoas me diziam que concorrer ao MEU não era viá-

vel, desde professores da Faculdade aos técnicos do CPC do Porto que nunca me entusiasmarem (antes pelo contrário). De todo em todo eu penso que desempenhei durante esses dois anos as minhas funções dentro do CPC do Porto o melhor possível. Embora me sentisse desequilibrado porque estava a dar aulas de ensino primário, as primeiras letras a um deficiente, primeiro, e a dois, posteriormente.

Portanto, senti-me frustrado a nível pessoal e intelectual por me sentir amarrado intelectualmente às primeiras letras que não era aquilo para que eu tinha estudado e para o qual nem me sentia preparado. Entretanto, durante o meu 2.º ano no Centro notei que os meus dias estavam contados no Centro, e concorri ao MEU contra todas as opiniões, como já disse.

Concorri, fui colocado em mini-concurso na Escola Preparatória Gomes Teixeira e aqui vamos para a segunda fase, isto é, de um Centro onde tinha estado pré-preparado para a minha cadeira de rodas e, em princípio, eu teria todo o apoio indispensável, estou a dizer em princípio, passo para uma escola normal, uma Escola Preparatória em que tal como eu me apresentei na primeira aula, às turmas, eu disse que era um OVNI que tinha entrado naquela Escola, porque senti realmente que com os meus gestos descontrolados, por vezes com a minha maneira de falar que não é uma maneira de falar corrente, tudo isso criou essencialmente no Conselho Directivo daquela Escola o complexo social de que era preciso arrumar aquela pessoa para outro sítio e aqui entramos no problema das mentalidades. «É preciso arrumá-lo para um sítio onde esteja sossegado e onde não nos incomode». Isso ninguém me disse taxativamente, ninguém, repito, apenas o senti. Para tal tive que me impor, tive que lutar muito e se muito se fala em barreiras arquitectónicas e elas são terríveis, muito piores que todas as barreiras arquitectónicas ninguém sabe é que todas as escadarias por mais íngremes que sejam, são as barreiras mentais, as barreiras sociais. Essas são as piores barreiras para ultrapassar, porque há ideias feitas e não é de um dia para o outro que as pessoas olham para o deficiente e deixa de ter aquele olhar de piedade, de falsa caridade tantas vezes, e que não é o olhar correcto. Isso senti com todos os problemas que tive na Escola Gomes Teixeira, todos os problemas que levaram, inclusivé, a ir uma Inspecção Escolar à minha aula de Português, (porque nós no Ciclo Preparatório temos habilitação própria para dar Português, Estudos Sociais e História). O Conselho Directivo chamou a Inspecção Escolar e esta foi assistir a uma aula minha de Português. Eu na altura pedi à Inspecção Escolar para voltar lá e assistir a uma aula de História pois me sentia muito mais à vontade. Isso nunca mais aconteceu porque tratava-se apenas de arrumar determinada pes-

soa que incomodava. Ora esta foi uma experiência que me custou danos morais importantes, bastante grandes, mas que eu, agora e aqui publicamente, agradeço pela experiência que me deu o Conselho Directivo. Agradeço porque essa experiência de negativa tornou-se positiva. Porque daí retirei os ensinamentos para outras Escolas e não estou arrependido de a ter apanhado na Escola Gomes Teixeira.

«ELO» — Depois da experiência da Escola Gomes Teixeira como é que conseguiste ultrapassar a fase seguinte?

PD — A partir daí fiquei automaticamente impedido de dar aulas pelo MEU e fui colocado, no ano seguinte, na Escola Oliveira Martins, na qual eu fui excelentemente recebido, com igualdade de oportunidades em relação aos outros professores. E talvez eu tenha também ajudado muito. Eu fui para essa Escola com a minha boa fé, com a minha crença de que nós é que fazíamos as pessoas más mas elas eram boas (e aqui eu não queria ferir ninguém) — pois não têm culpa dos tabos que lhe foram inculcidos mentalmente só que fui para a Oliveira Martins com outras defesas que não tinha no meu 1.º ano de experiência escolar. Daí, talvez, o bom acolhimento da mesma Escola. Talvez da minha parte houvesse uma mudança de atitude.

Queria acrescentar isto: acho que é necessário é que este ano, em que me encontro na Escola Secundária Alexandre Herculano, em que encontro pessoas «altamente receptivas» não é «altamente caritativas» me tratam não como um «coitadinho» com qualquer caridade mas «como professor» igual aos outros. Aliás o mesmo se tinha passado na Escola Oliveira Martins.

Aqui quero fazer mais uma referência, por justiça. O meu delegado de disciplina disse-me que eu tinha que dar aulas à turma dele porque era capaz de dar aulas e já dei duas aulas, e ele, que é delegado à profissionalização, disse que uma delas classificava-a de «brilhante» e outra de «boa» e não compreende porque não estou a dar aulas, embora com redução de horário, e com determinadas turmas.

«ELO» — Referiste que pior do que as barreiras arquitectónicas são as barreiras sociais e mentais que impedem a integração social dos deficientes. O que deveria ser feito para ultrapassar essa situação?

PD — E minha opinião, não há receita alguma para que essas barreiras sejam ultrapassadas de um momento para o outro. A melhor maneira de os ultrapassar será o deficiente em si, e nas suas associações impôr-se como tal, isto é, impôr-se à sociedade, e a si próprio. Mostrar à sociedade do que são capazes e, a partir daí, a sociedade aceita-os e começa a integrá-los automaticamente. Paralelamente, deveria haver aquilo que não há, uma sensibilização através dos meios de comunicação social, designadamente da rádio e da TV e essencialmente esta última em que pouco tempo dá aos deficientes (e eu gostaria que algum director de programas de TV tivesse um acidente e ficasse em cadeira de rodas). Isto é um bocado sádico, mas era só para que essas pessoas abrissem um pouco a sua mentalidade tão avançada em certos aspectos e tão retrógrada noutros. É uma crítica que eu faço à TV. A rádio também posso fazê-la, mas não de forma tão contundente, porque a rádio, no ano que passou, deu bastante espaço de antena, tempo de an-

tena aos deficientes, embora por vezes mal esquematizado, mas deu. Agora eu volto às barreiras sociais. É vulgar quando me vêm na rua, chamem-me, (ou chamavam porque agora já não ouço) «ai coitadinho mais valia não ter nascido! Coitadinho é maluquinho». Eu disse «agora já não ouço» porque desde há alguns anos, de dois a três anos a esta parte, que eu já nem ouço. Não ligo. E já agora posso anotar um pequeno episódio que tem o seu quê de pitoresco. Quando fui ao barbeiro e ele me tratou por sr. doutor estava lá um outro barbeiro que me perguntou: «o quê, é doutor?, oh! Vai gozar com outro». E por muito que o outro dissesse que eu era doutor ele não acreditou. Foi um episódio que me deu para rir. Não me apeteceu dizer nada. Não é meu timbre fazê-lo. Apenas ouvi e ri. Penso que é uma atitude um tanto ou quanto sobranceira mas atitude que eu tomo porque no fundo ele não tem culpa. Tem culpa sim toda a estrutura que o envolve que não prepara minimamente para perceber que alguém como eu tenha acesso a um curso superior e nesta altura ficam de certa maneira atónicos ou então não acreditam.

Ora em jeito de síntese ou de conclusão eu posso afirmar que a mentalidade portuguesa é de terrível protecção que põe os pais perante os filhos e a sociedade perante os deficientes. Há um protecção terrível. Isto é característica de mentalidade portuguesa. E então quanto aos deficientes é claro que se passa do protecçãoismo para a super-protecção. Isto é um tipo de mentalidade que se reflete não só a nível de deficientes, mas, também se nós repararmos, a nível geral, isto é, a nível de sociedade em geral. A nossa sociedade é terrivelmente protecçãoista. Se repararmos a nível económico, por exemplo, ela está sempre a pedir ao papá Estado a sua intervenção. Há um mal que é preciso contrariar.

É preciso contrariar essencialmente nós próprios, a nível colectivo, e nós deficientes, a nível individual. Em cada local, em cada café, em cada transporte público, até na própria rua, essencialmente, isto é muito importante. Quando o deficiente é capaz de fazer qualquer coisa não tenha nada de agradecer, ser educado e dizer: «eu posso fazer isso» e não se deixe embarcar pela protecção da pessoa que quer ajudar a subir um passeio, a subir uma rua ou descê-la. São pequenas coisas que são importantíssimas para ajudar a mudar a mentalidade das pessoas.

«ELO» — 1981 foi o Ano Internacional do Deficiente. Tu que estiveste de fora, embora sendo deficiente, como viste esse Ano?

PD — Se bem entendi a pergunta foi: «como é que eu vi o AID», de fora». Eu nunca tive grandes esperanças, nem tenho nos Anos Internacionais, apenas tenho esperanças que eles sirvam de arranque para qualquer coisa. Isto é a primeira ideia que eu deixo expressa porque não é num ano que se resolve problemas que levam anos a resolver e a ponderar tal como aquele das mentalidades. Agora quanto à perspectiva que eu tenho do AID, eu queria dividir isto em dois aspectos: aspecto associativo e aspecto governamental.

No aspecto associativo, tive conhecimento de algumas realizações. Uma daqui, outra de acolá, umas pela associação A, outras pela associação B, outra pela C, outras pela C, outras pela CNOD, (que eu não sei o que é) e outras... Mas o que é o AID?

Porque não e/ou associações de esforços inter-associações e promover iniciativas a nível distrital, em conjunto? Foi isso que eu não vi. Vi iniciativas individuais ora aqui, ora ali, ora acolá. Estou a recordar-me de algumas. Uma delas foi a vossa. Foi uma exposição na Casa do Infante. Estou a recordar-me de outra que foi um sarau promovido pela APD no Carlos Alberto, mas ao fim e ao cabo o que é isso para a sensibilização do público, para as necessidades de alertar para a mudança de mentalidades. É pouco ou nada. São umas gotas de água no oceano. E essas gotas, se juntas, de certeza resultariam muito melhor. De certeza absoluta. Não estou a dizer que iam resolver, mas iam ter muito melhores resultados. É claro que os resultados são sempre relativos. No aspecto governamental, sinceramente — zero —. Um ou outro rebuçado, ou caramelo e, entretanto, eu que o diga, que tive que ir a Lisboa a uma Junta Médica a minhas expensas sabendo que eu tinha uma deficiência congénita. E isto dentro do AID. Resalvo apenas que o Conselho Directivo conseguiu depois arancar do MEU um subsídio de ajudas de custo. Mas foi a Escola, pois legalmente quem tinha de pagar era eu. Eu estou à vontade no meu caso pessoal. Mas o meu caso é extensivo a muitas dezenas ou centenas de deficientes.

Eu podia falar e quero falar de outro tema muito quente que são os mini-buses. Parece que em Lisboa já estão a funcionar mas aqui no Porto os Transportes Colectivos disseram que ainda não era oportuno que essa verba fosse aplicada. Eu pergunto, onde é que essa verba estará a esta hora ou então como é que se vão comprar, com a desvalorização deslizante do escudo e com a valorização do dólar, em grande escala, onde é que se vão comprar, daqui a algum tempo, os mesmos mini-buses. Eu gostava de perguntar aos Transportes Colectivos do Porto onde é que eles vão gastar os tais 10 000 contos. Isto são apenas apontamentos digamos assim, à sorte, da enorme quantidade dos que se podiam apontar. Portanto, eu vi o AID com uma frustração enorme, não por mim, mas por tantos e tantos outros que todos os dias acordam e não vêm qualquer luz ao fundo do túnel onde estão metidos e continuam sem ver.

«ELO» — A forma como decorreu o Ano Internacional do Deficiente tem muito a ver com a forma organizativa dos deficientes.

Estás de acordo e queres comentar esta afirmação?

PD — Sim! Eu posso dizer que continuamos a fazer das Associações autênticos «clubes». Isto é, que a «clubite» do futebol, passe para a «clubite» associativa, como passou para a «clubite» partidária. Isto está, a meu ver, totalmente errado. E se os deficientes não se associarem não só na sua associação mas com trabalho de inter-associações (e isso não é difícil, basta apenas um pouco de boa vontade e atenção). Isto para mim é importantíssimo. Todo aquele que é deficiente tem a sua opção partidária, ou, pelo menos em princípio, deverá tê-la, mas quando vem para a sua associação deverá deixá-la à porta. Isso é muito importante para que não aconteça aquilo que tem acontecido e continua a acontecer, que é a disputa do controlo partidário das Associações de Deficientes. Isso acho que é um erro, um erro tremendo. É mais uma forma de paternalismo indirecto. As Associações têm

que, independentemente de qualquer força partidária, seja ela de que quadrante for, lutar pelos deficientes. A sua política é a política de reabilitação e reintegração. Então, nessa altura, as associações poderão, realmente, congregar esforços e eliminar de uma vez por todas a «clubite» associativa, porque isso me dá ideia de uma tacanhês, uma mesquinhez de espírito que me faz pena porque não leva a parte alguma se não à desagregação das próprias associações e à fácil manipulação pelo Poder.

«ELO» — Em teu entender qual é o papel dos não-deficientes dentro das organizações de deficientes?

PD — Em princípio, os não deficientes não deviam ser membros de uma associação de deficientes — salvaguarda-se aqui o caso dos deficientes mentais — e outros casos que podem ocorrer.

Em princípio sou por que uma Associação de Deficientes seja composta só e exclusivamente por deficientes desse tipo de deficiência. Posteriormente, estando a Associação bem implantada, não vejo grande mal, antes pelo contrário, na integração de um ou outro deficiente nos quadros directivos. Mas isto tem de ser posteriormente, porque estando não deficientes numa direcção acabam por cair num paternalismo (salvo raros casos de excepção à regra) e vão criar um «guetho» para os deficientes, porque a tendência é essa. Assim, essa associação seria uma associação com deficientes e não uma associação de deficientes.

«ELO» — Como é que encaras o 25 de Abril de 1974 e o que representa para ti?

PD — Só vou responder dentro do problema dos deficientes. Vou responder especificamente a ti. Para mim, significa que se abriram portas. Mas atenção. Abrir portas foi importante. Só que, quando uma pessoa abre uma porta de uma casa, essa pessoa pode entrar em casa. Agora é preciso ver como é recebido. É importante abrir a porta, mas lutar para que essas portas continuem abertas.

Que dentro dessa casa as condições sejam modificadas ou criadas outras. Portanto, abriram-se muitas portas, várias condições foram criadas, tudo dentro do melhor espírito.

Houve um salto significativo para o pós-25 de Abril. Isso sem dúvida, mas agora é necessário que o salto seja com cuidado e então volto à «vaca fria» das associações de deficientes orientadas por eles próprios. Elas que agora se podem formar à vontade, que têm portas abertas para se formar, elas terão e têm que lutar para uma igualdade de tratamento e aqui, designadamente, eu estou a ser entrevistado pela ADFA e neste momento eu posso dizer: que há uma desigualdade de tratamento, entre a ADFA e outras Associações de Deficientes civis, que a ADFA não tem culpa mas para a qual os poderes instituídos no fundo contribuem para aprofundar essa desigualdade. Ora esta situação é ideal para os poderes instituídos, porque eles, assim, não têm de acirrar senão à ADFA. É uma crítica que foca os deficientes civis, muito frontal, que eu lhes faço, é que não apresentam qualquer projecto concreto e realista aos poderes instituídos senão apenas reivindicações meramente de aumentos de pensões de invalidez, por exemplo, que não vêm resolver de maneira alguma o problema da integração dos deficientes. Ora aqui está o problema

# PÁGINA CULTURAL

## QUERO SER TAMBOR

*Tambor está velho de gritar  
ó velho deus dos homens  
deixa-me ser tambor  
corpo e alma só tambor  
só tambor gritando na noite quente dos trópicos.*

*E nem flor nascida no mato do desespero  
Nem rio correndo para o mar do desespero  
Nem zagaia temperada no lume vivo do desespero  
Nem mesmo poesia forjada na dor rubra do desespero*

*Nem nada!*

*Só tambor velho de gritar na lua cheia da minha terra  
Só tambor de pele curtida ao sol da minha terra  
Só tambor cavado nos troncos duros da minha terra!*

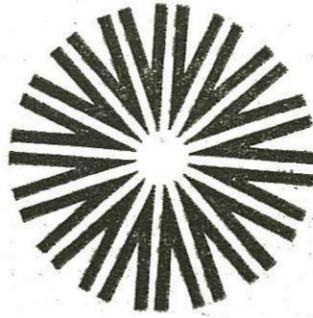
*Eu!*

*Só tambor rebentando o silêncio amargo da Mafalala  
Só tambor velho de sangrar no batuque do meu povo  
Só tambor perdido na escuridão da noite perdida*

*Ó velho deus dos homens  
eu quero ser tambor  
e nem rio  
e nem flor  
e nem zagaia por enquanto  
e nem mesmo poesia.*

*Só tambor ecoando como a canção da força e da vida  
só tambor noite e dia.*

JOSE CRAVEIRINHA



## ESCRAVOS

*Os homens acharam-se de peito  
ao relento,*

*sem terra  
sem caminho,  
sem destino,*

*homens sozinhos  
acorrentados no terreiro  
com os caminhos incógnitos do universo  
traçados nos rostos atónitos,  
homensdepeito  
ao relento,  
quissanges dispersos  
nas insónias do mar.*

MANUEL LIMA

## NATAL DE CAMUFLADO

JOSE CORREIA TAVARES \*

*Natal em Zala, Natal de camuflado e arma  
ao alcance da mão, Natal com as constelações  
voltadas ao contrário por cima da cabeça, Natal  
na grande catedral verde da floresta com todas  
as portas abertas.*

*Natal de uma aliança a pesar toneladas na mão  
esquerda, de vinte mil cordas apertando lentamente  
a garganta, de uma guitarra a não sei quantos hi-  
liões de anos-dor.*

*Natal transparente e puro e frágil como os  
olhos de minha mãe, como as lágrimas de minha  
mãe, como a recordação de minha mãe.*

*Natal de uma senhora de presépio que eu fiz,  
daquele mesmo pó que me entrou tantas vezes  
nos pulmões, e era preciso molhar todos os dias  
uma data de vezes, ir afagando sempre com os  
dedos, para que não estalasse antes do Natal.*

*Senhora que voltou a ser pó, pó na pista de  
Zala, no morro das pedras, em S. Sebastião, pó  
na picada de nambuagongo, a entrar nos pulmões  
de outros homens, também de camuflado e arma  
ao alcance da mão, cada um com vinte mil cordas  
apertando lentamente a garganta, e uma guitarra,  
com unhas de raiva, fazendo eco num poço sem  
fundo dentro do peito.*

\* Autor do livro TRES NATAIS, Edição da ADF — Castelo Branco, no Natal do Ano Internacional do Deficiente.

## NÃO ESTAMOS À MARGEM

*Trazemos no corpo  
as marcas da guerra  
o chumbo e a mágoa  
o sangue e a terra*

*Somos de um tempo  
de sol adiado  
morremos em vida  
de corpo vergado*

*Não estamos à margem  
Gritamos: «Presente!»  
Do centro da vida  
Seguimos em frente*

*Fomos o grito  
suspenso no ar  
o lenço acenando  
num cais, numa gare*

*Fomos tristeza  
de amor estilhaçado  
uma carta, um adeus  
e a dor de um soldado*

*Não estamos à margem  
Gritamos: «Presente!»  
Do centro da vida  
Seguimos em frente*

*Fomos vigília  
de sono roubado  
lágrima seca  
no rosto queimado*

*Depois veio Abril  
p'ra fazer desta idade  
o tempo urgente  
de haver liberdade*

*Não estamos à margem  
Gritamos: «Presente!»  
Do centro da vida  
Seguimos em frente*

*Aquilo que somos  
é já o bastante  
para que da treva  
a amanhã se levante*

*Agora unidos  
não vamos calar  
a força e a esperança  
que temos para dar*

*Não estamos à margem  
Gritamos: «Presente!»  
Do centro da vida  
Seguimos em frente*

## O CONVENTO DE MAFRA

Em 1711 D. João V fez anunciar no Paço um voto a Deus para a fundação de um convento franciscano, se nascesse um sucessor ao trono de Portugal.

Em Novembro de 1717, lançou o rei Magnânimo a primeira pedra da basilica, ao nascente da vila de Mafra, de onde se domina um vasto horizonte até ao mar. O acto foi revestido da maior pompa e aos pobres foram distribuídas avultadas esmolas.

Treze anos depois de iniciados os trabalhos, celebrou-se a sagração da Igreja, solenidade que se tornou imponentíssima e que se prolongou por oito dias.

Dos projectos apresentados foi preferido o de João Frederico Ludovici, arquitecto alemão, que tomou a direcção da

obra; mas a planta primitiva foi por vezes modificada.

Trabalharam na obra e nas suas dependências, durante a fase final, cerca de quarenta mil operários. Das pedreiras de Pêro Pinheiro e arredores foram extrahidos todos os mármore, que tão exuberantemente adornam o monumento. O Norte do Reino forneceu carregamentos inteiros de tábuas, cordas, grossas amarras para cabrestantes, vasilhame para água; e das oficinas de Mafra, abertas em número avultado, saíram as muitas ferramentas para carpinteiros, pedreiros e trabalhadores e os carros chapeados de ferro e os ligeiros para pesos menores.

Na Itália se adquiriram milhares de pranchas de nogueira. O Brasil enviou as mais variadas madeiras, em quanti-

dade incalculável, para portas, janelas, soalhos e outras aplicações. De Roma, Veneza, Milão, Génova e Lieja, bem como da França e da Holanda, se receberam estátuas, objectos de culto, sinos, os carrilhões, e variadíssimas peças de metal do adorno da Igreja e do uso interno do convento. O transporte do material exigiu o emprego, por muito tempo, de dois mil e quinhentos carros de bois.

Vastos abarracamentos, para homens e para animais, se construíram no largo fronteiro ao monumento.

O serviço de saúde compreendia, em Mafra, um hospital com dez enfermarias e, em Morlena, mais uma enfermaria, com lotação total para novecentos doentes. Os médicos, cirurgiões, boticários, enfermeiros e serventes as-



cendiam a mais de uma centena. Para o serviço religioso havia uma capela de madeira com a disposição especial de tornar visível o celebrante, durante a missa, à enorme mul-

tidão que se apinhava em torno.

O Monumento de Mafra constitui, indubitavelmente, uma das nossas obras de maior valor, um conjunto arquitectónico que

se nos impõe pela grandeza e pela majestade.

Júlio Ivo — extraído do livro de Textos «Ler», Verbo Editora.

# «PADRE MIGUEL»

Um conto de **MARIANA VASQUES**

O reconhecimento da capacidade artística de Mariana Vasques já foi definitivamente estabelecido.

Como ceramista, a sua exposição individual na galeria do «Diário de Notícias», em 1969, revelou os seus dotes. Mas a sua consagração não será possível sem o encontro de condições e o incentivo que permitam às suas mãos darem novos frutos. Os frutos que poderemos esperar da árvore que nela existe.

Um prefácio de Bernardo Santareno, escrito em 1972, a um conjunto de contos seus, para os quais houve um projecto de publicação, pode ser tomado como a sua prova de artista no campo da criação literária.

Damos hoje ao leitor um excerto de um conto, que decerto lhe vai criar interesse pelo desenrolar da história. Da qualidade da sua escrita não posso duvidar. Entretanto, julgo que Mariana Vasques não pode continuar a ser só um exemplo de que há deficientes que possuem talento.

Mariana Vasques nasceu em Minas de S. Domingos, Mértola, e foi invadida pela cegueira total aos vinte e cinco anos. Ela não deve ser mais uma deficiente artista, uma invisual que guardou o colorido para sempre nas suas impressões, mas uma artista.

Por Luís Vale (Jornalista do «Portugal Hoje»)

Aquela conversa repetia-se todos os anos. Ti Raimundo aguardava o momento. Era o mais idoso nascido e criado no sítio. Por ali mourejara, regando com o seu suor a terra dos outros. A sua tagarelice brejeira animava os momentos de descanso daquela gente.

— Ó Ti Raimundo, conta lá, a eles a história do patrão — pedia um dos circunstantes.

Não era preciso mais. O velho ceifeiro remexia-se na lage, pigarreava, olhando todos no olhos, num exame, e certo do interesse geral, espetava com a ponta da navalha a melhor azeitona, e acicatando a curiosidade geral, propunha para depois da comida o seu relato.

— Sim senhora, almocei que nem um abade... Rico gaspacho, com tomate e tudo, e o bom queijo, e o bom presunto... — monologava Ti Raimundo. — Era uma santa, a sr.ª Mariquinhas. Deus lhe fale na alma coitadita...

As moçoilas começaram a recolher os talheres e as tijelas vazias, ajudadas pelas outras mulheres.

— Eh diabos, estavam com fome, deixaram tudo raspado... — gracejava Matilde, flectindo a fina cintura em movimentos leves e harmoniosos. O Carranquinha comia-a com os olhos.

Olhando de soslaio, a rapariga teve a confirmação. O Bexigoso, mostrando-se desinteressado, foi sentar-se junto de uma morenita de olhos maliciosos.

## A FORÇA DE UM DEFICIENTE

(Continua da 16.ª pag.)

principal. As Associações civis têm que lutar asperamente por uma igualdade de tratamento tal como a ADFA conseguiu.

Aqui vai a minha crítica muito contundente a todas as associações, algumas das quais têm subsídio do Organismo Geral do Estado, designadamente a APD e o qual não é visto a nível Norte, nem se viu propostas concretas a não ser o pagamento do rés-do-chão da casa em que está instalada aqui no Porto. Se não houver uma conotação entre Porto e Lisboa, automaticamente Lisboa tenta meter terceiras pessoas e encaixar-se no Norte. Isto é muito complicado, pois envolve acções político-partidárias, das quais eu já falei e não queria voltar a falar delas, já que o tema que me foi proposto, agora, não é exactamente esse. Mas de qualquer maneira, como conclusão, ou as Associações tentam lutar por projectos concretos e unirse em torno de ideais ou então o movimento associativo de deficientes civis estará con-

— Olha quem vem lá — disse uma voz. — Vem mais cedo do que é costume. Haverá novidade?

— Mal empregado cavalo, com um burro às costas — observou o velho Raimundo. — Olhem para aquele andar, como ele se maneja, raio do bicho, parece uma espanhola...

O manajeiro saiu ao encontro do patrão. Sem descer, entregou-lhe a jorna e deu as ordens. Voltou pelo mesmo caminho, sem ter dirigido uma palavra nem um olhar para o grupo.

— Tem umas ventas, o nosso patrão... — comentaram alguns.

— Ó Ti Raimundo, conte lá a estes a «história» da menina Zabelinha — pediu uma rapariguita — conte, que eles ainda não a ouviram...

O velho calçou com o dedo nodoso a última camadinha de tabaco, no cachimbo requemado, e, apurando a garganta, fungou, ajeitou a lage e principiou:

— A história da menina Zabelinha era digna de ser contada num livro, como uns que eu ouvi ler ao Chico Feitor...

— Até logo, «família» — despediram-se as criadas do «monte».

— Mas onde é que vocês vão com tanta pressa? — inquiriu o narrador, curioso.

— «Atão» não se «alembram» que chega hoje o padre novo? O patrão só o esperava amanhã, mas «arrequebeu» um telegrama dizendo

denado perpetuamente ao fracasso. A concluir acho que aquilo que eu disse, mesmo agora, (que é a ideia de que ou as Associações se congregam ou estão votadas ao fracasso) acho que é a conclusão mais visível, mais plausível e eu não queria acrescentar mais nada do que me alertava para as Associações Civis de Deficientes de que, se continuam na mesma linha, não terão mais do que alguns rebuçados, ou alguns caramelos e pouco mais. Se querem ser alguém é sobreviver têm de se congregarem em de se envolver a sério e deixar, como eu disse já, o cartel partidário à porta.

«ELO» — Concluindo e analisando estas tuas últimas palavras, achas que essa conotação político-partidária é de algum modo a causa do afastamento dos deficientes das suas Associações?

PD — Sem dúvida alguma, penso que é uma das razões, sem ser a única, que os afasta, porque a partir daí esses deficientes passam a ser, notados com o partido A-B-C ou D.

que chegava antes esta noite... Fica lá no «monte» até acabarem as obras.

— Ah, tá bem, tá bem... Não me «alembrava» já, por isso ele veio mais cedo.

— Tizinho, nunca mais conta... — protestaram os interessados.

Com a mão Ti Raimundo fez um gesto a pedir calma. Acendeu o cachimbo, puxou uma fumaça e seguiu-a com o olhar até ela se desfazer no ar.

— Que sombra mais rala escolheram, estamos todos embeberados — disse o Bexigoso num sopro. — Pfffff...

De facto a copazinha abria algumas clareiras. O calor quase se corporizava. Toda a Natureza sentia uma neblina de chumbo que a subjugava, estática. Os pássaros, entontecidos, voavam de azinheira em azinheira, encurtando a distância da fonte almejada. Pleno de vida, um lagarto deslizo no restolho. As mulheres soltaram gritinhos, apertando as saias, enquanto os homens diziam as suas graçolas apimentadas.

— Pronto, vamos ouvir o Ti Raimundo — impôs uma voz.

— Pois «atão». Tudo isto que eu vou contar é a verdade purinha... Aqui se vê o destino das pessoas. O que é nosso patrão hoje, nasceu tão pelintra como eu. Andámos à escola juntos, de pata descalça, e fomos às sortes no mesmo ano. O tipo nunca gostou de dobrar a espinha. Arranjou uns patecos e com um burrinho começou a vender de «monte» em «monte»... Ele era agulhas, botões, nistros, sabonetes... enfim... umas peças de pano, depois fazendas de lá... As tantas tinha dois homens por conta dele, a carregar café para a Espanha... Foi juntando dinheiro. Um dia começou a aparecer pelo «monte» do lavrador Sebastião, que a terra lhe seja leve, tá bom «home» e com tá pouca sorte com os filhos... O mais velho, um moço aí, quase doutor, morreu em uma caçada... tinha cá uns poucos de amigos... foi o fim do mundo... Todo o povo chorou, que era boa gente, amigo dos pobres, como há poucos... Tinham uma filha, coitadita, nasceu toda aleijadinha, correram seca e meca, mostrando-a a todos os médicos. Lá cresceu, enfezadinha. Aquilo também, só pelo dinheiro, ou pelo bom coração, que outra coisa não tinha, a triste.

Pois o grande tratante deu-se geitos de enfeitá-la... Os pais ainda se quiseram impor, mas a verdade é que nenhum da igualha dela a procurava para casar, e eles não tiveram outro remédio que con sentir. Assim se viu herdeiro de uma boa fortuna. Parece que nunca a maltratou, mas também a importância que lhe dava não era nenhuma. Ela consumia-se, de dia para dia. Demais sabia ela que ele tinha

aconchego das portas adentro. Sim, porque tinha uma criada que mais parecia ser a patroa... Pois, tiveram uma filha, que é esta menina «Zabelinha», boa como a mãe e bem «apessoada» como o malandro do pai...

O cachimbo tinha-se apagado. Ti Raimundo puxou da pataca e esgaravato o tabaco. Tornou a encher. Olhou satisfeito os companheiros, via-lhes no rosto que ouviam interessados. Mais uma fumaça grossa. Irritada, a bronquite explodiu num acesso de tosse. Por fim acalmou. Mas a voz ainda estava rouca quando recomeçou.

— Como eu ia contando, a menina foi para os estudos e parece que era muito inteligente. Mas, aqui há dois anos, conheceu lá um senhor, desses que dizem como se fazem as casas. Gostaram um do outro para casar. O senhor veio cá falar com o brutamontes. Ele quis logo saber se o outro tinha bens e a modos que o outro não tinha. O senhor que era muito fino, disse-lhe que não queria a menina pelo dinheiro, que o que ele ganhava dava muito bem para a sustentar. E que já que ele pensava numa coisa dessas, que a casasse com separação de haveres, que ele só lhe interessava a menina. Pois eu sei que ele foi malcriado para o homem... chegou mesmo a dizer-lhe que a filha dele não era para gulosas, que podia abalar e não voltar mais a pôr os pés na sua casa...

— Coitadita... — diziam alguns, impressionados. — O grande alarve, o que ele precisava sei eu... Havia de ser comigo... Rachava-lhe os chavelhos com um pau...

Feito silêncio, Ti Raimundo prosseguiu:

— Mas eu sei muita coisa mais... é que a minha sobrinha Chica é irmã de «lêe» da menina e ela desabafa tudo com ela... Nem ele sonha que eu sei estas coisas. Também, é a modos que a minha vingança... que eu sou homem de bem e ia-me desgraçando com aquele filho dum cão... Vai para cinco anos tive a minha Joaquina muito doente. Pedi-lhe a ele para me adiantar a jorna, por mor dos remédios, e aquele filho da puta negou-me, dizendo que já não podia ser, que já tinha fechado as contas. Senti o sangue subir-me todo à cabeça e não lhe espetei uma faca na barriga porque Deus não quis... Nem ele sonha que a menina pagou os remédios todos e ainda ajudou muito mais. Ah, mas como eu ia dizendo... Quando chegou ao fim das férias a menina começou a tratar das malas. «Atão» ele teve uma conversa com ela e queria que ela jurasse pela alminha da mãe em como não olharia mais para o tal sujeito. Que ele era o seu pai e só ele queria o seu bem... Que ela tinha um bom casamento sem sair da sua casa, com uma pessoa que eles conheciam de criança... A menina voltou-se para ele e disse:

«Meu pai, se pensa em casar-me com o filho do lavrador Jerónimo, tire daí o pensamento, porque eu ou caso com o arquitecto, ou não me caso com mais ninguém... Isto é que eu lhe posso jurar pela alma da minha mãezinha...»

Ele ficou com o diabo no corpo. Deu uma punhada na mesa e disse:

«Pois «atão» fica sabendo, desmancha as malas, que já se acabaram os estudos... E não te esqueças de quem manda sou eu...»

Algumas mulheres tinham lágrimas nos olhos.

— Já entendo porque é que uma menina tão rica e tão bonita anda sempre tão triste — comentavam.

— Mas ele voltou aí mais uma vez... — continuou o velho ceifeiro. — Só faltou bater-lhe, pô-lo na rua e disse-lhe que lhe pregava dois tiros, se se atrevesse a falar mais uma vez para ela... Dois dias depois tinha uma carta dele onde dizia que só esperava que a menina fosse maior. A bem ou a mal ele viria buscá-la...

— E quantos faz ela hoje, Ti Raimundo?

— Vinte e um... — respondeu, pensando as palavras. — Ai Santo Deus, que se irá passar? (Pelos modos ela gosta dele do fundo do coração. Oxalá que ele a mereça...)

— Eles escrevem-se... se-gredou Ti Raimundo, sem pedir segredo. Não corria o risco de ser traído. O lavrador não tinha amigos, muito menos entre os que o serviam.

## AS BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

Por J. SILVA FURTADO

O sócio da ADFA J. Silva Furtado tem vindo a publicar uma sequência de artigos sobre deficientes (dentro do espírito do Ano Internacional do Deficiente) no jornal do Algarve «Barlavento». Com a devida vénia ao «Barlavento» e com a autorização do Autor, reproduzimos aqui um desses artigos, podendo vir fazê-lo em relação a outros em próximos números do «ELO».

Era uma vez um coelhinho saltitão que levou um tiro, de um caçador, numa perna. E nunca mais conseguiu saltar como dantes. E começou a sentir dificuldade de andar na floresta e de entrar e sair da sua toca.

As tantas lembrou-se de ir falar com o mocho, que era considerado o sabichão lá do sítio, para lhe expor o seu problema e lhe pedir conselho. Puseram-se os dois a pensar no assunto e decidiram levar a questão à Assembleia da Floresta que veio a deliberar, por unanimidade, a constituição de comissões de limpeza e obras. Estas comissões tinham por função proceder à limpeza da floresta, retirando as folhagens e ramos secos que cobriam o chão, eliminar as valas e os desníveis bruscos do terreno e facilitar o acesso a todas as tocas da floresta.

E o coelhinho saltitão ficou muito contente, porque passou a caminhar mais facilmente pela floresta e a poder visitar os seus amigos nas próprias tocas. E os outros animais também ficaram contentes, não só por poderem compartilhar da alegria do coelhinho, mas também porque se viessem a sofrer algum acidente, já não teriam as mesmas dificuldades.

Esta poderia ser uma fábula a servir de exemplo aos homens, para que tornassem mais habitável a selva de cemento que criaram e em que vivem. Se pensassem que existem deficientes, não criariam diariamente obstáculos dos quais eles próprios, ou seus familiares, poderão vir a ser vítimas, uma vez que ninguém

está livre de vir a contrair alguma deficiência, temporária ou permanente.

Raramente as pessoas se apercebem dos obstáculos que constituem para os cegos um simples marco de correio plantado no meio de um passeio, os buracos das ruas, os caixotes semeados às portas dos estabelecimentos e mesmo os toldos das montras fixados demasiadamente baixos, onde até é frequente os não invisuais esbarrarem com a cabeça.

No aspecto arquitectónico, usa-se e abusa-se das escadas, esquecendo as rampas para cadeiras de rodas, chegando-se ao cúmulo de em alguns edifícios, para se ter acesso a um elevador ser indispensável transpor um lance de escadas absolutamente escusado.

As entradas de muitos edifícios públicos e salas de espectáculo, que deveriam estar abertos a todos os cidadãos,

são inteiramente intransponíveis para muitos casos.

As casas de habitação não são construídas de modo a poderem ser utilizadas por qualquer pessoa: é frequente as portas não terem largura que permita a passagem de uma cadeira de rodas.

Estas são algumas das muitas circunstâncias que poderíamos apontar como elucidativas do alheamento dos problemas, algumas vezes evitáveis, provocados arquitectonicamente aos deficientes motores e invisuais.

Mas existem, por outro lado factos dignos de nota e que constituem exemplo a seguir. Podemos, de entre eles, nomear o caso recente de um banco que, para assinalar o ano internacional do deficiente, adaptou algumas das suas agências, isentando-as de barreiras arquitectónicas, tendo pedido, para o efeito, a opinião e sugestões de algumas associações de deficientes.

Os dados ficam lançados. Tem pois a palavra, além dos Ministérios da Tutela, os senhores autarcas e os senhores técnicos de obras das Cmaras, pelas mãos dos quais terão de passar todos os projectos e licenças de construção.

### OFERTA DE EMPREGO

**Precisa-se:**  
**Empregado de escritório**  
**Idade: 30 a 40 anos**  
**Habilitações mínimas: 5.º ano**  
**Para carpintaria em Ansião — Distrito de Leiria**

**Os interessados deverão dirigir-se a: LIMOCOS, Sociedade Construtora de Móveis e Imóveis, Lda. R. de S. Pedro — 3240 ANSIÃO.**  
**As funções não poderão ser desempenhadas por deficiente motor.**

# PORTUGAL NOS ÚLTIMOS 70 ANOS

Por MÁRIO VILLA-LOBOS

Com o advento da República em 5 de Outubro de 1910, a caduca e velha monarquia foi enterrada definitivamente e com ela, se pensou que os 787 anos de feudalismo e consequentemente escravidão do povo português, havia finalmente terminado.

A monarquia absolutista e constitucional tinha então dado lugar à tão almejada República, mudança de época, vernação, que político, tores e poetas, digamos, classe intelectual da época, nha previsto e por ela, lutado até à exaustão.

A implantação da República, exigente de novos figurinos de governação e de visão da realidade sócio-económica da sociedade portuguesa, obrigou, por consequência, à elaboração de uma Constituição não pragmática, nem nominal, que envolvia, na modernização e activação da sociedade existente, a participação dinâmica do povo, nas novas técnicas de resolução dos inúmeros problemas nacionais.

Foi uma Constituição alicerçada nos direitos dos cidadãos, nomeadamente no que concerne ao direito ao trabalho e à liberdade sindical, à educação, à liberdade de credo político e religioso, que veio consagrar as garantias individuais, decorrentes das anteriores normas constituintes elaboradas no período de 1910 e 1911.

Este programa efectivo deu ao povo português o impulso necessário para a habituação de direitos que naturalmente lhe assistia e que secularmente a servidão a que estivera sujeito lhe negara.

Mas a crítica economia do país, já consequência, por herdada, dos anos tenebrosos da monarquia, das irresponsabilidades e incompetências dos seus gestores, agravou-se quando os partidos políticos, nomeadamente o Republicano e o Nacionalista, optaram pelo apoio total de Portugal aos países aliados, obrigando à participação do país nesse conflito mundial, a que os historiadores denominaram I Grande Guerra.

Evidentemente que deste holocausto, o número dos então denominados «Inválidos de Guerra» foi engrossar as fileiras dos deficientes militares, oriundos das tristemente célebres campanhas ultramarinas, sendo, com é óbvio, continuamente alvos de interesses políticos, por vezes coincidentes com o rescaldo da guerra.

A consequência deste facto, estendia os seus tentáculos de miséria por toda a Europa, tornando o situação económica particularmente delicada, e repercutindo-se sonoramente em Portugal, onde os diferentes estratos sociais viviam num estado muito próximo da pobreza.

Os governos portugueses nada de prático produziam e a classe burguesa, em clara e franca ascensão, tentava aproveitar-se dos frutos advindos dessa situação, cuja insatisfação nacional, pressionaria o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, conduzido pelo general Gomes da Costa. Este oficial tomando à sua conta o Directório do Governo, e aproveitando-se da instabilidade que, na realidade, se fazia já sentir nos órgãos e estruturas do recente Estado, amordaçou então o Parlamento, os membros do Governo, a imprensa e por fim a sociedade portuguesa. Em conformidade é reactivada a

Polícia de Segurança do Estado, imposta a censura, dissolvidas as associações de cariz político, sindicalista, popular, cultural e maçónicas, e outras cuja existência ideológica eram contrárias à política da ditadura imposta.

Estavam, desta forma, lançados os primeiros alicerces para a construção, do que futuramente, se denominaria, o «Estado Novo».

## II — FASCISMO

No capítulo anterior se vive situação económica, inflação, fome, desemprego, etc.

Na realidade, as condições convulsas, sociais e militares, se e conseguiu-se dar a forte poder centralizador aos cabecilhas do golpe de 1926.

A falta de orientadores populares, a dispersão de intelectuais e políticos dos mais variados quadrantes partidários, preocupados unicamente com objectivos pessoais de índole ambicional, vieram possibilitar que o povo não se base assumir-se plenamente e em força, descurando assim, a inerente responsabilidade sócio-económica, que naturalmente lhe seria afecta.

No início da década dos anos 30, à semelhança do que acontecia noutros países da Europa, que atravessavam um período de recessão económica, foi levado à prática e agravado o que virtualmente se vinha demonstrando desde 1926.

O corte e actividades sindicais, políticas e religiosas, o endurecimento das actividades das polícias políticas, a reorganização da censura, o esquecimento de todas as normas constitucionais ainda em vigor e finalmente a supressão das liberdades individuais, foram as decisões expressas na política, que pelos seus métodos e filosofia tinha a mesma cara do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão, que tantas vítimas causaram.

A sujeição dos camponeses aos grandes senhores para quem a justiça e moral eram uma letra nula e morta, consubstanciaram as condições para uma vida miserável, sem direitos sociais, com deficiente assistência médica e medicamentosa; um salário incompatível com o trabalho que desenvolviam e com a produtividade que encontravam, com uma habitação verdadeiramente medieval e uma educação inexistente, situações que apenas serviam aos detentores da confiança política de Salazar, que o apoiavam nas suas directrizes pró-monárquicas e anti-sociais.

O amordaçamento e manipulação da classe operária e trabalhadora, por parte das cúpulas das classes dominantes, que geriam as actividades públicas e privadas, foi um facto inescusável. Servindo-se da polícia política calaram e reprimiram todas as manifestações ocasionadas por reivindicações de justas condições de vida e contra despedimentos selvagens. As perseguições e tortura foram uma constante em que os Direitos do Homem foram permanentemente violados.

As condições sócio-económicas, à semelhança do que acontecia com os camponeses, o direito a uma vida digna, foram perfeitamente ultrapassados pelos interesses de classe.

Na juventude e educação, cuja doutrina emanava directrizes governamentais absolutamente provincianas, duma pequenez assustadora e de um narcisismo tenebroso e fora de moda, levaram o Ministério da Educação a estabelecer e empolar do «valor histórico da raça portuguesa», à semelhança dos pensamentos fascista e nazi. A insuficiência de meios, a orientação pedagógica do ensino, a corporatização do mesmo, que se refletia nas suas condições práticas, levaram a constantes tumultos, nomeadamente em 1962, em que se exigia democraticidade na gestão do ensino, participação activa dos estudantes nas associações criadas, dignificação do ensino, construção de instalações e aquisição de material auxiliar para o bom empenhamento dos alunos nas matérias escolhidas, tendo estas contestações, sido violentamente reprimidas.

A cultura e as artes foram consideradas heréticas pelo regime fascista e um perigo constante para o mesmo. O dogmatismo do regime não permitia a expansão da liberdade artística fora das saas concepções, o que impossibilitava a recepção de novas ideias sobre o homem e sobre o mundo.

A imprensa, como factor de informação e cultura das massas, esteve sempre sujeito a uma censura tirânica que não permitia aos cidadãos o conhecimento de novos caminhos económicos, em que o ultra-nacionalismo burguês e económico seria forçosamente denunciado, situações sociais e políticas que as necessidades dos povos exigiam, conjugadas com o avanço sistemático e rápido da tecnologia mundial.

O direito de associação era como o Código Administrativo previa, controlada intimamente pelos Governos Civis, sendo proibido o direito de associação política ou de qualquer tipo que atentasse contra a segurança do Estado.

Foram estas, algumas das formas que o regime fascista criou e que são especificamente traduzidas num discurso revelador, de 1934:

«Nós somos anti-parlamentares, anti-democratas, anti-liberais e queremos construir um Estado Corporativo».

O que significa anti-povo e sem direitos.

Na teoria do Fascismo, Mussolini confirma esta tese, quando expressamente refere:

«O Estado é absoluto diante do qual os indivíduos e os grupos são apenas o relativo».

Por esta síntese se verifica que as consequências advindas do regime fascista, só poderiam conduzir ao desejo império de terras e povos, que a lei de Revisão Constitucional de 1951 consagrou, pela redefinição do Império, convertendo as colónias em províncias ultramarinas.

## III — O PAPEL DA IGREJA NO ESTADO FASCISTA

Um poder autoritário, apoiado sempre em todas as formas de poder existentes, quer económico quer clerical.

Perante um ditador de índole neo-miguelista, ultra-conservador e de técnicas fascistas, o poder temporal que a Igreja havia perdido com a implantação da República, voltou a assumir-se plenamente, confirmando ser um Estado dentro do Estado.

Junto das populações, do Governo, nas empresas, enfim por todo o país estabeleceu convénios que vieram a submeter e a dominar as mentes das pessoas reafirmando o seu poder recuperado. Em contrapartida, garantiu ao regime fascista a paz «podre» das gentes e a sua plena entrega

às directrizes governamentais de então.

## IV — O DESAFIO DO IMPÉRIO — A GUERRA COLONIAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

O velho império, isto é, o domínio territorial de muitos anos, as violações e conquistas, a exploração e o oportunismo político, o velho sonho monárquico renascia com o nacionalismo que a terminologia do fascismo concebia: «o fascismo não crê na possibilidade, nem na utilidade duma paz perpétua. Só a guerra conduz ao máximo de tensão, todas as energias humanas e marca com um selo de nobreza os povos que tiveram a coragem de a enfrentar...»

Mas os tempos são outros! A terminologia e a praxis fascista neste domínio deu lugar às novas concepções mundiais, o que obrigou, como atrás se referiu, à Lei da revisão constitucional de 1951, que transfere a denominação de colónias, para províncias ultramarinas «partes integrantes do território português».

O mesmo império com nova terminologia, se tentou então criar.

Esta temática, intoxicada nas mentes do povo e que iria durar cerca de oito anos, seria desmascarada aquando da invasão de Goa, Damão e Diu, pela União Indiana, como primeiro sinal lançado pelos representantes de um povo oprimido, cujos direitos à liberdade e à consciência nacional, se encontravam de há muitos séculos amordaçados e espielhados. As suas tradições e cultura, o seu direito de optarem, na via independente, pela continuidade do seu destino nacional, tinha-lhes sido coartado até então.

Depois foi o fogo que se pegou à mecha! Todos os povos dos vários territórios africanos se sublevaram exigindo a independência nacional.

A libertação dos jogos britânicos, belgas e franceses, escurraçados dos territórios ocupados, demonstraram historicamente a incapacidade e a injustiça dos diferentes regimes, na subsistência dessa política de repressão e exploração.

Após tentativas de negociação repudiadas pelo regime de Salazar, o povo angolano esboçou o primeiro sinal de revolta armada, em 1961 e com ele, o povo de Moçambique e da Guiné.

Foi uma crua guerra que se arrastou por longos e intermináveis 13 anos. Anos de esquecimento e obscurantismo, dúvidas e cansaços, feridos e mortos. Fomos cerca de 30 000 feridos e 12 000 mortos. Fomos muitos para as nossas mães e pais, viúvas e mortos. Fomos poucos para aqueles cuja justiça de viverem a sua vida e o seu destino nacional, exigia a perseverança do seu esforço e fé.

Foi o último estertor do império que avizinhava a sua morte.

A manutenção das regalias, em claro confronto com os ideais da independência, tentava dar ainda o seu remoque e impor as suas leis.

O império de Salazar tinha os dias contados. Já não tinha forças para continuar uma luta desigual e injusta.

As Forças Armadas encontravam-se cansadas e descrentes.

Durante aqueles anos, um novo tipo de guerra tinha sido criado e desenvolvido, e os seus frutos estavam há vista.

Os mortos e feridos cansavam os militares e o povo. Havia que pôr termo à situação!

(Dada a extensão do artigo, a parte restante do mesmo será publicada no próximo número)

## SECRETARIADO NACIONAL VAI APROFUNDAR ESTUDO SOBRE ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO

O Secretariado Nacional, de 27 de Março, depois de se ter debruçado sobre a política salarial da Associação, decidiu aprofundar o estudo sobre as alterações dos Estatutos, tomando como base as várias propostas

elaboradas. Assim, irá funcionar um grupo de trabalho constituído por elementos do Secretariado e pelos autores dos outros trabalhos, procurando-se encontrar uma proposta única a ser submetida à Assembleia Geral Nacional.

## AS MÁQUINAS DE MEDIR O TEMPO

(Continuação da 13.ª pág.)

segundo-se um movimento uniforme.

**O PÊNDULO:** Realizado por uma forma empírica, aproximativa, não cinética. A descoberta de Galileu sobre o isocronismo das oscilações de um pêndulo (todas as oscilações de um pêndulo são da mesma duração) deu-lhe esta última qualidade. Para se obter o escape científico não foi preciso senão pôr em relação a roda de escape, que é ao mesmo tempo a roda motora com um pêndulo (ou balancim) que regula o escape e, por consequência, o movimento.

**A ÂNCORA DO ESCAPE:** O físico inglês Hook realizou esta combinação por meio de uma «âncora» (gancho duplo que se parece com uma âncora invertida) chamada âncora de escape, que se fixa na parte superior do pêndulo. A âncora engrena nos dentes da roda movida pelo peso. Quando o pêndulo está na posição vertical os dentes da âncora entram nos dentes da roda e o mecanismo pára; quando se afasta à direita e à esquerda, o movimento recomeça e um dente da roda de escape passa em cada oscilação dupla. Quanto ao movimento do pêndulo, é ele mantido pela pressão que a roda exerce alternadamente sobre as esferas

da âncora e portanto sobre o próprio pêndulo.

**NOLA E VOLANTE ANULAR:** A força produzida pelo peso, foi substituída por outra. A invenção da mola, cujos escape substitui a tensão do peso, permite a construção de relógios muito mais pequenos e dos relógios de algebeira; Huygens acrescentou-lhe o volante anular, que faz o papel de regulador.

**ELECTRICIDADE E A R COMPRI-MIDO:** A electricidade, aqui o motor é um electro-íman que imprime ao pêndulo uma primeira impulsão; o movimento do pêndulo para a frente interrompe o contacto e, por conseguinte, a corrente; mas a sua volta faz o contacto e dá lugar a uma nova impulsão. O ar comprimido: lançado em tubos de distribuição por um relógio central, faz avançar de minuto a minuto a agulha dos relógios a que está ligado.

**BALANCIM COMPENSADOR:** Para outros é o balancim que é aperfeiçoado (balancim de grelha, balancim de mercúrio) a fim de compensar as irregularidades, mesmo mínimas, devido às mudanças de temperaturas. A mola é substituída pela chave; os cronómetros multiplicam as suas indicações, mas... saímos do domínio da relojoaria pura.

## QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO» ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME .....

MORADA .....

LÓCALIDADE .....

CÓDIGO POSTAL .....

Para o que junto envio a quantia:

- PORTUGAL**
- ASSINATURA ANUAL ..... 200\$00
  - ASSINATURA SEMESTRAL ..... 100\$00
- ESTRANGEIRO**
- ASSINATURA ANUAL ..... 400\$00
  - ASSINATURA SEMESTRAL ..... 200\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

Recorte, e envie à

Redacção do «ELO»  
Palácio da Independência  
Largo de S. Domingos  
1194 Lisboa Codex

## 8.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

NÃO FALTES AO CONVÍVIO NO RIBATEJO (15 DE MAIO)

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

# APROVADO RELATÓRIO DAS COMEMORAÇÕES OFICIAIS

O relatório fiscal da estrutura organizativa do AID já foi aprovado e distribuído.

Trata-se de um relatório exaustivo, em que acabam por ser descritas não propriamente as actividades relativas às comemorações, mas tudo o que sobre deficientes no âmbito dos departamentos oficiais foi realizado em 1981.

O documento em questão, começando por referir o lema das comemorações — Total Participação e Igualdade —, enumera algumas recomendações da ONU e que interessa aqui relembra:

— Proclamar medidas prioritárias para a efectivação de uma total participação dos deficientes na sociedade;

— Criar comissões nacionais, devidamente representativas, com capacidade de planejar, coordenar e executar ou garantir a execução dos objectivos do ano, quer a nível nacional como regional, integrando representantes dos departamentos governamentais, de organizações não-governamentais, de grupos de voluntários e de instituições de e para deficientes;

— Elaborar, em fins de 1981 planos nacionais para a década, capazes de levarem a bom termo os objectivos estabelecidos durante o ano.

Em Março, a Comissão Nacional aprovou o Plano Nacional de Acção do AID, com as seguintes linhas gerais:

— Elaboração de um plano a longo prazo sobre prevenção, reabilitação e integração;

— Promoção de campanhas de sensibilização e informação;

— Fomento de investigação nas várias áreas de reabilitação e de formação de pessoal técnico e profissional.

— Incremento dos serviços governamentais nas áreas da prevenção, saúde, educação, habitação, transportes, reabilitação social e profissional, trabalho;

— Revisão e criação de legislação sobre: educação, trabalho, barreiras arquitectónicas, material de compensação etc.

— Conhecimento da população deficiente (levantamento estatístico);

— Empenhamento das organizações não-governamentais de e para deficientes na promoção e realização do PNA/AID.

— Proclamação do Dia Nacional do Deficiente;

— Elaboração de um relatório nacional (até 31-3-82), sobre as medidas adoptadas.

Do trabalho das subcomissões que funcionaram no âmbito da estrutura organizativa oficial do AID, pode-se concluir que algumas pistas teriam sido levantadas, já que estes grupos de trabalho tiveram uma actividade essencialmente de gabinete e não «de campo» como as próprias comemorações o exigiriam. Foram, pois, essencialmente, grupos de estudo que poderiam e deveriam continuar o seu trabalho. Para já, interessará que as conclusões encontradas sejam de utilidade para a adopção das medidas consideradas necessárias.

As estruturas regionais nomeadamente as comissões

coordenadoras distritais e as comissões concelhias, tinham como objectivo único desenvolver actividades de sensibilização à população. O relatório não dá realce a actividades de este tipo desenvolvidas, porque, de facto, estas estruturas não cumpriram a sua missão. Foca, entretanto, outras acções realizadas a nível distrital, tais como prevenção, levantamento estatístico (uma primeira abordagem) e ainda as designadas acções concretas que são, no fundo, as actividades rotineiras de reabilitação que se verificaram pelo País.

De qualquer forma, a propósito das estruturas regionais, o AID terá imprimido num maior dinamismo a essas actividades rotineiras. Seria bom que se aproveitasse essa embalagem, embora reduzida, para criar estruturas regionais de carácter permanente.

No relativo das comemorações faz-se ainda referência à acção das Associações de Deficientes, reconhecendo o papel importante por estas desempenhado através das actividades próprias no âmbito da sensibilização da opinião pública.

Também o papel da Igreja merece referência no relatório, devido, sobretudo à publicação da Nota Pastoral de Maio relativa ao AID.

A terminar, faz-se um balanço positivo das comemorações referindo-se que «foi um ano de trabalho intenso que terá o seu reflexo no futuro». E acrescenta-se: «Assistiu-se ao início de uma efectiva colaboração entre serviços. Estamos certos que esse processo de reflexão conjunta e de trabalho coordenado está ainda em embrião, mas acreditamos que se começaram a dar alguns passos decisivos».

E depois de 1981?

Como resposta a esta pergunta, o relatório do AID aponta à elaboração de um plano a longo prazo para a década de 80. Entretanto, o relatório preconiza, para já, uma «política correcta a prosseguir pelo Governo para com os cidadãos deficientes, visando proporcionar a estes uma integração tão completa e feliz quanto possível na comunidade a que pertencem».

Recomenda-se, na parte final, aos poderes públicos para que se esforcem no sentido de que a actuação política geral seja posta em acção, respeitando determinados pressu-

postos que transcrevemos a seguir:

— Que sejam tomadas disposições legais e regulamentares que estimulem os progressos científicos e técnicos relacionados com os deficientes;

— que sejam encorajadas, coordenadas e planificadas todas as acções a favor dos deficientes, com vista a atingir os objectivos da política geral;

— que haja meios financeiros disponíveis para realizar, promover ou apoiar as actividades públicas e privadas a favor dos deficientes;

— que sejam exercidos, sobre os organismos que gerem serviços a favor dos deficientes, a fiscalização e o controlo necessário;

— que as estatísticas, especialmente aquelas que se referem às necessidades e equipamentos, sejam executadas a nível nacional e consideradas como uma base necessária ao desenvolvimento das acções a favor dos deficientes;

— que as instituições, associações, fundações e outros organismos sejam incitados a adaptar as suas actividades e métodos de trabalho às novas necessidades e conhecimentos modernos, e sejam novos serviços, sempre que necessários;

— que seja promovida e mantida uma estreita cooperação entre os organismos públicos, as associações de deficientes e de famílias de deficientes, bem como com todas as organizações interessadas.

A participação dos próprios deficientes e das suas associações em todas as decisões e acções que lhes digam respeito é, e será, factor dos mais importantes a considerar por quem deseja e pratica o lema «Total Participação e Igualdade» proclamado pelas Nações Unidas a propósito do Ano Internacional do Deficiente. E

isto não é só um fim, mas também um meio, porquanto também é importante o aproveitamento das capacidades criadoras e de trabalho dos próprios deficientes.

Em todos os Planos Nacionais há que incluir programas destinados aos serviços de prevenção e de reabilitação, tendo em conta que tais programas constituem metas legi-

timas para o desenvolvimento económico, social e cultural.

E, finalmente, para atingir os objectivos e levar a cabo as acções atrás enunciadas, há que permitir — sem título nem título — a possibilidade efectiva de o Secretariado Nacional de Reabilitação coordenar e controlar o Programa Nacional durante a década em curso.

EM 100 NÚMEROS PUBLICADOS REGISTRADOS DOS DEFICIENTES ÚLTIMOS ANOS

O «Elo», companheiro inseparável dos deficientes das Forças Armadas desde Novembro de 1974 atinge agora o número 100.

Cem números publicados significam bem um dever cumprido. Dever de informação prestada e de ligação entre os associados, porque foi exactamente para funcionar como «elo» de ligação que o jornal foi criado.

Cem números publicados são também um bom motivo de encorajamento para prosseguir no desempenho da missão de que o «Elo» foi incumbido.

Cem números publicados constituem já um bom pedaço da história dos deficientes em Portugal. História que o «Elo», passo a passo, tem vindo a registar e que continuará a escrever.

Os últimos 50 números, tal como sucedeu com os primeiros vão ser encadernados, devendo os associados interessados em adquirir um exemplar desde já entrar em contacto com a sede da Associação em Lisboa.

Este número, especial, não só por se tratar do n.º 100, mas também em comemoração do 25 de Abril, reúne em si os números de Março e Abril, conseguindo-se também, deste modo, recuperar um relativo atraso que ultimamente se vinha verificando.

## Delegação de Coimbra

### SÓCIOS PODEM LEVANTAR SENHAS DE GASOLINA NA DELEGAÇÃO

Como é do conhecimento geral, através de notícia inserida num dos últimos números do «Elo», os sócios inscritos na Delegação de Coimbra da A. D. F. A. deverão levantar as senhas de gasolina na referida Delegação. Para o efeito, deverão os interessados enviar mensalmente para a Delegação, até ao dia 15 de cada mês, o número de ficha, matrícula de viatura e verba correspondente aos litros de combustível requisitado. Os sócios, que por quaisquer motivos não se possam deslocar à Associação, ser-lhes-ão enviadas as senhas pelo correio, devendo os mesmos, para o efeito, enviar juntamente com os dados atrás mencionados 100\$00 para pagamento do registo e selo.

Informamos todos os associados que queiram requisitar gasolina que não se desloquem ao quartel general, pois naquele local não serão atendidos.

## COMEMORAÇÃO DO 25 DE ABRIL NA ADFA

Tal como já referido no último número do «Elo», a ADFA vai desenvolver algumas actividades próprias na passagem do 8.º aniversário do 25 de Abril.

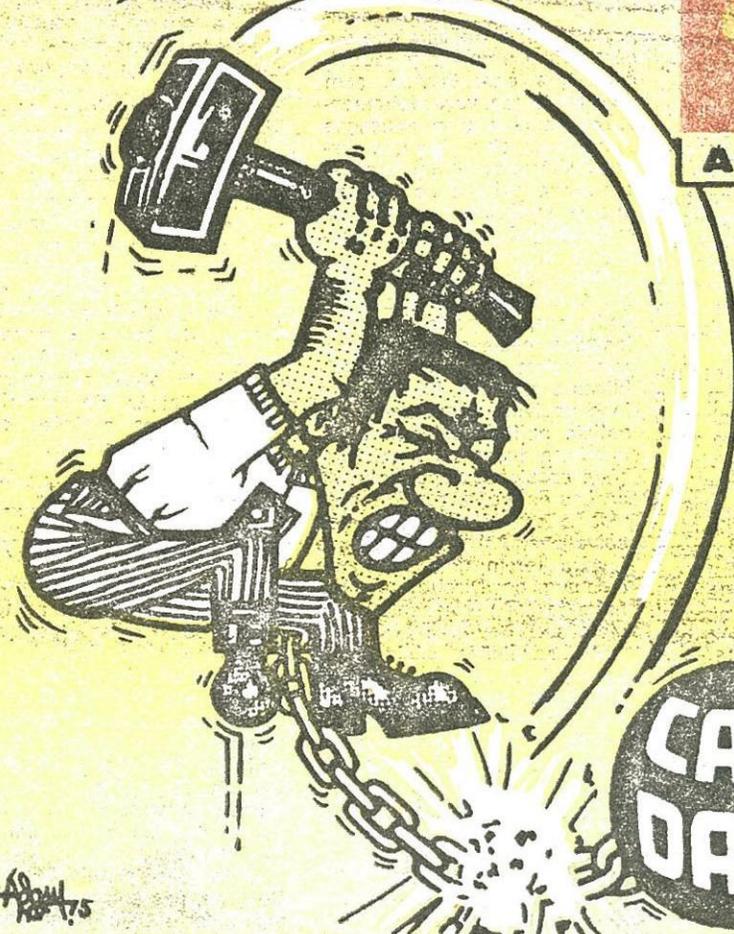
Este número especial do «Elo» (n.º 100) é muito dedicado ao 25 de Abril. Além disso, tal como tem recebido nos últimos anos, a sede da ADFA, em Lisboa, estará aberta na noite de 24 de Abril, onde os sócios e pessoas que vão ganhando o hábito de nessa altura, passar pela ADFA, comemorarão a passagem de mais um aniversário do dia da liberdade.

Na mesma noite estará patente ao público uma exposição focando os temas do fascismo, guerra colonial, 25 de Abril. ADFA e integração social de deficientes. A exposição, que abre ao público no dia 24, e só encerrará no dia 1 de Maio.

Por parte da ADFA, as comemorações terão também uma tónica desportiva. Assim, no dia 18 de Abril decorreu já no Estádio Nacional um encontro desportivo, em que participou a ADFA, Centro Vocacional do Porto, Clube Joanitas e Associação Portuguesa de Surdos. Da parte da manhã realizaram-se provas de atletismo (corridas, lançamentos e saltos) e da parte de tarde tiro com arco e natação. Houve uma participação total de 70 atletas.

No dia 24 de Abril, às 9 horas, realizar-se-á no Campo do RALIS, em Lisboa, um jogo de basquetebol e meadeira de rodas entre as equipas da ADFA e da Joanitas. As 10 horas terá lugar um jogo de futebol de salão entre as equipas da delegação de Castelo Branco e da Associação Portuguesa de Surdos.

associação dos deficientes das forças armadas



PELA REINTEGRAÇÃO